

## V1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO

C.N.P.J./M.F. 08.093.745/0001-54

Administração – Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Rating das Quotas: "BB-" LF Rating

Código ISIN das Quotas: BRFAGRCTF008

Distribuição pública de 671.384 (seiscentas e setenta e uma mil, trezentas e oitenta e quatro) quotas da segunda emissão ("Quotas" e "Segunda Emissão", respectivamente) do V1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro ("Fundo"), totalizando:

---

**R\$ 999.999.612,64 (novecentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e doze reais e sessenta e quatro centavos)**

---

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo a seus quotistas ("Quotistas") por meio da aplicação de parcela preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de direitos creditórios decorrentes de Cédulas de Produto Rural para liquidação financeira - CPRs e/ou Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCAs lastreados em direitos creditórios originados de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária, de titularidade de um e/ou diversos cedentes ("Direitos de Crédito"), que venham a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, e que atendam, cumulativamente, a todos os critérios de elegibilidade, conforme descritos no regulamento do Fundo ("Regulamento"). Para maiores esclarecimentos e informações sobre os Direitos de Crédito, os investidores devem ler a Seção 5 deste Prospecto.

As Quotas serão objeto de distribuição pública no mercado de balcão não organizado ("Oferta") e será coordenada pela Mellon Serviço Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora do Fundo ("Administrador"). A Segunda Emissão é composta por 671.384 (seiscentas e setenta e uma mil, trezentas e oitenta e quatro) Quotas com preço de emissão de R\$ 1.489,46 (mil quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos) cada uma, totalizando até R\$ 999.999.612,64 (novecentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e doze reais e sessenta e quatro centavos). Não haverá número mínimo de Quotas no âmbito da Segunda Emissão, observado que a aplicação inicial de cada quotista ("Quotista") no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

O Fundo foi constituído em 23 de junho de 2006, por meio do "Instrumento Particular de Constituição do V1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro" e seu regulamento atualizado foi registrado no 6º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 2007, sob n.º 1092134 ("Regulamento"). A Oferta foi registrada na CVM, em [•] de setembro de 2007, sob o n.º [•], nos termos da Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 356/01"), conforme alterada, e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03").

Os investidores devem ler a Seção Fatores de Risco deste Prospecto. Ainda que o Administrador e/ou o gestor da carteira do Fundo ("Gestor") mantenham sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o Investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor, do custodiante do Fundo, dos cedentes dos Direitos de Crédito, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira. **Para avaliação dos riscos associados ao Fundo e à Oferta, os investidores devem ler a Seção 3 - Fatores de Risco, nas páginas 24 a 28 deste Prospecto.**

Todo investidor, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento ("Termo de Adesão"), que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor, bem como assinar declaração de investidor qualificado, nos termos do Anexo I da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Declaração de Investidor Qualificado" e "Instrução CVM n.º 409/04", respectivamente).

O Fundo busca aplicar seus recursos em Ativos Financeiros (conforme definidos neste Prospecto) com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor das Quotas do Fundo se comparada à oscilação no valor da quota de fundos de investimento similares cuja carteira é representada por ativos financeiros com prazo médio inferior.

O tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como da manutenção da Carteira representada por Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nessas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas. Para maiores informações sobre a tributação aplicável aos Quotistas e ao Fundo, os investidores devem ler o item "Regras de Tributação do Fundo" na Seção 4 deste Prospecto.

O Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em significativas perdas patrimoniais para os Quotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do Quotista de aportar recursos adicionais.

"Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou distribuição pública das Quotas não implica, por parte da CVM ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais Instituições prestadoras de serviços ao Fundo."

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM.



Prospecto de acordo com o código de auto-regulação da ANBID para a indústria de fundos de investimentos

#### Administrador



#### Gestor



#### Custodiante



#### Agência de Classificação de Risco



#### Assessoria Jurídica



#### Estruturador



A data deste Prospecto é 17 de setembro de 2007.

# ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
• Definições .....	7
• Resumo das Características da Oferta .....	14
<b>2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA</b>	<b>16</b>
• Características da Oferta .....	17
• Negociação das Quotas .....	20
• Custos de Distribuição Pública das Quotas .....	20
• Outras Informações .....	21
• Identificação dos Consultores e Auditores .....	22
• Declaração do Administrador .....	23
<b>3. FATORES DE RISCO</b>	<b>24</b>
• Riscos de Mercado .....	25
• Riscos de Crédito .....	25
• Riscos de Liquidez .....	26
• Riscos Provenientes do Uso de Derivativos .....	26
• Riscos de Descontinuidade .....	27
• Riscos Relacionados ao Desenvolvimento Sustentado do Agronegócio Brasileiro .....	27
• Riscos Operacionais .....	28
• Outros Riscos .....	28
<b>4. V1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO</b>	<b>29</b>
• Base Legal .....	30
• Público Alvo .....	30
• Administração .....	30
• Custódia e Escrituração das Quotas do Fundo .....	31
• Agência Classificadora de Risco das Quotas .....	31
• Auditoria .....	31
• Objetivo de Investimento .....	32
• Política de Investimento e Composição da Carteira .....	32
• Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas .....	33
• Amortização, Amortização Extraordinária e Resgate das Quotas .....	37

• Hipóteses e Procedimentos para Resgate de Quotas mediante Dação em Pagamento de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros de Titularidade do Fundo .....	39
• Assembleia Geral de Quotistas.....	40
• Avaliação dos Ativos do Fundo .....	41
• Eventos de Avaliação e Liquidação Antecipada do Fundo.....	42
• Política de Divulgação de Informações relativas ao Fundo .....	44
• Forma de Divulgação de Informações .....	45
• Atendimento aos Quotistas.....	45
• Taxas e Encargos do Fundo.....	46
• Regras de Tributação do Fundo .....	47
<b>5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO</b>	<b>51</b>
• Direitos de Crédito.....	52
• Procedimentos e Formalização das Operações de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo .....	53
<b>6. SETORES DE ATUAÇÃO DAS ORIGINADORAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO</b>	<b>56</b>
• Visão Geral do Setor Agropecuário Brasileiro .....	57
• Açúcar e Alcool.....	59
• Café.....	60
• Pecuária Bovina .....	61
• Soja .....	62
• Laranja .....	64
• Algodão .....	66
• Milho .....	67
• Oleaginosos para a Produção de Biocombustíveis .....	69
• Produtos Florestais .....	71
<b>7. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA</b>	<b>73</b>
• Informações sobre as Partes .....	74
• Relacionamento entre as Partes.....	76
<b>8. ANEXOS</b>	<b>77</b>
• Sumário dos Documentos da Operação	
• Cópia do Instrumento Particular de Constituição do Fundo	

- Cópia do Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo
- Cópia do Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo
- Cópia do Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo
- Cópia da Ata da Assembléia Geral de Quotistas que aprovou a Segunda Emissão
- Cópia do Regulamento vigente na data deste Prospecto
- Relatório da Agência Classificadora de Risco das Quotas da Primeira Emissão
- Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Não Pagos nas Respectivas Datas de Vencimento
- Declaração do Administrador nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03

## **1. INTRODUÇÃO**

---

## DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

<b>Administrador</b>	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Agência Classificadora de Risco</b>	Na data deste Prospecto, a Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo era a LF Rating.
<b>Agente de Cobrança</b>	Agente de cobrança qualificado a ser contratado pelo Fundo, com a interveniência do Custodiante, para prestar serviços de cobrança dos Direitos de Crédito que não sejam objeto de pagamento pelos respectivos devedores nas respectivas datas de vencimento.
<b>Agente de Depósito</b>	Agente de depósito qualificado a ser contratado pelo Fundo para prestar serviços de custódia, armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Representativos de Crédito referentes a todos os Direitos de Crédito.
<b>Amortização Extraordinária</b>	Amortização extraordinária das Quotas do Fundo em circulação, que poderá ser realizada pelo Administrador a qualquer tempo, segundo orientação do Gestor, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à alocação mínima em Direitos de Crédito estabelecida no Regulamento.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de início da distribuição pública das Quotas da Segunda Emissão do V1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro.

<b>Ativos Financeiros</b>	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, certificados de depósito bancário emitidos por Instituições Financeiras Autorizadas, títulos de emissão do Banco Central do Brasil, quotas de emissão de fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04 classificados como da classe referenciados DI e instrumentos derivativos de renda fixa, para proteção das posições da Carteira detidas à vista, inclusive da variação do preço dos ativos subjacentes aos Direitos de Crédito.
<b>Auditores Independentes</b>	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria independente contratada pelo Fundo era a KPMG Auditores Independentes.
<b>Banco Central</b>	Banco Central do Brasil.
<b>BM&amp;F</b>	Bolsa de Mercadorias & Futuros.
<b>Carteira</b>	Carteira de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros de titularidade do Fundo.
<b>CDCAs</b>	Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio
<b>Cedentes</b>	Titulares dos Direitos de Crédito que cederão Direitos de Crédito ao Fundo.
<b>CETIP</b>	CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação.
<b>Chamada(s) de Capital</b>	Notificação efetuada pelo Administrador aos Quotistas solicitando aportes de capital ao Fundo por meio da integralização parcial ou total das Quotas subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados entre cada um dos Quotistas e o Fundo



<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional.
<b>Conab</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>Compromisso de Investimento</b>	"Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", a ser celebrado entre cada Quotista subscritor de Quotas e o Fundo no ato de subscrição de Quotas.
<b>Comprovante de Endosso Eletrônico</b>	Comprovante emitido pela CETIP e/ou BM&F e/ou outros sistemas de registro, liquidação e custódia reconhecidos pelo Banco Central ou autorizados pela CVM, que comprove a transferência dos Direitos de Crédito ao Fundo.
<b>Contrato de Cobrança</b>	Contrato de prestação de serviços de cobrança de Direitos de Crédito celebrado com o Agente de Cobrança.
<b>Contrato de Custódia</b>	Contrato de prestação de serviços de custódia qualificada do V1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro, celebrado com o Custodiante.
<b>Contrato de Depósito</b>	Contrato de prestação de serviços de custódia física de Documentos Representativos de Crédito celebrado com o Agente de Depósito.
<b>CPMF</b>	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
<b>CPRs</b>	Cédulas de Produto Rural
<b>Critérios de Elegibilidade</b>	Requisitos mínimos aplicáveis aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, os quais serão verificados pelo

	Custodiante, conforme previstos no Regulamento do Fundo.
<b>Custo de Aquisição</b>	Valor de aquisição inicial de cada Quota.
<b>Custodiante</b>	Na data deste Prospecto, o custodiante contratado pelo Fundo era o Banco Santander Banespa S.A.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data de Emissão</b>	A data em que a Assembléia Geral de Quotistas aprovou a Segunda Emissão, isto é, 11 de setembro de 2007.
<b>Declaração de Investidor Qualificado</b>	Declaração de Investidor Qualificado nos termos do Anexo I da Instrução CVM n.º 409/04
<b>Devedores</b>	Clientes dos Cedentes, devedores e/ou garantidores dos Direitos de Crédito que venham a ser adquiridos pelo Fundo.
<b>Direitos de Crédito</b>	Direitos de crédito do agronegócio, assim entendidos como direitos creditórios decorrentes de CPRs para liquidação financeira e CDCAs lastreados em direitos creditórios originados de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.
<b>Documentos da Operação</b>	O Contrato de Custódia, em conjunto com o Contrato de Cobrança e o Contrato de Depósito, bem como o Comprovante de Endosso Eletrônico e o Recibo, relativos a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

<b>Documentos Representativos de Crédito</b>	Os documentos que formalizam a origem e a existência dos Direitos de Crédito, que consistirão nas cédulas das CPRs e dos CDCAs e nos contratos vinculados à emissão das CPRs e dos CDCAs, que podem variar de operação para operação mas que, como regra geral, compreendem, mas não se limitam, os seguintes: contrato de cessão fiduciária de recebíveis, contrato de penhor de mercadorias, contrato de conta vinculada, contrato de depósito de produtos, contrato de monitoramento de garantia e contrato de compra e venda de mercadorias.
<b>Eventos de Avaliação</b>	Eventos indicados no item 15.1 do Regulamento.
<b>Eventos de Liquidação</b>	Eventos indicados no item 15.2 do Regulamento.
<b>Gestor</b>	Vision Brazil Gestão de Investimentos e Participações Ltda.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>Instituições Financeiras Autorizadas</b>	Banco Itaú S.A., União de Bancos Brasileiros S.A. – Unibanco, Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, Banco ABN Amro Real S.A. e Banco Votorantim S.A.
<b>Instrução CVM n.º 356/01</b>	Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
<b>Instrução CVM n.º 400/03</b>	Instrução da CVM n.º 400, de 29 dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM n.º 409/04</b>	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>IOF/Câmbio</b>	Imposto sobre Operações de Câmbio

<b>IOF/Títulos</b>	Imposto sobre Operações relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
<b>Novas Quotas</b>	Novas quotas a serem emitidas pelo Fundo.
<b>Patrimônio</b>	O patrimônio do Fundo.
<b>Patrimônio Autorizado</b>	Limite até o qual o Administrador, mediante solicitação do Gestor, poderá realizar emissões de Novas Quotas sem necessidade de aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, correspondente a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).
<b>Período de Carência para Distribuição de Rendimentos</b>	Período em que o Administrador poderá realizar, conforme orientação do Gestor, a amortização parcial de Quotas, de acordo com a capacidade financeira do Fundo, conforme estabelecido no Regulamento, limitados ao Custo de Aquisição.
<b>Prazo de Colocação</b>	Período durante o qual as Quotas da Segunda Emissão serão ofertadas, conforme indicado no Anúncio de Início.
<b>Prazo para Reenquadramento</b>	Período de 15 (quinze) dias consecutivos a que o Administrador faz jus para enquadrar a Carteira do Fundo aos critérios de diversificação e concentração da Carteira.
<b>Preço de Emissão</b>	O preço de emissão das Quotas da Segunda Emissão do Fundo, que corresponde a R\$ 1.489,46 (mil quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos) por Quota, na Data de Emissão.

<b>Preço de Integralização</b>	O preço de integralização será o valor da Quota na data da integralização da mesma.
<b>Primeira Emissão</b>	A primeira emissão de Quotas do Fundo.
<b>Segunda Emissão</b>	A segunda emissão de Quotas do Fundo.
<b>Quota(s)</b>	Qual(is)quer Quota(s) de emissão do Fundo, incluindo as Quotas de emissão do Fundo e as Novas Quotas.
<b>Quota(s) da Primeira Emissão</b>	Quotas da Primeira Emissão do Fundo.
<b>Quota(s) da Segunda Emissão</b>	Quotas da Segunda Emissão do Fundo, objeto da Oferta.
<b>Recibo</b>	Recibo emitido por cada Cedente, em que, dentre outras informações, deverá constar a descrição do Direito de Crédito, bem como o preço de venda e a taxa de desconto aplicável.
<b>Regulamento</b>	Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto.
<b>SECEX</b>	Secretaria de Comércio Exterior
<b>Suplemento(s)</b>	Suplemento(s) ao Regulamento do Fundo que contemplará(ão) as características de cada emissão de Quotas do Fundo, a ser(em) elaborado(s) de acordo com o modelo constante do Regulamento.
<b>Termo de Adesão</b>	Termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto que não tenham sido definidos nesta Seção terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como nos Documentos da Operação.

## RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Valor total da Segunda Emissão	R\$ 999.999.612,64 (novecentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e doze reais e sessenta e quatro centavos).
Quotas Emitidas	671.384 (seiscentas e setenta e uma mil, trezentas e oitenta e quatro).
Prazo para Resgate das Quotas	Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Fundo e no item 4.10.2. deste Prospecto, o resgate das Quotas da Segunda Emissão será realizado no prazo de 10 (dez) anos contados da data do Anúncio de Início da Segunda Emissão.
Administrador/Distribuidor	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Preço de Emissão	R\$ 1.489,46 (mil quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos) por Quota, totalizando a Oferta o valor de até R\$ 999.999.612,64 (novecentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e doze reais e sessenta e quatro centavos), na Data de Emissão.
Procedimentos para Subscrição e Integralização das Quotas da Segunda Emissão	As Quotas da Segunda Emissão serão integralizadas no prazo máximo de 10 (dez) anos contados da data do Anúncio de Início, na medida em que o Administrador apresente Chamadas de Capital aos Quotistas, observado o disposto nos Compromissos de Investimento, pelo Preço de Integralização.
Negociação	As Quotas são admitidas à negociação no sistema de negociação SOMA FIX, mantido e operacionalizado pela BOVESPA.
Público Alvo	O Fundo é destinado a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04, residentes e domiciliados no Brasil e/ou não residentes no Brasil, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a

	política de investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.
Inadequação do Investimento	A Oferta não é destinada a investidores que necessitam de ampla liquidez em seus títulos.
Informações Adicionais	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e/ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto ao Administrador e/ou à CVM.

## **2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

---



## **TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

### **2.1. Características da Oferta**

#### *2.1.1. A Oferta*

As Quotas da Segunda Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida pelo Administrador, sob o regime de melhores esforços.

#### *2.1.2. Público Alvo*

O Fundo é destinado a investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM n.º 409/04, residentes e domiciliados no Brasil e/ou não residentes no Brasil, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.

#### *2.1.3. Registro da Oferta das Quotas*

A Oferta das Quotas da Segunda Emissão foi registrada na CVM, em [•] de [•] de 2007, sob o n.º [•], nos termos da Instrução CVM n.º 356/01 e da Instrução CVM n.º 400/03.

#### *2.1.4. Quantidade de Quotas da Segunda Emissão*

A Segunda Emissão é composta por 671.384 (seiscentas e setenta e uma mil, trezentas e oitenta e quatro) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo.

#### *2.1.5. Preço de Emissão das Quotas e Preço de Integralização das Quotas no Âmbito da Oferta*

O Preço de Emissão das Quotas da Segunda Emissão equivale a R\$ 1.489,46 (mil quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos) por Quota na Data de Emissão, totalizando a Oferta o valor de R\$ 999.999.612,64 (novecentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e doze reais e sessenta e quatro centavos) na Data de Emissão.

O Preço de Integralização das Quotas no âmbito da Oferta corresponderá ao valor da Quota na data da integralização, calculado nos termos do Regulamento.

#### *2.1.6. Subscrição e Integralização das Quotas durante o Prazo de Colocação*

As Quotas da Segunda Emissão deverão ser subscritas durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de publicação do Anúncio de Início, sob pena de serem canceladas pelo Administrador.

No ato da subscrição de Quotas da Segunda Emissão, o Quotista subscritor (i) celebrará Compromisso de Investimento com o Fundo que estabelecerá (a) os termos, condições e procedimentos para a integralização das Quotas então subscritas pelo Quotista, mediante apresentação de Chamadas de Capital pelo Administrador, mediante orientação do Gestor, na medida em que o Fundo tenha oportunidades de aquisição de Direitos de Crédito ou necessite de recursos para efetuar o pagamento de despesas e encargos do Fundo, observado o prazo máximo para integralização, assim como (b) as penalidades a que o Quotista estará sujeito em caso de descumprimento de suas obrigações de integralizar as Quotas do Fundo quando da apresentação de Chamadas de Capital pelo Administrador, (ii) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo Administrador e será parte integrante do Compromisso de Investimento, e (iii) receberá exemplar deste Prospecto e do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão e de Declaração de Investidor Qualificado, estar ciente, entre outras informações: (a) das disposições contidas no Regulamento e no Prospecto do Fundo, especialmente aquelas referentes ao objetivo do Fundo, à política de investimento, à composição da Carteira (inclusive quanto à utilização de instrumentos derivativos) e à taxa de administração cobrada pelo Administrador e (b) dos riscos inerentes ao investimento nas Quotas do Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto. No caso de aquisição de Quotas da Segunda Emissão no mercado secundário, o novo investidor receberá, ainda, do agente intermediário da respectiva negociação, exemplar do Regulamento, deste Prospecto e assinará Termo de Adesão e Declaração de Investidor Qualificado.

As Quotas terão seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização e resgate, conforme o caso, na forma do item 4.9.6 deste Prospecto.

As Quotas da Segunda Emissão serão integralizadas a prazo, na medida em que o Administrador apresente Chamadas de Capital aos Quotistas, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre cada Quotista e o Fundo. O prazo máximo para a integralização de Quotas da Segunda Emissão é de 10 (dez) anos contados da data do Anúncio de Início da Segunda Emissão.

A integralização das Quotas da Segunda Emissão será efetuada em moeda corrente nacional, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED), documento de ordem de crédito (DOC) ou outro mecanismo autorizado pelo Banco Central de transferência de recursos de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador.

#### *2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta*

<b>Início da Oferta</b>	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do Anúncio de Início.
<b>Prazo de Colocação</b>	As Quotas da Segunda Emissão do Fundo deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do Anúncio de Início. As Quotas da Segunda Emissão serão integralizadas no prazo de 10 (dez) anos contados da data de publicação do Anúncio de Início da Segunda Emissão.
<b>Manifestação de aceitação da Oferta pelos Investidores</b>	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção de adquirir Quotas no âmbito da Oferta junto ao Administrador, a qualquer momento a partir do primeiro dia útil do prazo de colocação e até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.
<b>Distribuição junto ao público</b>	As Quotas serão colocadas junto a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04, residentes e domiciliados no Brasil e/ou não residentes no Brasil, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.
<b>Divulgação do Resultado da Oferta</b>	O resultado da Oferta será divulgado ao término da mesma, por meio da publicação de anúncio de encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo, qual seja, o jornal "Diário Mercantil do Rio de Janeiro".

#### *2.1.8. Valor Mínimo de Investimento*

O valor mínimo individual da primeira aplicação de cada investidor no Fundo será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

## 2.2. Negociação das Quotas

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no sistema de negociação SOMA FIX, mantido e operacionalizado pela BOVESPA.

Na hipótese de negociação das Quotas em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do novo Quotista adquirente de tais Quotas, de forma a cumprir com o disposto no item 2.1.2. acima, fornecer ao novo Quotista exemplar do Regulamento e deste Prospecto, bem como obter o Termo de Adesão devidamente assinado pelo respectivo novo Quotista.

## 2.3. Custos de Distribuição Pública das Quotas

Além das despesas de registro, relativas ao pagamento da taxa de fiscalização da CVM, nos termos da Lei 7.940/89, referente à Oferta e da taxa de registro do Regulamento do Fundo no cartório de Registro de Títulos e Documentos, dos custos relacionados às publicações relativas à Oferta e aos honorários da Agência Classificadora de Risco e dos consultores legais, o Administrador não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão.

Tendo em vista que o Administrador, na qualidade de sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, será o único responsável pela distribuição pública das Quotas da Segunda Emissão junto ao público investidor, não serão devidas pelo Fundo comissões de coordenação da Oferta, colocação das Quotas e/ou quaisquer outras comissões referentes à colocação pública das Quotas da Segunda Emissão.

Adicionalmente, os custos relativos aos serviços prestados pelos Auditores Independentes são incorridos pelo Fundo com relação às atividades normalmente desenvolvidas pelo Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Quotas.

<i><b>Custo da Distribuição</b></i>	<i><b>Montante (R\$)</b></i>	<i><b>% em relação ao valor total da Oferta</b></i>
<i>Despesas de Registro</i>	<i>82.870,00</i>	<i>0,0083%</i>
<i>Publicações</i>	<i>10.000,00</i>	<i>0,0010%</i>
<i>Agência Classificadora de Risco</i>	<i>40.000,00</i>	<i>0,0040%</i>
<i>Consultores Legais</i>	<i>80.000,00</i>	<i>0,0080%</i>
<i><b>Total</b></i>	<i><b>212.870,00</b></i>	<i><b>0,0213%</b></i>

<b>Custo Unitário de Distribuição</b>	
<b>Preço por Quota (R\$)*</b>	<b>Custo por Quota (R\$)</b>
1.489,46	0,32
<i>* com base no Preço de Emissão na Data de Emissão</i>	
<b>Montante Total da Oferta (R\$)</b>	<b>Custo Máximo da Distribuição (R\$)</b>
999.999.612,64	212.870,00

## **2.4. Outras Informações**

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à sede do Administrador, à CVM ou à BOVESPA, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo, sendo que o Regulamento, o Prospecto e os demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo encontram-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

### ***Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.***

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3974.4535

Fax.: (21) 3974.4501

Correio Eletrônico: [fidc@mellonbrasil.com.br](mailto:fidc@mellonbrasil.com.br)

Website: <http://www.mellonservicosfinanceiros.com.br>

### ***Comissão de Valores Mobiliários***

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro - RJ.

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo - SP

Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

### ***Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA***

Rua XV de Novembro, n.º 275

São Paulo - SP

Website: [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)

## **2.5. Identificação dos Consultores e Auditores**

### *Assessores Legais*

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

#### **Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados**

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447

São Paulo - SP

At.: Dra. Marina Procknor

Tel.: (11) 3147-7822

Fax: (11) 3147-7770

Correio eletrônico: [marina@mattosfilho.com.br](mailto:marina@mattosfilho.com.br)

### *Auditores*

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

#### **KPMG Auditores Independentes**

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33

São Paulo - SP

At.: Sr. Bruno de Freitas Gomes C. Rodrigues

Tel.: (11) 3067-3000

Fax: (11) 3079-3752

Website: [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **2.6. Declaração do Administrador**

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição responsável pela colocação pública das Quotas da Primeira Emissão, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelo Sr. Marcelo Pereira, na qualidade de diretor, e Luisa Sabóia, na qualidade de procuradora, nos termos do estatuto social do Administrador.

### **3. FATORES DE RISCO**

---



## **FATORES DE RISCO**

*Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais Investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.*

### **Riscos de Mercado**

Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações, estabelecidos na regulamentação em vigor e definidos no Manual de Marcação a Mercado do Administrador. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.

### **Riscos de Crédito**

O Fundo não terá, como regra geral, garantia dos Cedentes sobre o pagamento ou pela solvência dos devedores dos Direitos de Crédito. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplimento dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos. O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Créditos sejam pagos, não havendo garantia de que o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Regulamento e nos Suplementos. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e das corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo quando da liquidação das operações realizadas por meio de tais corretoras e distribuidoras. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

### **Riscos de Liquidez**

Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) deliberação de liquidação antecipada do Fundo pela Assembléia Geral de Quotistas e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para os Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

### **Riscos Provenientes do Uso de Derivativos**

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos, mesmo na modalidade exclusiva de proteção das posições detidas à vista, poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

## **Riscos de Descontinuidade**

Conforme previsto no Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às originalmente programadas. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pelos Cedentes, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral de Quotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito.

## **Riscos Relacionados ao Desenvolvimento Sustentado do Agronegócio Brasileiro**

O Regulamento do Fundo estabelece que (i) os recursos do Fundo serão investidos, preponderantemente, na aquisição de direitos de crédito decorrentes de CPRs para liquidação financeira e CDCAs lastreados em direitos creditórios originados de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária, e (ii) os emissores das CPRs e/ou dos CDCAs devem ser atuantes e as CPRs e os CDCAs devem ser referentes a qualquer dos seguintes setores econômicos: açúcar/álcool, café, pecuário bovino, soja, laranja, algodão, milho, oleaginosos para a produção de biocombustíveis e/ou florestal. A capacidade de pagamento dos emissores das CPRs e dos CDCAs objeto de aquisição pelo Fundo e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento do Fundo aos Quotistas, está associada ao crescimento e desenvolvimento sustentado do setor agropecuário no Brasil. Não há como assegurar que, no futuro, o agronegócio brasileiro (i) manterá a taxa de crescimento e desenvolvimento que se vem observando nos últimos anos, e (ii) não apresentará perdas em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, redução de preços de commodities do setor agrícola nos mercados nacional e internacional, alterações em políticas de concessão de crédito para produtores nacionais, tanto da parte de órgãos governamentais como de entidades privadas, que possam afetar a renda dos agricultores e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento dos emissores das CPRs e das

CDCAs, bem como outras crises econômicas e políticas que possam afetar o setor agropecuário em geral. A redução da capacidade de pagamento dos emissores das CPRs e dos CDCAs poderá impactar negativamente a capacidade de pagamento do Fundo. O não pagamento de Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo resultará em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

### **Riscos Operacionais**

O não cumprimento das obrigações para com o Fundo por parte do Agente de Cobrança, do Agente de Depósito, do Administrador, do Gestor, do Custodiante e/ou dos Cedentes, conforme descritas nos contratos relacionados no Anexo I deste Prospecto, poderá implicar em falha nos procedimentos de cessão, cobrança, gestão, administração e custódia referentes ao Fundo. Tais falhas poderão acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

### **Outros Riscos**

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas detidas.

Em determinadas situações previstas no Regulamento, o Administrador poderá realizar diversas emissões de Novas Quotas sem direito de preferência para os Quotistas. Por conta desse fato, o patrimônio líquido do Fundo poderá vir a ser representado por uma quantidade maior de Quotas. Nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos Quotistas titulares de Quotas no patrimônio do Fundo.

**As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia dos Cedentes, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.**

#### **4. V1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO**

---

## **V1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO**

*Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento e na Seção "Definições" deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo das disposições previstas no Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.*

### **4.1. Base Legal**

O V1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, tem como base legal a Resolução do CMN n.º 2.907/2001 e a Instrução CVM n.º 356/01. O Fundo é regulado pelo CMN e pela CVM, estando sujeito aos termos e condições de seu Regulamento.

### **4.2. Público Alvo**

O Fundo é destinado a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01 e conforme definição atribuída pela Instrução CVM n.º 409/04, residentes e domiciliados no Brasil e/ou não residentes no Brasil, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo prevista no Regulamento, e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.

### **4.3. Administração**

O Fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários.

Nos termos do Regulamento, o Administrador contratou a Vision Brazil Gestão de Investimentos e Participações Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 8.952, de 14 de setembro de 2006,

com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, n.º 514, 9º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 07.793.323/0001-29, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo.

#### **4.4. Custódia e Escrituração das Quotas do Fundo**

Para a prestação dos serviços de custódia qualificada dos ativos integrantes da Carteira, o Fundo contratou o Banco Santander Banespa S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, n.º 474, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 90.400.888/0001-42.

Além dos serviços de custódia qualificada acima mencionados, o Custodiante também prestará ao Fundo os serviços de escrituração de Quotas.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão custodiados pelo Custodiante, sendo que os Ativos Financeiros serão registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central e/ou pela CVM.

#### **4.5. Agência Classificadora de Risco das Quotas**

As Quotas do Fundo são avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. A avaliação das Quotas do Fundo será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas do Fundo na forma prevista no Regulamento.

#### **4.6. Auditoria**

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

#### **4.7. Objetivo de Investimento**

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Quotistas, por meio da aplicação de parcela preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito decorrentes de Cédulas de Produto Rural – CPRs para liquidação financeira e/ou Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCAs lastreados em direitos creditórios originados de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária, de titularidade de um e/ou diversos Cedentes, que venham a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, e que atendam, cumulativamente, a todos os critérios de elegibilidade, conforme descritos no Regulamento.

#### **4.8. Política de Investimento e Composição da Carteira**

Os recursos do Fundo serão utilizados para a aquisição de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não seja alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada em moeda corrente nacional e/ou nos seguintes Ativos Financeiros, a critério do Gestor e em estrita observância aos critérios abaixo indicados:

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) certificados de depósito bancário emitidos por Instituições Financeiras Autorizadas;
- (iii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- (iv) quotas de emissão de fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04 da classe referenciados DI; e
- (v) para proteger as posições da Carteira do Fundo detidas à vista, operações com derivativos de renda fixa, em mercado de balcão organizado, bolsa de valores e/ou bolsa de mercadorias e futuros até o limite dessas operações.

O Gestor envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem ao Fundo classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Quotistas do Fundo.



O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

O Fundo poderá contratar operações com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador e/ou do Gestor ou, ainda, com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor, observado que as operações descritas neste parágrafo serão objeto de registro segregado das demais operações da Carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

**O Gestor observará os seguintes critérios de concentração e diversificação da Carteira do Fundo: (i) até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Ativos Financeiros devidos por um único emissor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, e (ii) até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Direitos de Crédito devidos por um único sacado ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade.**

Na hipótese de desenquadramento da Carteira do Fundo com relação aos percentuais de composição, concentração e diversificação indicados acima por período superior ao Prazo para Reenquadramento, o Administrador deverá convocar, no 1º (primeiro) dia útil após o encerramento do Prazo para Reenquadramento, Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a aquisição de novos Direitos de Crédito para fins de reenquadramento da Carteira; e/ou (ii) realização de Amortização Extraordinária das Quotas do Fundo, observado o disposto no item 4.10.1. abaixo, no que couber; e/ou (iii) prorrogação do Prazo para Reenquadramento; e/ou, ainda, (iv) liquidação antecipada do Fundo, mediante resgate total das Quotas.

#### **4.9. Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas**

##### **4.9.1. Patrimônio Inicial**

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio, o qual é formado por uma ou mais séries de Quotas de uma única classe. Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome dos respectivos titulares, mantida pelo Administrador.

As Quotas da Segunda Emissão serão emitidas, distribuídas, subscritas e integralizadas em observância ao disposto no Regulamento e de acordo com os termos previstos no Anúncio de Início.

#### *4.9.2. Direitos Patrimoniais*

Não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas do Fundo, sendo que emissões de séries distintas de Quotas do Fundo poderão ter prazos distintos de resgate.

#### *4.9.3. Direitos de Voto das Quotas*

As Quotas terão direito de voto, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo.

#### *4.9.4. Distribuição Pública das Quotas do Fundo*

As Quotas Fundo serão objeto de distribuição pública a ser conduzida pelo Administrador, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01 e da Instrução CVM n.º 400/03. As Quotas deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de publicação do Anúncio de Início da Segunda Emissão.

Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas de cada emissão do Fundo que não sejam subscritas dentro do prazo máximo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido, serão canceladas pelo Administrador, com o conseqüente aditamento do suplemento da emissão respectiva, sem necessidade de aprovação de tal aditamento em Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.

O anúncio de início de distribuição pública de cada emissão de Quotas do Fundo apresentará os termos e condições da distribuição de tais Quotas, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas, observado o disposto no Regulamento.

Eventuais emissões de novas séries de Quotas do Fundo poderão ser realizadas até o limite do Patrimônio Autorizado a exclusivo critério do Administrador, mediante solicitação do Gestor, sem

necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas. Emissões de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Quotistas.

As Novas Quotas terão prazo de vencimento posterior aos prazos de vencimento das Quotas em circulação.

Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo, os Quotistas já ingressos no Fundo não terão direito de preferência na aquisição das Novas Quotas.

Cada distribuição pública de Novas Quotas emitidas pelo Fundo dependerá de prévio registro na CVM.

#### *4.9.5. Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo*

No ato da subscrição de Quotas do Fundo, o Quotista subscritor (i) celebrará Compromisso de Investimento com o Fundo que estabelecerá (a) os termos, condições e procedimentos para a integralização das Quotas subscritas pelo Quotista, mediante apresentação de Chamadas de Capital pelo Administrador, mediante orientação do Gestor, na medida em que o Fundo tenha oportunidade de aquisição de Direitos de Crédito ou necessite de recursos para efetuar o pagamento de despesas e encargos do Fundo, observado o prazo máximo para integralização, assim como (b) as penalidades a que o Quotista estará sujeito em caso de descumprimento de suas obrigações de integralizar as Quotas do Fundo quando da apresentação de Chamadas de Capital pelo Administrador, (ii) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo Administrador e será parte integrante do Compromisso de Investimento, e (iii) receberá exemplar do Regulamento do Fundo e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão ao Regulamento e da Declaração de Investidor Qualificado, estar ciente, entre outras informações: (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes ao objetivo, composição da Carteira e política de investimento do Fundo, e à taxa de administração cobrada pelo Administrador e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Quotas do Fundo poderão ser integralizadas à vista, no ato da subscrição, ou a prazo, na medida em que o Administrador apresente Chamadas de Capital aos Quotistas, nos termos do Compromissos de Investimento celebrados entre cada Quotista e o Fundo, em moeda corrente

nacional, pelo Preço de Integralização, nos termos do disposto no item 4.9.6 abaixo e conforme disposto em cada Suplemento. As Quotas da Segunda Emissão serão integralizadas à prazo, sendo que o prazo máximo para integralização das Quotas da Segunda Emissão será de 10 (dez) anos contados da data do Anúncio de Início.

A integralização das Quotas do Fundo será efetuada em moeda corrente nacional, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED), documento de ordem de crédito (DOC) ou outro mecanismo autorizado pelo Banco Central de transferência de recursos de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.

#### *4.9.6. Critérios para Apuração do Valor das Quotas*

Cada Quota terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso.

O valor de cada Quota do Fundo será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, pelo número total de Quotas emitidas e em circulação à época.

#### *4.9.7. Negociação das Quotas do Fundo*

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no sistema de negociação SOMA FIX, mantido e operacionalizado pela BOVESPA. O Administrador poderá, ainda, a seu exclusivo critério, mediante solicitação do Gestor e sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, registrar as Quotas para negociação no sistema de negociação BOVESPA FIX, mantido e operacionalizado pela BOVESPA.

Na hipótese de negociação das Quotas em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do novo investidor que estiver adquirindo tais Quotas, inclusive mediante a exigência de assinatura de Termo de Adesão.

#### *4.9.8. Classificação de Risco das Quotas*

As Quotas do Fundo serão trimestralmente avaliadas por Agência Classificadora de Risco especializada contratada pelo Fundo, sendo que na data deste Prospecto a Agência Classificadora de Risco do Fundo era a LF Rating.

### **4.10. Amortização, Amortização Extraordinária e Resgate das Quotas**

#### *4.10.1. Amortização e Resgate das Quotas*

Cada Suplemento ao Regulamento, referente a cada nova emissão de Quotas do Fundo, indicará as características de cada emissão de Quotas do Fundo, inclusive no tocante à amortização e resgate das respectivas Quotas.

A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos seus Quotistas será realizada mediante a amortização parcial e/ou total e o resgate de suas Quotas, observado o disposto nos Capítulos Doze, Treze, Quatorze e Quinze do Regulamento.

As Quotas de cada emissão do Fundo estarão sempre sujeitas a um Período de Carência para Distribuição de Rendimentos e a um período em que inclusive os ganhos e rendimentos das Quotas serão distribuídos aos Quotistas, mediante a amortização parcial e/ou total das Quotas do Fundo.

Durante o Período de Carência para Distribuição de Rendimentos, o Administrador poderá realizar, conforme orientação do Gestor, a amortização parcial de Quotas, de acordo com a capacidade financeira do Fundo, conforme estabelecido no Regulamento, observado, ainda, que tais pagamentos, em conjunto e/ou isoladamente, durante o Período de Carência para Distribuição de Rendimentos, serão limitados ao Custo de Aquisição.

Após o Período de Carência para Distribuição de Rendimentos, o Administrador poderá realizar, conforme orientação do Gestor, amortizações parciais e/ou total de Quotas, de acordo com a capacidade financeira do Fundo, sendo que tais amortizações poderão resultar, inclusive, em distribuição de eventuais ganhos e rendimentos do Fundo, excedentes ao Custo de Aquisição.

Quaisquer distribuições a título de amortização e/ou pagamento de resgate de Quotas deverão abranger todas as Quotas de uma mesma emissão, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas de tal emissão.

Os pagamentos de amortizações e/ou qualquer resgate das Quotas do Fundo serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e/ou do resgate das Quotas será sempre utilizado o valor da Quota no dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas cair em dia que seja feriado de âmbito nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas.

Quaisquer distribuições a título de amortização e/ou pagamentos de resgate de Quotas do Fundo deverão abranger todas as Quotas de uma mesma emissão de Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas de tal emissão, conforme cronograma estabelecido no respectivo Suplemento.

Na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência de não pagamento dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas pelas Quotas e tal fato repercutirá na capacidade do Fundo de efetuar o pagamento das parcelas de amortização e/ou do resgate das Quotas.

Nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Quotas, conforme descrito no item 4.11 abaixo.

#### *4.10.2. Amortização Extraordinária das Quotas*

O Administrador poderá realizar, segundo orientação do Gestor, a Amortização Extraordinária das Quotas em circulação, pelo valor atualizado das Quotas em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 4.9.6 acima, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à alocação mínima em Direitos de Crédito estabelecida no Regulamento.

Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas nos termos deste item, todos os Quotistas do Fundo serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária.

Qualquer Amortização Extraordinária das Quotas afetará todos os Quotistas, de forma proporcional e em igualdade de condições.

#### **4.1.1. Hipóteses e Procedimentos para Resgate de Quotas mediante Dação em Pagamento de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros de Titularidade do Fundo**

Na hipótese de liquidação do Fundo, caso o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate das Quotas em circulação na ocasião, as Quotas poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento de Direitos de Crédito e de Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

Qualquer entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, para fins de pagamento de resgate aos titulares de Quotas do Fundo, será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas detido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos a serem definidos em Assembléia Geral de Quotistas convocada especificamente para tal finalidade.

Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida no parágrafo acima não chegar a acordo comum com relação aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o número total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando automaticamente autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

#### **4.12. Assembléia Geral de Quotistas**

Nos termos do Regulamento do Fundo, é da competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar o Regulamento, sem prejuízo das hipóteses de alteração do Regulamento mencionadas nos demais subitens deste item 4.12.;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) deliberar sobre a substituição do Gestor;
- (v) eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas do Fundo, nomeado(s) conforme o disposto no Regulamento;
- (vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, conforme disposto no Regulamento, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo;
- (ix) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos abaixo), tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação do Fundo (conforme definido abaixo);
- (x) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, tais Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- (xi) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas;
- (xii) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção de procedimentos de cobrança de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros não pagos na respectiva data de vencimento, assim como definir os respectivos procedimentos de cobrança de Direitos de Crédito não pagos na respectiva data de vencimento;



- (xiii) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, de acordo com o disposto no Regulamento e no item 4.11. acima; e
- (xiv) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto no Capítulo Onze do Regulamento.

Os Quotistas titulares de Quotas do Fundo terão direito a voto em todas as matérias indicadas acima.

As deliberações sobre as matérias indicadas acima serão votadas em Assembléia Geral de Quotistas e dependerão de aprovação de Quotistas, em primeira convocação, representando a maioria das Quotas em circulação, e/ou, em segunda convocação, representando a maioria das Quotas dos Quotistas presentes.

O Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral de Quotistas em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Quotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração do Regulamento na CVM.

#### **4.13. Avaliação dos Ativos do Fundo**

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

No cálculo do valor da Carteira, os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor e definidos no Manual de Marcação a Mercado do Administrador, e os Direitos de Crédito integrantes da Carteira serão contabilizados com base em seu custo de aquisição (com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento) e/ou pelo seu valor de mercado, quando houver.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive eventual ágio ou deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento,

computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

O Administrador constituirá, obedecida a escala de provisionamento de que trata a Resolução do CMN n.º 2.682/99, em até 180 (cento e oitenta) dias corridos da data de vencimento do Direito de Crédito e/ou do Ativo Financeiro não pago no vencimento, provisão para créditos de liquidação duvidosa, com valor equivalente a até 100% do valor contábil do Direito de Crédito e/ou do Ativo Financeiro não pago no vencimento, nos termos da referida Resolução.

#### **4.14. Eventos de Avaliação e Liquidação Antecipada do Fundo**

##### *4.14.1. Eventos de Avaliação do Fundo*

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento do Fundo e em outros documentos celebrados com o Fundo, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (ii) caso a Carteira do Fundo deixe de estar enquadrada ao percentual mínimo de alocação em Direitos de Crédito, conforme determinado no Capítulo Sete do Regulamento do Fundo, por período superior a 31 (trinta e um) dias consecutivos;
- (iii) rebaixamento do rating das Quotas do Fundo para classificação correspondente a 3 (três) níveis inferiores ao rating inicialmente atribuído às Quotas no âmbito de cada emissão;
- (iv) não pagamento, em qualquer data em que houver o pagamento de amortização ou deresgate do valor de parcela de amortização ou do resgate das Quotas, respectivamente, conforme o caso, nos termos do Regulamento e do respectivo Suplemento;
- (v) não observância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento do Fundo, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;

- (vi) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, tendo em vista a inobservância, pelo Custodiante, dos Critérios de Elegibilidade, conforme apurado pelos Auditores Independentes do Fundo e/ou qualquer outro terceiro, sem prejuízo de eventual responsabilização do Custodiante;
- (vii) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, sem que tenha sido solicitada ao Custodiante a verificação e aprovação do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, conforme apurado pelos Auditores Independentes do Fundo e/ou pelo Custodiante e/ou qualquer outro terceiro, sem prejuízo de eventual responsabilização do Administrador, que é o responsável por encaminhar cópia da oferta dos Cedentes e dos Documentos Representativos de Crédito ao Custodiante, nos termos do item 6.1(c) do Regulamento;
- (viii) não observância, por Cedentes de Direitos de Crédito, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, desde que, notificados pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, não o façam no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (ix) não pagamento, parcial e/ou total, de Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo na respectiva data de vencimento; e
- (x) descumprimento, parcial e/ou total, pelos respectivos devedores, dos termos e condições das CPRs e/ou das CDCAs.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito e o Administrador convocará Assembléia Geral de Quotistas que decidirá (i) se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação antecipada do Fundo, bem como se haverá liquidação antecipada do Fundo e quais os procedimentos a serem adotados; ou (ii) se devem ser tomadas medidas adicionais e quais medidas adicionais devem ser tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo, ou (iii) na hipótese de ocorrência dos Eventos de Avaliação mencionados nos incisos (ix) e (x) acima, quais os procedimentos de cobrança a serem adotados pelo Agente de Cobrança do Fundo em relação aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e não pagos no respectivo vencimento e/ou em relação aos devedores inadimplentes para com quaisquer outras obrigações nos termos das CPRs e/ou CDCAs, inclusive, mas não se limitando, à possibilidade de renegociação dos termos e condições dos Direitos de Crédito e/ou à necessidade de adoção de procedimentos extrajudiciais ou judiciais para cobrança de tais devedores inadimplentes e/ou à necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo para cobrir custos de cobrança extrajudicial e/ou judicial.

#### *4.14.2. Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo*

Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados Eventos de Liquidação quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso seja deliberado em Assembléia Geral de Quotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (ii) caso os Quotistas não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembléia Geral de Quotistas para a adoção de procedimentos de cobrança necessários à coleta de pagamentos de Direitos de Crédito vencidos e não pagos nos vencimentos;
- (iii) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, sem a assunção das funções do Custodiante por uma nova instituição, nos termos ali definidos; e
- (iv) na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo não nomear instituição habilitada para substituir o Administrador, nos termos estabelecidos no Regulamento do Fundo.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação e/ou Liquidação descritos acima, serão observados os procedimentos estabelecidos no Capítulo Quinze do Regulamento.

#### **4.15. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo**

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, e/ou colocará a disposição dos Quotistas em sua sede, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas do Fundo acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas do Fundo quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.

O Administrador colocará à disposição dos Quotistas do Fundo, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista do Fundo e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos: (i)

20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

O Administrador deve remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as informações previstas no parágrafo acima, conforme modelos disponíveis na referida página, observados os mesmos prazos.

Adicionalmente, o Administrador deverá divulgar aos Quotistas, anualmente, no periódico referido no item 4.16 abaixo, além de manter disponíveis em sua sede, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da Quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco.

Ainda, o Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros. O Gestor deverá encaminhar a Agência Classificadora do Risco cópias de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para os Quotistas ou terceiros, bem como informar qualquer ato ou fato relevante.

#### **4.16. Forma de Divulgação de Informações**

A divulgação de informações do Fundo será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo e mantida disponível para os Quotistas na sede do Administrador e nas instituições que coloquem as Quotas do Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas do Fundo.

#### **4.17. Atendimento aos Quotistas**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como para fazer reclamações e/ou sugestões, os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador conforme dados a seguir:

#### **Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3974.4535

Fax.: (21) 3974.4501

#### **4.18. Taxas e Encargos do Fundo**

Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração mensal, a qual será paga todo 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados. A taxa de administração devida ao Administrador será correspondente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) ao ano do valor do patrimônio líquido do Fundo, a ser calculada sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de 1/252 de forma linear.

O Administrador não receberá taxa de desempenho.

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração referida acima, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas do Fundo;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;

- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (viii) taxas de custódia de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco; e
- (xi) despesas com eventual profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do Regulamento do Fundo e do inciso I do artigo 31 da Instrução CVM n.º 356/01.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos seus Quotistas.

#### **4.19. Regras de Tributação do Fundo**

O disposto a seguir foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

##### *4.19.1. Tributação Aplicável ao Fundo*

###### IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

###### CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

#### *4.19.2. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo*

### IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

### IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0%. De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25%, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

### CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas do Fundo residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38%; ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0%; e (ii) Quotistas do Fundo residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

### Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo (a) no Brasil ou (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam



o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação, isto em, (a) a cessão ou alienação de Quotas, (b) o resgate de Quotas do Fundo, e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

#### I. - Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%. Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do imposto de renda, à alíquota de 0,005%.

2. Resgate das Quotas: Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito.

A Carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (i) 22,50% para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; (ii) 20% para prazo de aplicação de 181 dias até 360 dias; (iii) 17,50% para prazo de aplicação de 361 dias até 720 dias e (iv) 15% para prazo de aplicação superior a 720 dias.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados à alíquota de 20%, ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 dias, à alíquota de 22,50%.

3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas à hipótese de resgate das Quotas, definidas em função do prazo do investimento do Quotista respectivo.

#### II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda,

cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

#### II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação.

2. Resgate das Quotas: Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15%.

3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

#### II.b. Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

## **5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO**

---

## **OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO**

### **5.1. Direitos de Crédito**

O Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito decorrentes de Cédulas de Produto Rural - CPRs para liquidação financeira e/ou Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCAs lastreados em direitos creditórios originados de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária, de titularidade de um e/ou diversos Cedentes, que venham a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, e que atendam, cumulativamente, a todos os critérios de elegibilidade, conforme descritos no Regulamento.

Não poderão compor o patrimônio do Fundo Direitos de Crédito cuja existência e validade dependam de qualquer entrega ou prestação futura dos respectivos Cedentes.

Tendo em vista a natureza específica dos Direitos de Crédito, o fato de que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados por entidades Cedentes distintas, e de que cada carteira de Direitos de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, o Regulamento e este Prospecto não trazem a descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo.

Os Quotistas adquirentes de Quotas do Fundo deverão atestar, por escrito, por meio de Termo de Adesão e da Declaração de Investidor Qualificado, ter completo entendimento e conhecimento do disposto no parágrafo acima, bem como estar ciente de eventuais riscos relacionados ao disposto no parágrafo acima, inclusive, mas não se limitando à possibilidade de perda total de seu capital investido no Fundo, e do risco de ser chamado para realizar aportes adicionais de recursos ao Fundo.

## **5.2. Procedimentos e Formalização das Operações de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo**

### *5.2.1. Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito*

Somente poderão ser objeto de cessão entre um Cedente e o Fundo Direitos de Crédito cuja origem e existência estejam formalizadas por meio de CPRs e/ou CDCAs que atendam, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- (i) as CPRs e/ou os CDCAs devem estar registrados na Câmara de Liquidação e Custódia – CETIP, e/ou na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F e/ou em outros sistemas de registro, liquidação e custódia reconhecidos pelo Banco Central ou autorizados pela CVM;
- (ii) as CPRs e/ou os CDCAs deverão atender a todas as condições previstas nas Leis 8.929/94 e 11.076/04, de modo a permitir, necessariamente, a sua liquidação em moeda corrente nacional, ou seja, liquidação financeira;
- (iii) as CPRs e/ou os CDCAs deverão atender a todos os requisitos previstos nas Leis 8.929/94 e 11.076/04 nas respectivas cédulas, imprescindíveis à sua validade e emissão, inclusive no que diz respeito à necessidade de assinatura dos respectivos emitentes; e
- (iv) os emissores das CPRs e/ou dos CDCAs devem ser atuantes e as CPRs e os CDCAs devem ser referentes a qualquer dos seguintes setores econômicos: açúcar/álcool, café, pecuário bovino, soja, laranja, algodão, milho, oleaginosas para a produção de biocombustíveis e/ou florestal.

O Custodiante será o responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito envolvendo o Fundo e cada Cedente.

### *5.2.2. Formalização das Operações de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo*

Toda e qualquer operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo deverá ser amparada, ao menos, mas não se limitando, por Comprovante de Endosso Eletrônico emitido pela CETIP, BM&F e/ou por outros sistemas de registro, liquidação e custódia reconhecidos pelo Banco Central, que comprove a transferência dos Direitos de Crédito ao Fundo, acompanhado de Recibo emitido pelo Cedente, em que, dentre outras informações, deverá constar a descrição do Direito de Crédito, bem como o preço de venda e a taxa de desconto aplicável.

A cessão de Direitos de Crédito ao Fundo será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos seguintes eventos:

- (i) apresentação, pelos Cedentes, de oferta de Direitos de Crédito ao Fundo, bem como de vias originais ou cópias dos Documentos Representativos de Crédito, mediante envio de arquivo físico ou eletrônico ao Gestor;
- (ii) análise da oferta e das vias originais ou cópias dos Documentos Representativos de Crédito pelo Gestor, bem como seleção e identificação dos Direitos de Crédito ofertados que, eventualmente, interessem ao Fundo, cabendo ao Gestor, sob sua única e exclusiva responsabilidade, selecionar somente Direitos de Crédito já performados, ou seja, cuja existência, validade e exeqüibilidade não dependam de prestação futura dos respectivos originadores e/ou Cedentes;
- (iii) encaminhamento pelo Gestor, ao Administrador, por meio do envio de arquivo físico ou eletrônico, de cópia da oferta dos Cedentes e dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos de Crédito de interesse do Fundo, sendo que o Administrador, por sua vez, será responsável por encaminhar, por meio do envio de arquivo físico e/ou eletrônico, cópia da oferta dos Cedentes e dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos de Crédito de interesse do Fundo ao Custodiante;
- (iv) verificação e validação, pelo Custodiante, do atendimento dos Direitos de Crédito ofertados pelos Cedentes aos Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento e neste Prospecto, bem como comunicação, por escrito, por meio eletrônico ou fac-símile, ao Administrador e ao Gestor, pelo Custodiante, do atendimento dos Direitos de Crédito ofertados pelos Cedentes aos Critérios de Elegibilidade, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento de cópia da oferta dos Cedentes e dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos de

Crédito de interesse do Fundo, conforme enviados pelo Administrador nos termos descritos acima;

- (v) recebimento, pelo Fundo, de Comprovante de Endosso Eletrônico a ser emitido pela entidade registradora do Direito de Crédito e Recibo a ser emitido pelo Cedente;
- (vi) liquidação financeira, pelo Custodiante, em nome e por conta do Fundo, para cada Cedente, do preço de aquisição dos Direitos de Crédito transferidos ao Fundo de acordo com cada Comprovante de Endosso Eletrônico e Recibo; e
- (vii) encaminhamento ao Agente de Depósito, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data de recebimento do Comprovante de Endosso Eletrônico e Recibo pelo Administrador, de cópias autenticadas dos Documentos Representativos de Crédito dos Direitos de Crédito transferidos ao Fundo, bem como de cópias autenticadas do Comprovante de Endosso Eletrônico e Recibo.

## **6. SETORES DE ATUAÇÃO DAS ORIGINADORAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

---



## **SETORES DE ATUAÇÃO DAS ORIGINADORAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

O Regulamento do Fundo estabelece que (i) os recursos do Fundo serão investidos, preponderantemente, na aquisição de direitos de crédito decorrentes de CPRs para liquidação financeira e CDCAs lastreados em direitos creditórios originados de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária, e (ii) os emissores das CPRs e/ou dos CDCAs devem ser atuantes e as CPRs e os CDCAs devem ser referentes a qualquer dos seguintes setores econômicos: açúcar/álcool, café, pecuário bovino, soja, laranja, algodão, milho, oleaginosos para a produção de biocombustíveis e/ou florestal.

Esta Seção destina-se a apresentar um breve descritivo dos setores de açúcar/álcool, café, pecuário bovino, soja, laranja, algodão, milho, oleaginosos para a produção de biocombustíveis e florestal, nos quais atuam os emissores das potenciais CPRs e/ou dos CDCAs que irão integrar a Carteira do Fundo de tempos em tempos.<sup>1</sup>

### **6.1. Visão Geral do Mercado Agropecuário Brasileiro**

Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 14% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil dispõe, segundo o MAPA, de 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a atividade agrícola.

De acordo com informações disponibilizadas pelo CNA-CEPEA/Esalq, o agronegócio foi responsável em 2005 por aproximadamente 27,87% do Produto Interno Bruto brasileiro, sendo 19,59% referentes à agricultura e 8,27% ao setor pecuário.

Incluindo-se todo o elo produtivo, desde o fornecimento de insumos até o processamento, distribuição e consumo, o agronegócio foi responsável em 2003 por aproximadamente 37% dos

---

<sup>1</sup> A Seção referida neste parágrafo foi elaborada com base em fontes públicas, conforme indicado neste Prospecto, e nos últimos dados disponíveis em tais fontes públicas.

empregos brasileiros, sendo 17,7 milhões de trabalhadores somente no campo. No ano de 2004, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil um superávit de aproximadamente US\$ 34,2 bilhões, um aumento de aproximadamente 31,7% em relação ao ano anterior, segundos dados do MAPA.

De acordo com o MAPA, em 1993, as exportações do setor agropecuário eram de aproximadamente US\$ 15,94 bilhões, com um superávit de US\$ 11,7 bilhões. Em onze anos, o país dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial. De acordo com o MAPA, esses resultados levaram a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) a prever que o país será o maior produtor mundial de alimentos na próxima década.

Entre 1999 e 2004, segundo o MAPA, a taxa de crescimento médio do PIB agropecuário, que leva em consideração apenas a produção agropecuária, foi de aproximadamente 5,2% ao ano. No ano de 2004, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil um superávit de aproximadamente US\$ 34,2 bilhões, um aumento de aproximadamente 31,7% em relação ao ano anterior.

De acordo com dados do CNA-CEPEA/Esalq, o agronegócio no Brasil em 2005 registrou uma retração de 4,66%. As dificuldades enfrentadas no campo podem ser relacionadas a vários fatores, como a valorização do Real, o aumento dos custos do produtor brasileiro, a política de manutenção de juros altos, a falta de investimentos em infra-estrutura física e problemas na defesa agropecuária.

No entanto, o Brasil ainda é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, ocupa posição de destaque no ranking das vendas externas de soja, carne bovina, carne de frango e tabaco. Projeções do MAPA indicam que o país tem o potencial para se tornar, em pouco tempo, o principal pólo mundial de produção de algodão e biocombustíveis, feitos a partir de cana-de-açúcar e óleos vegetais. Milho, arroz, frutas frescas, cacau, castanhas, nozes, além de suínos e pescados, são destaques no agronegócio brasileiro.

O quadro abaixo indica a posição ocupada pelo país no ranking dos maiores produtores e exportadores dos seguintes produtos, em 2003:

Produto	Produção	Exportação
Açúcar	1º	1º
Café	1º	1º
Carne Bovina	2º	1º
Soja	2º	1º

Fonte: MAPA

## 6.2. Açúcar e Álcool

Introduzida no Brasil para consolidar a colonização portuguesa, a cana-de-açúcar tornou-se um dos produtos mais importantes do agronegócio brasileiro. Do auge durante o chamado ciclo da cana (séculos XVI e XVII) aos dias de hoje, a cultura de cana-de-açúcar manteve uma forte participação na economia nacional. De acordo com o IBGE e o MAPA, em 2004, o país tinha uma área plantada de aproximadamente 5,6 milhões de hectares e uma safra anual de cerca de 416 milhões de toneladas.

De acordo com o IBGE, durante o período de 5 anos findo em 2004, a área plantada com cana-de-açúcar no Brasil cresceu em média aproximadamente 4,6% por ano, a produção total de açúcar cresceu em média aproximadamente 4,5% por ano e o rendimento por hectare plantado com cana cresceu em média aproximadamente 1,6% ao ano, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Cana-de-Açúcar						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Área Plantada (1.000 Has)	4.975,18	4.879,84	5.022,18	5.206,73	5.377,21	5.633,70
Produção (1000 Tons)	333.847	326.121	344.281	364.391	396.012	416.256
Produtividade (Kg/Há)	68.148	67.878	69.445	71.442	73.731	73.876*

Fonte: IBGE

\* Estimativa IBGE.

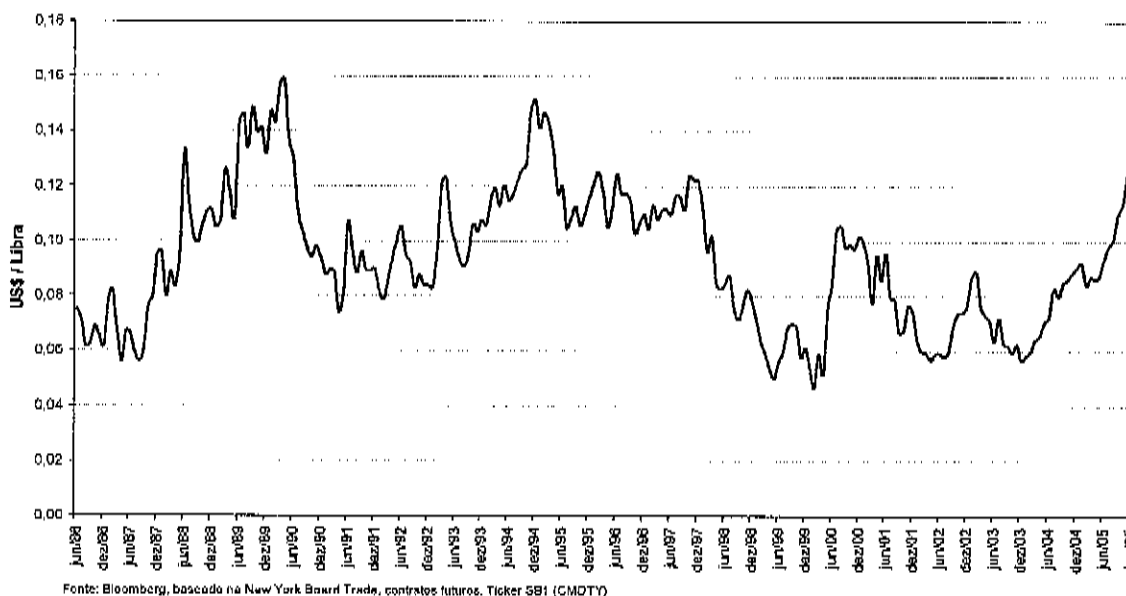
Em 2005, segundo dados da SECEX, as exportações de açúcar geraram receitas de aproximadamente US\$ 3,9 bilhões, um resultado aproximadamente 48,4% superior ao registrado em 2004, que foi de aproximadamente US\$ 2,6 bilhões. Os principais destinos do produto foram Rússia, Nigéria, Índia, Emirados Árabes Unidos, Marrocos e Arábia Saudita. A produção em 2005 chegou a aproximadamente 26,2 milhões de toneladas de açúcar.

A cana também é matéria-prima para extração de álcool. Cada tonelada de cana tem o potencial energético para gerar o equivalente a 1,2 barril de petróleo. Atualmente, os veículos "flex fuel",

movidos a álcool e a gasolina, estão experimentando um forte crescimento e já representam a maioria dos veículos novos vendidos no país.

Combustível renovável e menos poluente, o álcool é um produto que poderá cada vez mais interessar às nações que procuram reduzir a emissão de gases nocivos à saúde humana. Esta tendência, aliada ao impacto dos veículos flex fuel deve contribuir para um aumento do consumo de álcool nos próximos anos.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do preço do açúcar de 1986 a 2005:



### 6.3. Café

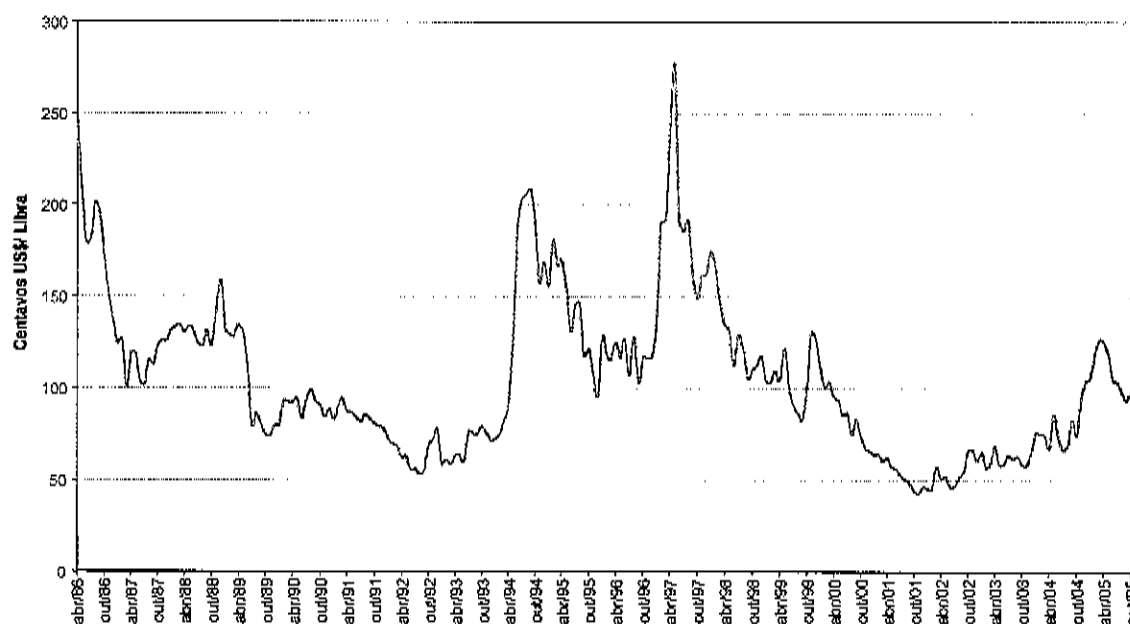
De acordo com o IBGE, durante o período de 5 anos findo em 2004, a área plantada com café no Brasil aumentou em média aproximadamente 1,90% por ano, a produção total de café aumentou em média aproximadamente 8,61% ao ano e o rendimento por hectare plantado com café diminuiu em média aproximadamente 6,61% ao ano, conforme demonstrado no quadro abaixo. A tendência de baixa do café teve como efeito a descapitalização de alguns produtores, o que pode ser medido pelo baixo crescimento da área plantada em 2004. Apesar da crise no ano de 2002, a produção

brasileira de café atingiu o recorde de 2.649 mil toneladas, cenário que foi revertido devido a fortes geadas nas lavouras brasileiras no ano de 2003.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Área Plantada (1.000 hectares)	2.233,98					
Produção Total (1.000 toneladas).	1.632	2.292,16	2.356,95	2.429,20	2.408,02	2.454,90
Rendimento (Kg/Hectare)	1.468	1.904	1.820	2.649	1.987 830	2.467
		1.679	1.558	1.118		1.043

Fonte: IBGE

Na última década, a indústria do café sofreu com o desequilíbrio entre oferta, que esteve alta, e demanda, que foi baixa. No final dos anos noventa, a produção excedeu de forma consistente o consumo, iniciando uma longa tendência de baixa no preço internacional da *commodity*. O gráfico a seguir demonstra a evolução do preço do café de 1986 a 2005:



Fonte: Uloomberg, baseado em New York Board of Trade, Ticker KC1 (CMDTY)

#### 6.4. Pecuária Bovina

A produção e exportação de produtos de origem bovina tem apresentado um forte crescimento nos últimos anos. De 1999 a 2004, a produção de carne bovina aumentou aproximadamente 5,9% ao ano, passando de aproximadamente 6,3 milhões para aproximadamente 8,3 milhões de toneladas.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004 <sup>2</sup>
Rebanho Bovino (Milhões) <sup>1</sup>	159,2	164,3	170,6	179,2	189,1	192,5
Produção Bovina (1.000 Tons) <sup>1</sup>	6.270	6.650	6.900	7.300	7.700	8.350

<sup>1</sup> Estimativas com base no censo do IBGE 1995/1997

<sup>2</sup> Fontes: ABIEC, ABIPECS, ABEF, APA, UBA, elaborado por MAPA.

Em 2005, a descoberta de focos de febre aftosa no estado do Mato Grosso do Sul e Paraná contribuiu de maneira significativa para a redução em caráter temporário da comercialização de produtos bovinos de origem brasileira.

No entanto, segundo dados da SECEX, as exportações de carne bovina em 2005 geraram receitas de aproximadamente US\$ 3,1 bilhões, um resultado aproximadamente 22,4% superior ao registrado em 2004, que foi de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões. Em 2004, o volume total exportado foi de cerca de 1,2 milhões de toneladas contra 1,4 milhões em 2005, representando um crescimento de aproximadamente 17%.

Os principais destinos da carne brasileira em 2005 foram Rússia, Reino Unido, Egito, Chile, Estados Unidos e Holanda.

## 6.5. Soja

Originária da China, a soja foi introduzida no Brasil no século XIX no Estado da Bahia e é hoje o principal grão do agronegócio brasileiro. O país é, de acordo com dados divulgados pelo MAPA, o segundo maior produtor mundial da oleaginosa, atrás apenas dos Estados Unidos.

De acordo com o MAPA, em 2003, o Brasil assumiu a liderança no mercado internacional do complexo soja(grãos, farelo e óleo), com exportações de aproximadamente US\$ 8,1 bilhões e que chegaram a aproximadamente US\$ 10 bilhões em 2004. Em 2005, a receita obtida com a exportação de soja foi de aproximadamente US\$ 9,4 bilhões.

De acordo com a Conab, durante o período de 5 anos findo em 2004, a área plantada com soja no Brasil cresceu em média 11,5% ao ano e a produção total aumentou em média aproximadamente 9,7% ao ano, conforme demonstrado abaixo. Acredita-se que a produtividade decrescente durante o período compreendido entre 1999 e 2004 explica-se pela acelerada expansão de área plantada e incorporação de novas regiões produtoras, onde o cultivo da soja encontra-se em estágios iniciais

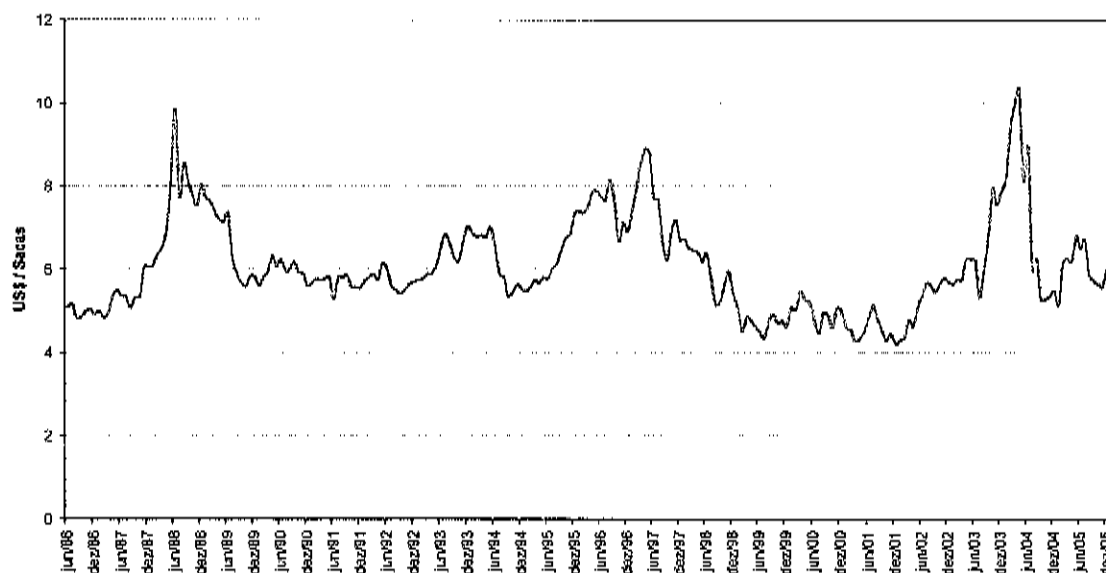
de desenvolvimento. Além disso, há que se considerar o fato de que produção de soja na região sul esteve sujeita a condições climáticas desfavoráveis na safra 2004/2005.

	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005*
Área Plantada (1.000 Has)	13.507,80	13.969,80	16.329,00	18.474,80	21.375,8	23.301,1
Produção (1000 Tons)	32.344,60	38.431,80	41.916,90	52.017,50	49.792,70	51.451,5
Produtividade (Kg/Ha)	2.395	2.751	2.567	2.816	2.329	2.208

Fonte: Conab

\* Previsão do IBGE feita em agosto de 2005

O gráfico a seguir demonstra a evolução do preço da soja de 1986 a 2005:



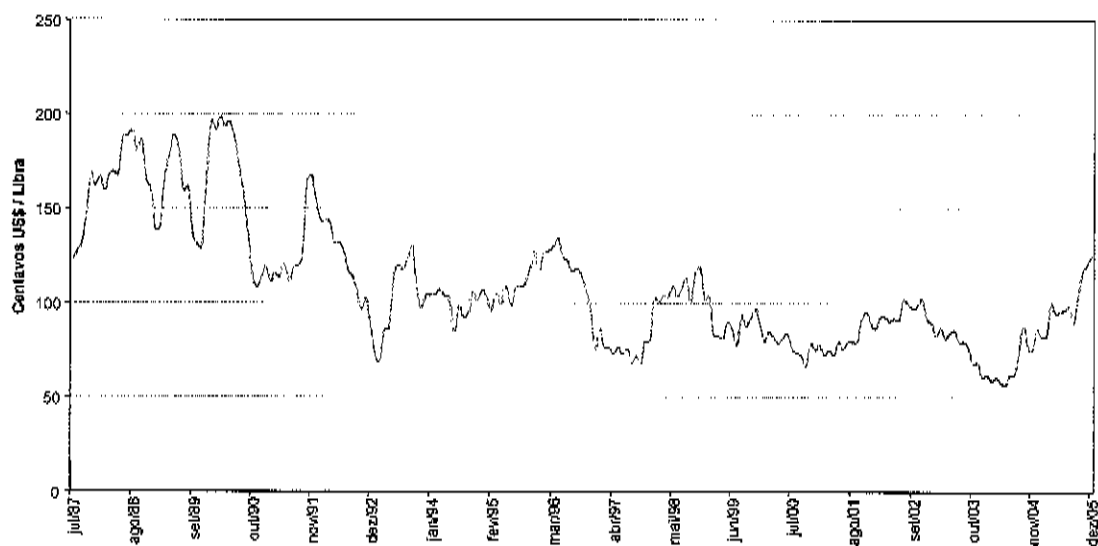
Fonte: Bloomberg, baseada em Chicago Board of Trade, Ticker 8 1 (CMBTY)

Historicamente, o preço internacional da soja tem oscilado entre US\$5/saca e US\$7/saca, exceto nos picos de preço de 1988, 1997 e 2004 resultantes de importantes choques de oferta, conforme o gráfico acima. Após um movimento brusco de preços em 2004, a soja tende a se estabilizar em um patamar acima daquele verificado historicamente em virtude do aumento do consumo verificado em países em desenvolvimento como China, Rússia e Índia.

## 6.6. Laranja

A citricultura brasileira foi iniciada juntamente com a colonização do território pelos europeus e a excelente adaptação climática favoreceu o desenvolvimento dessa cultura na costa brasileira. Na década de oitenta, o Brasil tornou-se o maior produtor mundial de laranja. A maior parte da produção destina-se à indústria do suco, sendo que é na região sudeste em que a mesma se concentra. O Estado de São Paulo é responsável por 70% da produção total de laranja e 98% da produção total de suco no Brasil.

A década de noventa foi marcada por uma crise no setor citrícola. Verificou-se uma queda contínua dos preços no mercado internacional. Em 2004, na Bolsa de Comércio de Nova York, o suco de laranja concentrado atingiu a menor cotação de sua história. No entanto, a ocorrência de furacões com efeitos bastante negativos na produção norte-americana deu fim ao movimento de queda. O gráfico a seguir demonstra a evolução do preço do suco de laranja concentrado de 1987 a 2005:



Fonte: Bloomberg, baseado em Chicago Board of Trade, Ticker JO1 (CMDTY)

De acordo com o IBGE, durante o período de 5 anos findo em 2004, a área plantada com laranja no Brasil diminuiu, em média, aproximadamente 1,39% ao ano, a produção total diminuiu em média aproximadamente 0,63% ao ano e o rendimento por hectare plantado com laranja aumentou em média aproximadamente 3,9% ao ano, conforme demonstra o quadro abaixo.



	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Área Plantada (1.000 hectares)	1.029,24	857,45	825,20	831,06	836,68	822,47
Produção Total (1.000 toneladas)	18.856*	17.579*	16.983	18.531	16.918	18.271
Rentabilidade (Kg/hectare)	18.370*	20.527*	20.594	22.357	20.235	22.289

Source: IBGE

\* Números convertidos de fruto/hectare para kg/hectare de acordo com a seguinte fórmula: 1.000 frutos = 4,04 caixas x 40,8 kg.

A queda na área plantada indicada acima deveu-se, principalmente, ao aumento de problemas fitossanitários e à expansão da área plantada de cana-de-açúcar, tendo em vista os elevados preços atingidos pelo álcool e pelo açúcar. Deve-se notar que cana e laranja normalmente concorrem pelas mesmas áreas de plantio em muitas regiões dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, de forma que é possível inferir que, provavelmente, o produtor tendeu a privilegiar a cana em detrimento da laranja.

Dados do IBGE demonstram que, no Brasil, o emprego de tecnologia no ciclo produtivo da laranja impactou positivamente o crescimento da produção e do rendimento médio dessa cultura, apesar da diminuição da área plantada, conforme dados do quadro abaixo:

Ano	Produção	Área Colhida	Rendimento médio (Kg/ha)
1991	15,149	983	15,405
1992	15,746	989	15,926
1993	15,038	801	18,785
1994	13,957	898	15,542
1995	15,870	856	18,530
1996	16,863	964	17,486
1997	18,437	986	18,708
1998	16,680	1,019	16,376
1999	18,315	1,027	17,832
2000	17,064	856	19,925
2001	16,983	825	20,594
2002	18,531	829	22,357
2003	16,918	836	20,235
2004	18,314	823	22,246
2005 <sup>1</sup>	17,868	803	22,258

<sup>1</sup>Estimativa

Fonte: Dados do IBGE.

Elaboração: Secretaria de Política Agrícola do MAPA

## **6.7. Algodão**

No Brasil, o algodão sempre se fez presente como cultura de exportação, tendo piques de retomadas de crescimento sempre que se verificavam problemas na produção norte-americana, como durante a Guerra de Independência, a Guerra de Secessão e durante as grandes Guerras Mundiais.

A cotonicultura brasileira vivenciou um grande salto tecnológico nos últimos dez anos. De acordo com a Abrapa, o algodão brasileiro possui excelente qualidade, comparável a do algodão produzido na Austrália ou na Califórnia, em razão dos resultados atingidos com pesquisas que permitiram o desenvolvimento de variedades e tecnologias adequadas para as áreas de plantio de algodão no país.

Além da mudança no padrão tecnológico de manejo da cultura, a cultura algodoeira assim como a sua expansão para as áreas dos cerrados brasileiros, especialmente do Centro-Oeste e Oeste do estado da Bahia, onde vem crescentemente ocupando o espaço antes dedicado a culturas tradicionais. Nessas regiões, o cultivo do algodão é uma atividade de elevado nível tecnológico, moderna e empresarial, o que confere ao algodão brasileiro qualidade superior ou equivalente aos melhores algodões do mundo, competindo de igual para igual com os grandes fornecedores.

A produtividade média das lavouras do país é superior que a dos grandes produtores mundiais, o que torna o produto brasileiro mais competitivo no mercado internacional. De acordo com os técnicos da Conab, o principal destino do algodão brasileiro é a China. Os países do extremo Oriente, da União Européia e da América Latina também aumentaram significativamente suas compras do algodão brasileiro nos últimos anos.

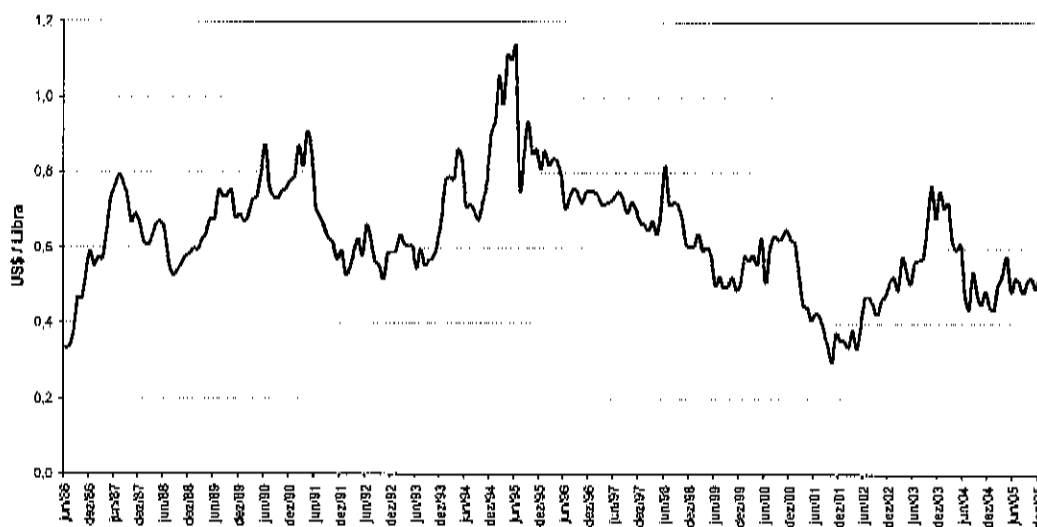
Os dados da Conab revelam que, na safra de 2004, a produção em caroço apresentou acréscimo de 652,3 mil toneladas em relação à safra de 2003, que foi equivalente a 2 milhões de toneladas. A produção de pluma cresceu 48% com relação à safra de 2003, passando de 847,5 mil toneladas para 1,2 milhão de toneladas.

De acordo com o Conab, durante o período de 5 anos findo em 2004, a área plantada como algodão no Brasil cresceu em média, aproximadamente 7,4% ao ano, a produção total cresceu em média aproximadamente 12,5% ao ano, conforme demonstra o quadro abaixo.

	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005E
Área Plantada (1.000 Has)	823,8	868,4	747,7	735,1	1.100,0	1.179,4
Produção (1000 Tons)	1.887,7	2.460,7	2.011,1	2.212,3	2.212,3	3.408,6
Produtividade (Kg/Ha)	2.291	2.834	2.690	3.010	3.099	2.906

Fonte: Conab

A competição com as fibras sintéticas, em particular o poliéster, pressionou o preço do algodão para baixo na década de noventa. No entanto, a partir de 2002, com o movimento de recuperação do preço do barril de petróleo, que é matéria prima para a produção de fibras sintéticas, o algodão encerrou a tendência de baixa observada durante a década de noventa. Além disso, em 2002, a China tornou-se importadora de algodão e vem se tornando um grande importador do produto, tendo em vista a sua crescente indústria têxtil. O gráfico a seguir demonstra a evolução do preço do algodão de 1986 a 2005:



Fonte: Bloomberg, baseado na New York Board Trade, contratos futuros, Ticker OT1 (COT1Y)

## 6.8. Milho

Cultivado nas mais variadas condições de solo e de clima e, em geral, com pouca tecnologia, o milho é um dos principais cereais cultivados no mundo. A produção brasileira corresponde a aproximadamente 7% da produção mundial, o que garante ao país a terceira posição dentre os

maiores produtores no mundo. De acordo com o UDA, o Brasil era o terceiro maior produtor de milho em volume em 2006.

O sistema de produção que envolve a cultura de milho sofreu mudanças positivas nos últimos anos, como adequação de máquinas e implementos para semeadura, melhoria de métodos de irrigação, zoneamento agrícola, controle de pragas, aplicação de insumos em quantidade e época mais adequadas, e desenvolvimento de matéria genética de elevado potencial de rendimento e responsivo à adubação nitrogenada ou material, que potencializa o rendimento de grãos e de variedades aprimoradas. Essas mudanças, embora ainda não sejam empregadas de forma generalizada, trazem uma perspectiva positiva de aumento no rendimento médio e produção de milho.

O milho é a cultura que ocupa a maior área cultivada no Brasil e seu cultivo predomina nas regiões Centro-Sul e Sul e vem experimentando crescimento constante nas últimas décadas. Na temporada de 2004/2005, a produção foi de aproximadamente 34,8 milhões de toneladas, subindo cerca de 50% em relação à produção média da década de oitenta. Apesar desse forte crescimento, a produção de milho não acompanhou o ritmo da demanda doméstica. Aproximadamente 20% da produção de milho no Brasil é destinada ao setor de alimentação doméstico, sendo o remanescente utilizado como ração animal. Na década de noventa, o enorme mercado doméstico brasileiro (em que inclusive os setores de avicultura e suinocultura estavam em rápido crescimento) absorveu, com facilidade, a totalidade das safras, e o Brasil passou a ser importador de milho em bases regulares, principalmente da Argentina.

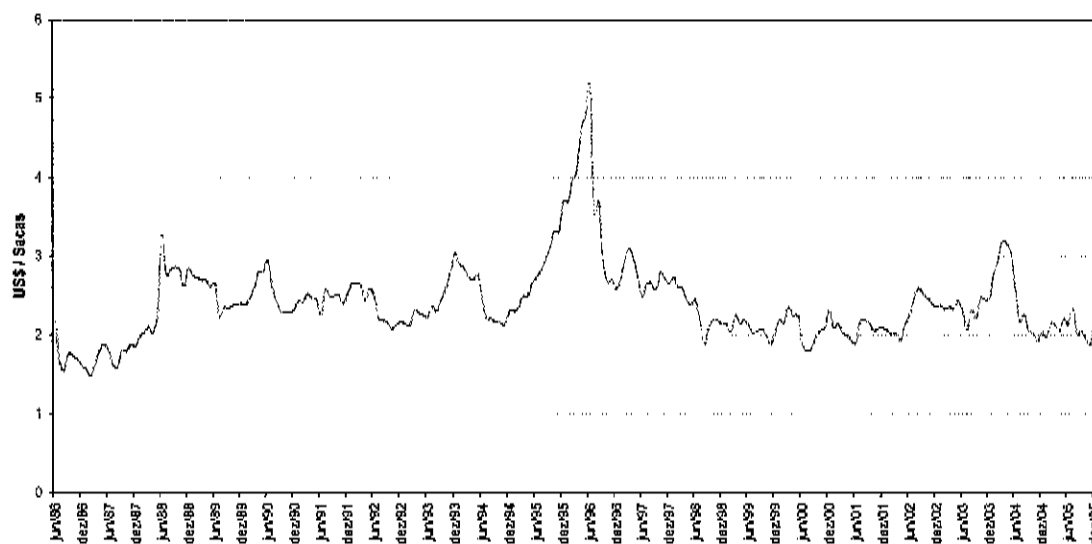
A posição líquida da balança comercial brasileira no tocante à produção de milho ficará atrelada ao desenvolvimento dos setores de suinocultura e avicultura, crescentemente voltados para a exportação. Se os pesquisadores brasileiros continuarem a incrementar as variedades de milho tropical, o milho poderá competir com a soja e o algodão na região Centro-Oeste.

De acordo com a Conab, durante o período de 5 anos findo em 2004, conforme dados do quadro abaixo, a área plantada com milho no Brasil diminuiu em média aproximadamente 1,2% ao ano e a produção total aumentou em média aproximadamente 2% ao ano. A redução da área plantada, de forma geral, resulta da competição com a soja pelas áreas cultiváveis, uma vez que possuem características semelhantes. Além disso, a produção de milho na região sul esteve sujeita a condições climáticas desfavoráveis na safra 2004/2005, o que deu ensejo à queda da produção em tal período.

	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005
Área Plantada (1.000 Has)	12.757,90	12.972,50	12.297,80	13.226,20	12.783,00	12.025,7
Produção (1000 Tons)	31.640,50	42.289,70	35.266,80	47.410,90	42.128,50	34.976,9
Produtividade (Kg/Ha)	2.480	3.260	2.868	3.585	3.286	2.909

Fonte: Conab

Historicamente, o preço internacional do milho tem oscilado entre US\$2/saca e US\$3/saca, conforme o gráfico abaixo, que demonstra a evolução do preço do milho entre 1986 e 2005:



Fonte: Bloomberg, baseado em Chicago Board of Trade, Ticker C1 (CMDTY)

## 6.9. Oleaginosos para a Produção de Biocombustíveis

Os biocombustíveis são fontes de energia renováveis, derivados de produtos agrícolas, que podem ser usados tanto isoladamente, como adicionados aos combustíveis convencionais. Como exemplos é possível citar o biodiesel, o etanol, o metanol, o metano e o carvão vegetal.

O levantamento realizado pela União da Agroindústria Canavieira de São Paulo demonstra o potencial de faturamento, em 2010, para empresas que investirem em biocombustíveis.

Tipo de energia	Alcool	Eletricidade	Biodiesel
Fonte	cana-de-açúcar	bagaco da cana-de-açúcar, madeira, gravetos	óleos de soja, milho, girassol, palma, amendoim, dendê, gordura animal
Faturamento	33 bilhões de reais	9 bilhões de reais	5 bilhões de reais

\* Projeções para o mercado interno, a preços de hoje.

Fontes: Consultoria Detagro, União da Agroindústria Canavieira de São Paulo

De acordo com informações da Esalq-USP, o biodiesel é óleo virgem derivado de algumas espécies de plantas. Dentre outros benefícios que possui, o biodiesel reduz as emissões poluentes se comparados aos derivados de petróleo, possui elevada capacidade de lubrificar as máquinas ou motores reduzindo potenciais danos, é biodegradável (e, portanto, seguro para armazenar e transportar), não é tóxico, não é explosivo, não é inflamável à temperatura ambiente, não contribui para a chuva ácida (pois não possui enxofre em sua composição), permite dispensar investimentos vultosos em grandes usinas ou linhas de transmissão em regiões com pequena demanda de energia. As plantas mais utilizadas atualmente na produção do biodiesel são a soja, a colza, o pinhão manso, a mamona, o babaçu, o girassol, o dendê e a macaúba, sendo os dois últimos os mais produtivos.

Tendo em vista as vantagens e o fato de o Brasil ser rico em espécies vegetais que liberam grande quantidade de óleo natural, o governo brasileiro têm estimulado a produção e comercialização do biodiesel, sendo a publicação do Decreto n.º 5.488/05, que regulamentou a lei 11.097/05, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, o marco principal. A política brasileira prevê o incentivo à produção da mamona no Nordeste e na Caatinga como um todo, do dendê no Norte e Amazônia, e da soja no Cerrado, Sul e Sudeste. A tabela abaixo demonstra a relação entre as variáveis produção, área colhida e rendimento médio (kg/há) da mamona no Brasil.

Ano	Produção	Área Colhida	Rendimento médio (Kg/ha)
1990	148	287	516
1991	130	234	555
1992	102	175	582
1993	43	141	306
1994	54	106	508
1995	33	76	434
1996	41	120	345
1997	97	153	636
1998	17	63	264
1999	33	104	321
2000	116	209	556

2001	100	172	582
2002	76	122	621
2003	84	134	625
2004	139	173	803
2005 <sup>1</sup>	168	231	728

<sup>1</sup>Preliminar

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Elaboração: Secretaria de Política Agrícola do MAPA

A demanda pelo óleo de mamona no mercado internacional permanece aproximadamente constante independente do preço. Isso faz com que os preços sejam muito instáveis e sofram grandes oscilações em curtos períodos. A produção da Índia é o fator de maior peso na definição do preço da mamona.

O aumento na área plantada e no nível tecnológico da produção na Índia forçam os preços para baixo, enquanto a ocorrência de secas ou a má distribuição das chuvas provocam aumento nas cotações. O mesmo ocorre em relação a outros países como China e Brasil, porém em menor escala.

Analisando-se a demanda, o consumo é praticamente constante, tendo poucos eventos consideráveis, como a ocorrência de conflitos bélicos, provocado repentino e imprevisto aumento no consumo, o que pode interferir na cotação do óleo de mamona. O aumento no preço de matérias primas alternativas, como o petróleo, também podem interferir no preço do óleo de mamona.

O principal ponto de comercialização de óleo de mamona é o porto de Rotterdam, na Holanda, onde diariamente é feita uma cotação que serve de referência para todos os países produtores e consumidores. Os preços são negociados em função dos estoques dos principais produtores e consumidores e expectativas de produção e consumo. Entre 1995 e 2004, o preço médio da tonelada de óleo de mamona variou de US\$ 701 a US\$ 1,069 com média de US\$ 910.

## **6.10. Produtos Florestais**

O Brasil dispõe de grandes áreas com florestas plantadas para fins industriais. Suas condições naturais, incluindo condições do solo, topografia, recursos hídricos e clima, em conjunto com capacidade tecnológica florestal relevante, favorecem a produção de madeira em tempo e área de cultivo menores, resultando em rendimento maior a menor custo.

De acordo com o relatório mais recente divulgado pelo MAPA, as exportações de celulose permaneceram relativamente estáveis, em US\$ 1,7 bilhão em 2004 quando comparado com os valores verificados em 2003. Os principais destinos foram Estados Unidos, China, Japão e países da União Européia. Já as vendas externas de papel chegaram a aproximadamente US\$ 1,2 bilhão em 2004, aproximadamente 9,2% acima do valor comercializado em 2003, de aproximadamente US\$ 1,1 bilhão.

Papel, celulose, madeiras e seus subprodutos compõem um importante item da pauta de exportações brasileiras. De acordo com MAPA, no ano de 2004, o país exportou aproximadamente US\$ 6,0 bilhões de produtos florestais, representando um aumento de aproximadamente 21,1% em comparação ao valor alcançado em 2003.

Conforme divulgado pelo MAPA, as exportações de madeira e seus subprodutos aumentaram aproximadamente 46,2% entre 2003 e 2004, passando de aproximadamente US\$ 2,1 bilhões para aproximadamente US\$ 3,0 bilhões. Os Estados Unidos são o principal comprador brasileiro, sendo que outros importantes destinos foram Reino Unido, China, Bélgica, França, Japão e Espanha.

Segundo dados da Associação Brasileira de Celulose e Papel, em 2005 o Brasil produziu 10,3 milhões de toneladas de celulose e 8,6 milhões de toneladas de papel, aproximadamente.



## **7. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA**

---

## **RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA**

### **7.1. Informações sobre as Partes**

#### *7.1.1. O Administrador*

O Administrador, subsidiária do Mellon Bank Corporation (EUA), é uma sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM, por meio do Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

Fundado em 1869 e com sede em Pittsburgh, Pennsylvania, o Mellon Bank Corporation é, atualmente, um dos maiores administradores de recursos do mundo, sendo responsável pela administração de aproximadamente USD 808 Bilhões. Seu foco em administração de fundos de investimento é amplamente reconhecido por publicações internacionais especializadas, tais como pela Morningstar, edição de setembro de 1998. Em abril de 1998, o Mellon Bank Corporation recebeu o prêmio de melhor família de fundos pela Worth Magazine.

A grande experiência do Mellon Bank Corporation no ramo de administração de recursos de terceiros permitiu ao Administrador ingressar no mercado brasileiro, bem como oferecer serviços de alto padrão de qualidade em administração de fundos de investimentos, atendendo, ainda, aos mais destacados e prestigiados administradores de carteiras independentes de recursos de terceiros, nos mercados nacional e internacional.

#### *7.1.2. O Gestor*

A Vision Brasil Gestão de Investimentos e Participações Ltda., é uma sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, n.º 514, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.793.323/0001-29, e devidamente autorizada pela CVM, por meio do Ato Declaratório n.º 8.952, de 14 de setembro de 2006, para o exercício profissional de administração de carteiras de investimentos e para realizar a gestão da Carteira do Fundo.

Fundada em 2006 por uma equipe de profissionais com mais de 15 anos de experiência no mercado financeiro, a sociedade tem seu foco voltado para investidores institucionais estrangeiros e atualmente é responsável pela gestão de um patrimônio líquido de USD 1,4 bilhão.

### *7.1.3. O Custodiante*

O Custodiante, pertencente ao Grupo Santander, é uma sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amador Bueno, n.º 474, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 61.472.676/0001-72.

O Custodiante possui destacada atuação nos serviços de custódia pelo mundo, atuando em mais de 38 países, distribuídos por todos os continentes, com destacada atuação na Espanha, Portugal, Brasil, México, Chile, Argentina, Colômbia e Venezuela.

O Grupo Santander possui mais de 400 Bilhões de Euros em ativos de clientes sob custódia pelo mundo e mais de 80 Bilhões de Euros de ativos de clientes sob custódia na América Latina.

No Brasil, o Custodiante atua nos serviços de custódia qualificada desde 1997 e possui mais de R\$ 35 Bilhões de ativos de clientes sob custódia.

Inovação e elevados padrões de qualidade são pontos levados a sério pelo serviço de custódia qualificada prestado pelo Custodiante, sendo a única custódia qualificada na América do Sul com rating em serviços (Standard and Poors - agosto/05 - Above Average). Ademais, o Custodiante foi escolhido pelo segundo ano consecutivo como o melhor custodiante qualificado no mercado doméstico, segundo a edição de dezembro de 2004 e 2005 da Global Custodian Magazine, e é o único custodiante qualificado TOP RATED no Brasil, conforme publicação da Global Custodian Magazine, de dezembro de 2005.

## **7.2. Relacionamento entre as Partes**

### *7.2.1. Relacionamento entre o Administrador e o Gestor*

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Gestor não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto e os decorrentes do fato de o Gestor prestar serviços de administração de outros fundos de investimento administrados pelo Administrador.

### *7.2.2. Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante*

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto, assim como do relacionamento existente em razão do Administrador ser administrador de outros fundos de investimento que têm como custodiante o Custodiante.

### *7.2.3. Relacionamento entre o Gestor e o Custodiante*

Na data deste Prospecto, o Gestor e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial além daqueles descritos neste Prospecto.

## **8. ANEXOS**

---

## **ANEXO I AO PROSPECTO**

### **Sumário dos Documentos da Operação**

#### *Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada do V1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro*

O Contrato de Custódia foi celebrado com o Custodiante, tendo por objeto a prestação, pelo Custodiante, dos serviços de custódia qualificada dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01.

Adicionalmente ao Contrato de Custódia, toda e qualquer operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo será amparada, ao menos, mas não se limitando, pelos documentos mencionados abaixo, quais sejam:

#### *Comprovante de Endosso Eletrônico*

Por meio do Comprovante de Endosso Eletrônico emitido pela CETIP e/ou BM&F e/ou outros sistemas de registro, liquidação e custódia reconhecidos pelo Banco Central ou autorizados pela CVM, restará comprovada a transferência dos Direitos de Crédito ao Fundo.

#### *Recibo*

O Recibo emitido por cada Cedente, em que, dentre outras informações, deverá constar a descrição do Direito de Crédito, bem como o preço de venda e a taxa de desconto aplicável.

#### *Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças*

Por meio da celebração do Contrato de Cobrança, será contratado Agente de Cobrança qualificado para prestar serviços de cobrança dos Direitos de Crédito que não sejam objeto de pagamento pelos respectivos devedores nas respectivas datas de vencimento, de forma a cumprir com os procedimentos de cobrança descritos no Regulamento do Fundo, conforme descritos no Anexo IX a

este Prospecto.

*Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Física de Documentos Representativos de Crédito*

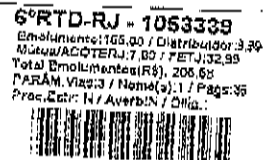
Por meio do Contrato de Depósito, será contratado Agente de Depósito qualificado, para prestar serviços de custódia, armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos de Crédito.

## **ANEXO II AO PROSPECTO**

**Cópia do Instrumento Particular de Constituição do Fundo**



1053339 26-06-06



**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA  
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

CNPJ/MF n.º 02.201.501/0001-61

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO VI FUNDO DE  
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO**

1. Pelo presente instrumento particular, a Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora ("Administrador"), resolve:
  - a. Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios nos termos da Instrução da CVM n.º 356/01, conforme alterada, em regime de condomínio fechado, que será denominado VI Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro;
  - b. Aprovar o Regulamento do Fundo, que segue anexo ao presente instrumento de constituição;
  - c. Nomear o Sr. José Carlos Xavier de Oliveira, brasileiro, divorciado, economista, portador da cédula de identidade R.G. n.º 04.667.892 IFP/RJ, inscrito no CPF sob n.º 003.888.737-10, domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, 231, 11º andar, para ser o diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;
  - d. Assumir as funções de administração e controladoria do Fundo e contratar as seguintes instituições como prestadores de serviços do Fundo: (i) Banif Primus Asset Management Ltda., para ser responsável pela gestão da carteira de investimentos do Fundo; (ii) Banco Santander Brasil S.A., para ser responsável pela custódia dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo; (iii) KPMG Auditores Independentes, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo e (iv) LF Rating, para ser responsável pela classificação de risco do Fundo;
  - e. Deliberar sobre a emissão, pelo Fundo, de até 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas da sua primeira emissão, que corresponderão a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo que as quotas ora emitidas terão preço inicial e unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando até R\$ 150.000.000,00 (cento e



105333926-06-06

cinquenta milhões de reais). As quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado e no primeiro suplemento ao Regulamento (que segue anexo ao presente instrumento), serão objeto de registro perante a CVM, nos termos das Instruções CVM n.º 400/03 e 356/01 e serão inicialmente admitidas à negociação no sistema SOMAFIX da Bolsa de Valores de São Paulo; e

- f. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e de realização da primeira emissão de quotas do Fundo, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM n.º 356/01 para a obtenção de aprovação da CVM relativa à constituição do Fundo, registro automático do Fundo e registro da primeira emissão de quotas do Fundo.
2. Estando assim deliberado o presente instrumento de constituição, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2006

*Paulo César Andrade dos Santos*  
**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

6.º RTD - RUA BUENOS AIRES, 56 - 1.º ANDAR - CENTRO  
TELEFONE: (21) 2133-7878 / www.6to-rtd.com.br  
REGISTRADO EM MICROFILMES O.H. E DATA DECLARADOS  
A MARGEM, O QUE CÉPTIMO.

☐ Sonja Maria Andrade dos Santos - Oficial  
☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1.º Substituto  
CTPS n.º 26.122/024-RJ  
☒ Marco André da A. S. Santos - 2.º Substituto  
CTPS n.º 25276/015-RN

6.º OFÍCIO  
REGISTRO DE  
TÍTULOS E  
DOCUMENTOS  
www.6to-rtd.com.br




RIR09085



## **ANEXO III AO PROSPECTO**

**Cópia do Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo**

105913530-08-06

6ºRTD-RJ - 1059135  
Emolumento: 162,60 / Distribuidor: 9,90  
Mutua/ACOTERJ: 7,60 / FETJ: 32,56  
Lei 4.664/06: 8,14 / Tot. Emol.: 211,06  
PARÂM: Vltm: 3 / Nome(s): 1 / Págs: 36  
Proc. Extr.: N / Averb.: S / Dila.:  


**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA  
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
CNPJ/MF n.º 02.201.501/0001-61

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO VI  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO ("FUNDO")**

1. Pelo presente instrumento particular, a Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora ("Administrador"), resolve:
  - a. Alterar o regulamento do Fundo ("Regulamento") para refletir o atendimento às exigências apresentadas pela CVM por meio do Ofício CVM/SRE/GER-1/N.º 1694/2006;
  - b. Aprovar a nova versão do Regulamento, a qual segue anexa ao presente instrumento particular de alteração; e
  - c. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do Regulamento.
2. Estando assim deliberado o presente instrumento de alteração, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2006



*Luiz Falcão*

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**AVERBADO** ao registro n.º 105913530 do  
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro  
de Títulos e Documentos - RJ  
Dou fé.  
RJ, 30/08/06  
Oficial \_\_\_\_\_

**6.º RTD** - RUA BUENOS AIRES, 56 - 4.º ANDAR - CENTRO - RJ  
TELEFONE: (21) 2233-7878 - www.rtd-rj.com.br  
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O N.º E DATA DECLARADOS  
A MARGEM, O QUE CERTIFICO.  
☐ Sonia Maria Andrade dos Santos - Oficial  
☒ Paulo César Andrade dos Santos - 1.º Substituto  
CTPS n.º 26.125/024-13  
☐ Marco Antônio A. B. Santos - 2.º Substituto  
CTPS n.º 22/604-MN



## **ANEXO IV AO PROSPECTO**

**Cópia do Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo**

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA  
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
CNPJ/MF n.º 02.201.501/0001-61

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO V1  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO ("FUNDO")**  
CNPJ/MF n.º 08.093.745/0001-54

1. Pelo presente instrumento particular, a Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora ("Administrador"), resolve:
  - a. Alterar o regulamento do Fundo ("Regulamento"), inclusive para refletir o atendimento às exigências apresentadas pela CVM por meio do Ofício CVM/SRE/GER-1/N.º 2174/2006;
  - b. Aprovar a nova versão do Regulamento, a qual segue anexa ao presente instrumento particular de alteração; e
  - c. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do Regulamento.
2. Estando assim deliberado o presente instrumento de alteração, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 2006

*Sônia Maria Andrade dos Santos*  
*Paulo César Andrade dos Santos*  
**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS S.A.**



**VERBADO** ao registro n.º 1059135 do  
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro  
de Títulos e Documentos - RJ  
Dou fé.  
RJ, 09/10/06  
Oficial *[Assinatura]*

**106232709-10-06**  
**6.º RTD** - RUA BUENOS AIRES, 56 - 4.º ANDAR - CENTRO - RJ  
TELEFONE: (21) 2233-7878 / [www.6rd-rj.com.br](http://www.6rd-rj.com.br)  
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS  
A MARGEM, O QUE CERTIFICO.  
☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficial  
☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1.º Substituto  
CTPS n.º 26.122/02-RJ  
☐ Marco André da A. S. Santos - 2.º Substituto  
CTPS n.º 25274015-RJ



## **ANEXO V AO PROSPECTO**

**Cópia do Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo**



**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA  
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

CNPJ/MF n.º 02.201.501/0001-61

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO VI  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO ("FUNDO")**

CNPJ/MF n.º 08.093.745/0001-54

1. Pelo presente instrumento particular, a Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora ("Administrador"), resolve:
  - a. Alterar o regulamento do Fundo ("Regulamento"), inclusive para refletir o atendimento às exigências apresentadas pela CVM por meio do Ofício CVM/SRE/GER-1/N.º 2316/2006;
  - b. Aprovar a nova versão do Regulamento, a qual segue anexa ao presente instrumento particular de alteração; e
  - c. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do Regulamento.
2. Estando assim deliberado o presente instrumento de alteração, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

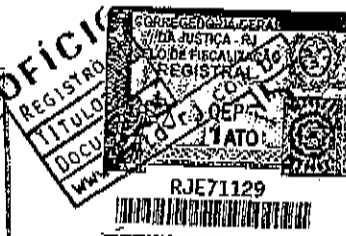
Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2006

*Luiz Roberto* *Adriana Tredago Silva*  
**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS S.A.**

1063278 20-10-06

6.º RTD - RUA BUENOS AIRES, 56 - 4.º ANDAR - CENTRO - RJ  
TELEFONE: (21) 2133-7870 / www.spa-rj.com.br  
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O N.º E DATA DECLARADOS  
A MARGEM, O QUE CERTIFICOU.

☐ Sonia Maria Andrade dos Santos - Oficiala  
☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1.º Substituto  
CTPS n.º 25.122/024-RJ  
☒ Marco André da A. S. Santos - 2.º Substituto  
CTPS n.º 26276/018-RN



**AVERBADO** ao registro n.º 1063278 do  
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro  
de Títulos e Documentos - RJ  
Dou fé.

RJ, 20/10/06  
Oficial [Assinatura]





## **ANEXO VI AO PROSPECTO**

**Cópia da Ata da Assembléia Geral de Quotistas que aprovou a Segunda Emissão**

1092134 13-09-07

**VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO**  
CNPJ/MF n.º 08.093.745/0001-54

**Ata da Assembleia Geral de Quotistas realizada  
em 11 de setembro de 2007**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 11 dias do mês de setembro do ano de 2007, às 17 horas, na sede social da Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do VI Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro ("Fundo").

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em virtude da presença de quotistas representando, nesta data, a totalidade dos quotistas do Fundo ("Quotistas"), conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Quotistas do Fundo.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Luísa Saboia; Secretária: Camila Serra.

**ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre a emissão, pelo Fundo, de até 671.384 (seiscentas e setenta e uma mil, trezentas e oitenta e quatro) quotas da sua segunda emissão ("Segunda Emissão"); (ii) deliberar sobre a substituição do gestor do Fundo; (iii) ratificar as decisões tomadas na Assembleia Geral de Quotistas realizada em 10 de agosto de 2007; (iv) aprovar a nova versão do regulamento do Fundo, a qual segue anexa a este instrumento de deliberação ("Regulamento"); (v) aprovar a nova versão do modelo de suplemento ao Regulamento, constante do Anexo II do Regulamento, a qual segue anexa a este instrumento de deliberação ("Modelo de Suplemento"); (vi) aprovar o segundo suplemento ao Regulamento, constante do Anexo IV do Regulamento, referente à Segunda Emissão de Quotas do Fundo, o qual segue anexo a este instrumento de deliberação ("Segundo Suplemento"); (vii) aprovar a alteração do primeiro suplemento ao Regulamento, constante do Anexo III do Regulamento, referente à primeira emissão do Fundo ("Primeira Emissão"), o qual segue anexo a este instrumento de deliberação ("Primeiro Suplemento"); (ix) deliberar sobre a autorização para o Administrador do Fundo efetuar o pagamento, em nome e por conta do Fundo, da taxa de fiscalização do mercado de valores mobiliários ("Taxa de Fiscalização"), referente ao registro da distribuição pública das quotas da Segunda Emissão; (x) deliberar sobre a autorização para o Administrador, em nome e por conta do Fundo, efetuar o reembolso à Rhema Trust Assessoria Empresarial Ltda. ("Rhema"), do valor recolhido a título de Taxa de Fiscalização no âmbito da Primeira Emissão pela Rhema em benefício do Fundo; e (xi) submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de realização da Segunda Emissão de quotas do Fundo e de alteração do Regulamento do Fundo.

**DELIBERAÇÕES:** os Quotistas do Fundo decidiram de comum acordo e sem quaisquer restrições: (i) deliberar sobre a emissão, pelo Fundo, de até 671.384 (seiscentas e setenta e uma mil, trezentas e oitenta e quatro) quotas da sua Segunda Emissão, que corresponderão a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo que as quotas ora emitidas terão preço unitário de emissão de R\$ 1.489,46 (mil quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos), totalizando até R\$ 999.999.612,64 (novecentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e



nove mil, seiscientos e doze reais e sessenta e quatro centavos); as quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado e no segundo suplemento ao Regulamento (que segue anexo ao presente instrumento), e serão objeto de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356/01"), e da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400/03"), e serão inicialmente admitidas à negociação no sistema SOMAFIX, administrado e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA; (ii) substituir o atual gestor do Fundo, Banif Primus Asset Management Ltda., pela Vision Brazil Gestão de Investimentos e Participações Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 8.952, de 14 de setembro de 2006, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, n.º 514, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.793.323/0001-29, que será responsável pela gestão da carteira do Fundo a partir desta data; (iii) ratificar as decisões tomadas na Assembleia Geral de Quotistas realizada em 10 de agosto de 2007; (iv) alterar o Regulamento do Fundo, inclusive para refletir a alteração aprovada no item (iii) acima e a aprovação da realização da Segunda Emissão de quotas do Fundo; (v) aprovar a nova versão do Modelo de Suplemento, a qual segue anexa a este instrumento de deliberação; (vi) aprovar o Segundo Suplemento, o qual segue anexo a este instrumento de deliberação; (vii) tendo em vista que Quotas da Primeira Emissão foram canceladas, em virtude de não terem sido subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data do registro perante a CVM da distribuição pública da primeira emissão de Quotas do Fundo, aprovar a alteração do Primeiro Suplemento, o qual segue anexo a este instrumento de deliberação; (viii) autorizar o Administrador a efetuar o pagamento, em nome e por conta do Fundo, da Taxa de Fiscalização referente ao registro da distribuição pública das quotas da Segunda Emissão do Fundo, no valor de R\$ 82.870,00 (oitenta e dois mil oitocentos e setenta reais) (o valor da taxa foi calculado por meio da aplicação da alíquota de 0,64% sobre o valor total da Segunda Emissão indicado no item (i) acima, limitado à taxa máxima por registro); (ix) autorizar o Administrador a efetuar, em nome e por conta do Fundo, o reembolso à Rhema do montante de R\$ 82.870,00 (oitenta e dois mil oitocentos e setenta reais) equivalente à Taxa de Fiscalização recolhida pela mesma, no âmbito da Primeira Emissão do Fundo; e (xi) submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de realização da Segunda Emissão de quotas do Fundo e de deliberação de alteração do Regulamento do Fundo, assim como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM 356/01 e Instrução CVM 400/03, para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao registro da Segunda Emissão de quotas do Fundo.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral de Quotistas encerrada com a lavratura da presente ata. Estando assim deliberado este instrumento, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma. A presente é cópia fiel da ata de Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, realizada em 11 de setembro de 2007, lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2007.

1002134 13-09-07

Certifico que a presente ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio.

6º RTD Rua Buenos Ayres, 56 - 4º Andar - Centro - RJ  
Tels.: (21) 2233-7878 / www.rtd-ri.com.br  
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O N.º E DATA DECLARADOS  
A MARGEM, O QUE CERTIFICO.

☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficial  
☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto  
CTPS n.º 26.122/024 - RJ  
☒ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto  
CTPS n.º 25276/015 - RN  
☐ Cleia de Araujo Barreto - 3ª Substituta  
CTPS n.º 7324128-001 - RJ

AVERBADO ao registro n.º 1063273 do  
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro  
de Títulos e Documentos - RJ  
Dou fé.

RJ, 13/09/07

Oficial

Camila Serra  
Camila Serra  
Secretária



## **ANEXO VII AO PROSPECTO**

**Cópia do Regulamento vigente na data deste Prospecto**

**REGULAMENTO DO  
V1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO**

**CAPÍTULO UM - DA DENOMINAÇÃO, FORMA,  
PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

1.1. - O V1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro (o "Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. - O Fundo terá prazo de duração indeterminado, mas cada quota do Fundo terá prazo determinado de vencimento, ou seja, prazo determinado para resgate.

1.3. - O patrimônio do Fundo será formado por uma ou mais séries de Quotas de uma única classe (conforme definido no item 10.1. abaixo).

1.3.1. - As características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nos Capítulos Dez a Quinze deste Regulamento.

**CAPÍTULO DOIS - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO  
E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO**

2.1. - O Fundo é destinado a investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM 409/04"), residentes e domiciliados e/ou não residentes no País (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo serão denominados simplesmente como "Quotistas").

2.1.1. - A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

**CAPÍTULO TRÊS - DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO**

3.1. - O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Quotistas, por meio da aplicação de parcela preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito do Agronegócio, conforme definidos abaixo, de titularidade de um e/ou de diversos cedentes (cada, um "Cedente"), que venham a ceder Direitos de Crédito do Agronegócio ao Fundo e observem o disposto neste Regulamento.

3.1.1. - Somente poderão compor a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), direitos de crédito do agronegócio, assim entendidos como aqueles direitos creditórios



decorrentes de Cédulas de Produto Rural para liquidação financeira emitidas nos termos da Lei n.º 8.929, de 22 de agosto de 1994 ("Lei 8.929/94" e "CPRs"), e de Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio emitidos nos termos da Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004 ("Lei 11.076/04"), lastreados em direitos creditórios originados de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária ("CDCAs") (as CPRs e os CDCAs, em conjunto, os "Direitos de Crédito do Agronegócio" ou "Direitos de Crédito"), que atendam, cumulativamente, a todos os Critérios de Elegibilidade (conforme abaixo definido) descritos no Capítulo Cinco abaixo.

3.1.2. – Os documentos que formalizam a origem e a existência dos Direitos de Crédito são as cartulas das CPRs e dos CDCAs e os contratos vinculados à emissão das CPRs e dos CDCAs, que podem variar de operação para operação, mas que, como regra geral, compreendem, mas não se limitam, aos seguintes: contrato de cessão fiduciária de recebíveis, contrato de penhor de mercadorias, contrato de conta vinculada, contrato de depósito de produtos, contrato de monitoramento de garantia e contrato de compra e venda de mercadorias (em conjunto, os "Documentos Representativos de Crédito").

3.1.3. – Tendo em vista a natureza específica dos Direitos de Crédito, o fato de que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados por entidades Cedentes distintas, e de que cada carteira de Direitos de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, este Regulamento não traz a descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos de Crédito.

3.1.4. Os Quotistas adquirentes de Quotas do Fundo deverão atestar, por escrito, por meio de Termo de Adesão e da Declaração de Investidor Qualificado (conforme definidos abaixo), ter completo entendimento e conhecimento do disposto no item acima, bem como estar ciente de eventuais riscos relacionados ao disposto no item acima, inclusive, mas não se limitando, à possibilidade de perda total de seu capital investido no Fundo, e do risco de ser chamado para realizar aportes adicionais de recursos ao Fundo.

3.2. – A parcela do patrimônio do Fundo não alocada em Direitos de Crédito do Agronegócio será aplicada em determinados ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, a critério do Gestor e em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação admitidos no Capítulo Sete abaixo.

3.3. – As Quotas do Fundo não terão parâmetro e/ou meta de rentabilidade pré-determinado.



## **CAPÍTULO QUATRO – DAS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO**

4.1. – Toda e qualquer operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo deverá ser amparada, ao menos, mas não se limitando, por comprovante de endosso eletrônico emitido pela entidade registradora indicada no item 5.1.(a) abaixo, que comprove a transferência dos Direitos de Crédito ao Fundo ("Comprovante de Endosso Eletrônico"), acompanhado de recibo emitido pelo Cedente, em que, dentre outras informações, deverá constar a descrição do Direito de Crédito, bem como o preço de venda e a taxa de desconto aplicável ("Recibo").

4.2. – Além do disposto acima, o Fundo celebrará, com a interveniência e anuência do Custodiante, (i) contrato de prestação de serviços de cobrança de Direitos de Crédito, por meio do qual será contratado agente de cobrança qualificado (o agente de cobrança responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito, o "Agente de Cobrança"), para prestar, diretamente ou por meio de seus agentes, serviços de cobrança de todos os Direitos de Crédito Elegíveis (conforme definido abaixo), de forma a cumprir com os procedimentos de cobrança descritos no Anexo I deste Regulamento ("Contrato de Cobrança"), e (ii) contrato de prestação de serviços de custódia física de Documentos Representativos de Crédito, por meio do qual será contratado agente de depósito qualificado (o agente de depósito responsável pela guarda dos Documentos Representativos de Crédito, o "Agente de Depósito"), para prestar serviços de custódia, armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Representativos de Crédito referentes a todos os Direitos de Crédito Elegíveis ("Contrato de Depósito").

## **CAPÍTULO CINCO - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E OUTRAS CONDIÇÕES REFERENTES ÀS OPERAÇÕES DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO**

5.1. – Somente poderão ser objeto de cessão entre um Cedente e o Fundo Direitos de Crédito do Agronegócio cuja origem e existência estejam formalizadas por meio de CPRs e/ou CDCAs que atendam cumulativamente aos critérios de elegibilidade descritos a seguir ("Critérios de Elegibilidade"):

(a) as CPRs e/ou os CDCAs devem estar registrados na Câmara de Liquidação e Custódia – CETIP, e/ou na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F e/ou em outros sistemas de registro, liquidação e custódia reconhecidos pelo Banco Central do Brasil ou autorizados pela CVM;

(b) as CPRs e/ou os CDCAs deverão atender a todas as condições previstas nas Leis 8.929/94 e 11.076/04, de modo a permitir, necessariamente, a sua liquidação em moeda corrente nacional, ou seja, liquidação financeira;



(c) as CPRs e/ou os CDCAs deverão atender a todos os requisitos previstos nas Leis 8.929/94 e 11.076/04 e nas respectivas cédulas, imprescindíveis à sua validade e emissão, inclusive no que diz respeito à necessidade de assinatura dos respectivos emitentes; e

(d) os emissores das CPRs e/ou dos CDCAs devem ser atuantes e as CPRs e os CDCAs devem ser referentes a qualquer dos seguintes setores econômicos: açúcar/álcool, café, pecuário bovino, soja, laranja, algodão, milho, oleaginosos para a produção de biocombustíveis e/ou florestal.

5.2. – Os Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao Fundo serão designados simplesmente como os "Direitos de Crédito Elegíveis".

5.3. – Observado o disposto no Capítulo Seis abaixo, o Custodiante será responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito do Agronegócio aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito do Agronegócio envolvendo o Fundo e cada Cedente.

5.3.1. – O Custodiante não se responsabilizará por quaisquer danos e/ou prejuízos causados ao Fundo em virtude da aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito do Agronegócio em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, que não tenham sido objeto de prévia verificação e aprovação pelo Custodiante, conforme disposto acima e no Capítulo Seis abaixo.

## **CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE OFERTA E DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

6.1. – A cessão de Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos seguintes eventos:

(a) apresentação, pelos Cedentes, de oferta de Direitos de Crédito ao Fundo, bem como de vias originais ou cópias dos Documentos Representativos de Crédito, mediante envio de arquivo físico ou eletrônico ao Gestor (conforme definido abaixo);

(b) análise da oferta e das vias originais ou cópias dos Documentos Representativos de Crédito pelo Gestor, bem como seleção e identificação dos Direitos de Crédito ofertados que, eventualmente, interessem ao Fundo, cabendo ao Gestor, sob sua única e exclusiva responsabilidade, selecionar somente Direitos de Crédito já performados, ou seja, cuja existência, validade e exequibilidade não dependam de prestação futura dos respectivos originadores e/ou cedentes;

(c) encaminhamento, pelo Gestor, ao Administrador, por meio do envio de arquivo físico ou eletrônico, de cópia da oferta dos Cedentes e dos Documentos Representativos de



Crédito referentes aos Direitos de Crédito de interesse do Fundo, sendo que o Administrador, por sua vez, será responsável por encaminhar, por meio do envio de arquivo físico e/ou eletrônico, cópia da oferta dos Cedentes e dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos de Crédito de interesse do Fundo ao Custodiante;

(d) verificação e validação, pelo Custodiante, do atendimento dos Direitos de Crédito ofertados pelos Cedentes aos Critérios de Elegibilidade previstos no Capítulo Cinco deste Regulamento, bem como comunicação, por escrito, por meio eletrônico ou fac-símile, ao Administrador e ao Gestor, pelo Custodiante, do atendimento dos Direitos de Crédito ofertados pelos Cedentes aos Critérios de Elegibilidade, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento de cópia da oferta dos Cedentes e dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos de Crédito de interesse do Fundo, conforme enviados pelo Administrador nos termos descritos acima;

(e) recebimento, pelo Fundo, de Comprovante de Endosso Eletrônico a ser emitido pela entidade registradora do Direito de Crédito e Recibo a ser emitido pelo Cedente;

(f) liquidação financeira, pelo Custodiante, em nome e por conta do Fundo, para cada Cedente, do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis transferidos ao Fundo, de acordo com cada Comprovante de Endosso Eletrônico e Recibo; e

(g) encaminhamento ao Agente de Depósito, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data de recebimento do Comprovante de Endosso Eletrônico e Recibo pelo Administrador, de cópias autenticadas dos Documentos Representativos de Crédito dos Direitos de Crédito Elegíveis transferidos ao Fundo, bem como de cópias autenticadas do Comprovante de Endosso Eletrônico e do Recibo.

## **CAPÍTULO SETE – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO**

7.1. – Como o objetivo do Fundo é proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, mediante a aquisição de Direitos de Créditos Elegíveis, os recursos do Fundo serão utilizados para a aplicação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis.

7.2. – A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis, a qual não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento), exceto nas hipóteses previstas neste Capítulo e neste Regulamento, será necessariamente alocada em moeda corrente nacional e/ou nos ativos financeiros a seguir descritos ("Ativos Financeiros"):

(i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;



- (ii) certificados de depósito bancário emitidos por Instituições Financeiras Autorizadas (conforme definido abaixo);
- (iii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- (iv) quotas de emissão de fundos de investimento regulados pela Instrução CVM 409/04 classificados como da classe referenciados DI.

7.2.1. – O Gestor envidará os melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas.

7.2.2. – Para os fins de que trata este Regulamento, as seguintes instituições financeiras são consideradas Instituições Financeiras Autorizadas: (i) Banco Itaú S.A., (ii) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (iii) Banco Bradesco S.A., (iv) Banco Citibank S.A., (v) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, (vi) Banco ABN Amro Real S.A., e (vii) Banco Votorantim S.A. ("Instituições Financeiras Autorizadas").

7.3. – Observado o disposto nos itens 7.1. e 7.2. acima, o Gestor observará os seguintes critérios de concentração e diversificação para o Fundo: (i) até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Ativos Financeiros devidos por um único emissor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade; e (ii) até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Direitos de Crédito Elegíveis devidos por um único sacado, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade.

7.4. – Para proteger as posições da Carteira detidas à vista, inclusive da variação do preço dos ativos subjacentes aos Direitos de Crédito Elegíveis, o Fundo poderá utilizar instrumentos derivativos de renda fixa, em mercado de balcão organizado, bolsa de valores e/ou em bolsa de mercadorias e futuros até o limite dessas operações. O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

7.5. – O Fundo poderá contratar operações com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador e/ou do Gestor ou, ainda, com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor, observado que as operações descritas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações da Carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

7.6. – Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente pelo Gestor, sob sua única e exclusiva responsabilidade, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil.



100213413-09-07

imediatamente anterior ao da realização de cada cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo.

7.6.1. – Serão considerados, para efeito de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos com operações, para fins de proteção das posições detidas a vista, no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

7.7. – Os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

7.8. – Na hipótese de desenquadramento da Carteira do Fundo com relação aos percentuais de composição, concentração e diversificação previstos neste Capítulo por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos ("Prazo para Reenquadramento"), o Administrador (conforme definido abaixo) deverá convocar, no 1º (primeiro) dia útil após o encerramento do Prazo para Reenquadramento, Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) aquisição de Direitos de Crédito do Agronegócio para fins de reenquadramento da Carteira; (ii) realização de Amortização Extraordinária das Quotas (conforme definida no item 14.1. abaixo), observado, no que couber, o disposto no Capítulo Quatorze abaixo; (iii) prorrogação do Prazo para Reenquadramento; ou (iv) liquidação antecipada do Fundo, mediante resgate total das Quotas.

7.9. – O Fundo não contará com garantia do Administrador, do Gestor, dos Cedentes, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

#### **CAPÍTULO OITO – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA**

8.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito Elegíveis e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

8.2. – No cálculo do valor da Carteira serão observados os seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme



estabelecido na regulamentação em vigor e definidos no Manual de Marcação a Mercado do Administrador; e (ii) os Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da Carteira serão contabilizados com base em seu custo de aquisição (com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento) e/ou pelo seu valor de mercado, quando houver.

8.3. – Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito Elegíveis, inclusive eventual ágio ou deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

8.4. – O Administrador constituirá, obedecida a escala de provisionamento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, em até 180 (cento e oitenta) dias corridos da data de vencimento do Direito de Crédito Elegível e/ou do Ativo Financeiro não pago no vencimento, provisão para créditos de liquidação duvidosa, com valor equivalente a até 100% do valor do Direito de Crédito Elegível e/ou do Ativo Financeiro não pago no vencimento, nos termos da referida Resolução.

8.5. – As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo e os valores de cada Direito de Crédito Elegível e Ativo Financeiro, calculados de acordo com o disposto neste Regulamento, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

## **CAPÍTULO NOVE – DO PATRIMÔNIO AUTORIZADO, DO PATRIMÔNIO E DAS NOVAS EMISSÕES DO FUNDO**

9.1. – O patrimônio do Fundo ("Patrimônio") é formado por Quotas de uma única classe. O patrimônio autorizado do Fundo corresponde a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) ("Patrimônio Autorizado").

9.1.1. – As Quotas do Fundo serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto nos Capítulos Dez a Quinze abaixo, sendo que cada emissão de Quotas do Fundo será descrita em suplemento a este Regulamento, preparado de acordo com o modelo constante do Anexo II ("Suplemento").

9.2. – Novas Emissões de quotas do Fundo ("Novas Quotas"), até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas a exclusivo critério do Administrador, mediante solicitação do Gestor, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas. Emissões de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Quotistas.



9.2.1. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao valor da Quota na data da emissão, calculado de acordo com o disposto no item 10.12. abaixo.

9.2.1.1. - Entende-se por data da emissão, a data em que o Administrador, conforme orientação do Gestor ou aprovação da Assembleia Geral de Quotistas, conforme o caso, aprovar a emissão de Novas Quotas do Fundo.

9.2.2. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo, os Quotistas já ingressos no Fundo não terão qualquer direito de preferência na aquisição de tais Novas Quotas.

9.2.3. - Quaisquer Novas Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo terão prazo de vencimento posterior aos prazos de vencimento das Quotas já em circulação, conforme disposto no respectivo Suplemento.

9.2.4. - A distribuição pública de Novas Quotas do Fundo será previamente registrada na CVM, nos termos das Instruções CVM n.º 356/01 e n.º 400/03.

## **CAPÍTULO DEZ - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS**

### Características das Quotas

10.1. - As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio, o qual será formado por uma ou mais séries de Quotas de uma única classe. Entende-se por Quotas, as Quotas de emissão do Fundo em conjunto com as Novas Quotas que vierem a ser emitidas pelo Fundo ("Quotas").

10.2. - Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Quotistas, mantida pelo Administrador.

### Direitos Patrimoniais

10.3. - Não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas de qualquer emissão para os pagamentos de amortização e/ou resgates, observados os termos deste Regulamento e dos Suplementos.

### Direitos de Voto das Quotas

10.4. - As Quotas terão direito de voto, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo.



200213413-09-07

#### Razão de Garantia

10.5. – O Fundo não terá razão de garantia, vez que todas as Quotas do Fundo terão os mesmos direitos e obrigações e não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas de qualquer emissão para os pagamentos de amortização e/ou resgates.

#### Distribuição das Quotas do Fundo

10.6. – As Quotas do Fundo serão objeto de registro, nos termos das Instruções CVM n.º 356/01 e n.º 400/03. As Quotas do Fundo deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública de cada emissão de Quotas do Fundo.

10.7. – Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas de cada emissão do Fundo que não sejam subscritas dentro do prazo máximo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido serão canceladas pelo Administrador, com o conseqüente aditamento do Suplemento da emissão respectiva, sem necessidade de aprovação de tal aditamento em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, e sem prejuízo da possibilidade de cancelamento, pelo Administrador, das Quotas não subscritas, em prazo inferior ao citado acima.

10.8. – O anúncio de início de distribuição pública de cada emissão de Quotas do Fundo apresentará os termos e condições da distribuição de tais Quotas, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas, observado o disposto neste Regulamento e nas Instruções CVM n.º 356/01 e n.º 400/03.

#### Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo

10.9. – No ato da subscrição de Quotas do Fundo, o Quotista (i) celebrará "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas" com o Fundo ("Compromisso de Investimento"), que estabelecerá (a) os termos, condições e procedimentos para a integralização das Quotas subscritas pelo Quotista, mediante a apresentação de chamadas de capital pelo Administrador, mediante orientação do Gestor (cada, uma "Chamada de Capital") na medida em que o Fundo tenha oportunidade de aquisição de Direitos de Crédito ou necessite de recursos para efetuar o pagamento de despesas e encargos do Fundo indicados no Capítulo Dezesseis abaixo, observado o prazo máximo para integralização indicado no Suplemento da respectiva Emissão, assim como (b) as penalidades a que o Quotista estará sujeito em caso de descumprimento de suas obrigações de integralizar as Quotas quando da apresentação de Chamadas de Capital pelo Administrador, (ii) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo Administrador e será parte integrante do Compromisso de Investimento, e (iii) receberá exemplar deste Regulamento e do prospecto do Fundo ("Prospecto"), declarando, por



100212413-09-07

meio da assinatura de termo de adesão a este Regulamento e ciência de risco ("Termo de Adesão") e de Declaração de Investidor Qualificado nos termos do Anexo I da Instrução CVM 409/04 ("Declaração de Investidor Qualificado"), estar ciente, inclusive, mas não se limitando, (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes ao objetivo, à composição da Carteira do Fundo, à política de investimento e à taxa de administração cobrada pelo Administrador nos termos descritos neste Regulamento e (b) dos riscos inerentes ao investimento nas Quotas do Fundo, conforme descritos neste Regulamento.

10.10. – As Quotas do Fundo poderão ser integralizadas à vista, no ato da subscrição, ou a prazo, na medida em que o Administrador apresente Chamadas de Capital aos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados entre cada Quotista e o Fundo, em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota na data da integralização ("Preço de Integralização"), calculado de acordo com o disposto no item 10.12. abaixo, conforme indicado no Suplemento da Emissão.

10.10.1. – Na hipótese de a integralização ocorrer a prazo, o prazo máximo para que os Quotistas integralizem as Quotas por eles subscritas deverá ser indicado no Suplemento da respectiva Emissão.

10.10.2. – As Chamadas de Capital referidas acima serão realizadas pelo Administrador, conforme orientação do Gestor, até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas por Quotistas no âmbito de Compromissos de Investimento tenham sido integralizadas pelos respectivos Quotistas.

10.11. – A integralização das Quotas do Fundo será efetuada em moeda corrente nacional, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED), documento de ordem de crédito (DOC) ou outro mecanismo autorizado pelo Banco Central do Brasil de transferência de recursos de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.

#### Crerios para Apuração do Valor das Quotas

10.12. – Cada Quota do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), mediante a divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, pelo número total de Quotas em circulação na respectiva data de apuração.

#### Negociação das Quotas do Fundo

10.13. – As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no sistema de negociação SOMA FIX, mantido e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA"). O Administrador poderá, mediante solicitação do Gestor e sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, também registrar as



Quotas para negociação no sistema de negociação BOVESPA FIX, mantido e operacionalizado pela BOVESPA, e/ou no Sistema de Fundo Fechado - SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

10.13.1. - Na hipótese de negociação das Quotas em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do novo Quotista adquirente de tais Quotas, de forma a cumprir com o disposto no Capítulo Dois deste Regulamento.

#### Classificação de Risco das Quotas

10.14. - As Quotas do Fundo serão trimestralmente avaliadas por agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, qual seja, a LF Rating ("Agência Classificadora de Risco").

### **CAPÍTULO ONZE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS**

11.1. - É da competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar os itens deste Regulamento, sem prejuízo das hipóteses de alteração deste Regulamento mencionadas nos demais subitens deste item 11.1.;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) deliberar sobre a substituição do Gestor;
- (v) eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o item 11.3. abaixo;
- (vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, conforme disposto no Capítulo Vinte, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo;
- (ix) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos no Capítulo Quinze abaixo), tais Eventos de Avaliação devem ser



109213413-09-07



considerados como um Evento de Liquidação (conforme definido no Capítulo Quinze abaixo) do Fundo;

- (x) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, tais Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- (xi) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas de que trata o item 10.12. deste Regulamento;
- (xii) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção de procedimentos de cobrança de Direitos de Crédito Elegíveis não pagos na respectiva data de vencimento, assim como definir os respectivos procedimentos de cobrança de Direitos de Crédito Elegíveis não pagos na respectiva data de vencimento;
- (xiii) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros, de acordo com o disposto no Capítulo Treze abaixo; e
- (xiv) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste Capítulo.

11.2. – Deliberações sobre as matérias indicadas no item 11.1. acima dependerão de aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação, em primeira convocação, e/ou que representem a maioria das Quotas dos presentes na Assembléia Geral de Quotistas, em segunda convocação.

11.3. – A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas, pessoas físicas e/ou jurídicas, para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas, desde que o respectivo representante dos Quotistas (i) seja Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, (ii) não exerça cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele, direta ou indiretamente, controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (iii) não exerça cargo nos Cedentes dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo.

11.4. – Este Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral de Quotistas em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Quotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento perante a CVM.

11.5. – A convocação de Assembléia Geral de Quotistas será feita pelo Administrador, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, com, no



mínimo, 10 (dez) dias de antecedência. A convocação indicará dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral de Quotistas e os assuntos a serem tratados.

11.5.1. - Não se realizando a Assembléia Geral de Quotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembléia Geral de Quotistas, com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência, mediante a expedição aos Quotistas de nova carta com aviso de recebimento, observados os mesmos critérios estabelecidos neste Capítulo. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembléia Geral de Quotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

11.5.2. - Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

11.6. - Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Quotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião.

11.7. - Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas poderá reunir-se por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação ao Administrador, de Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas, sendo que, na última hipótese, o Administrador será responsável por convocar a Assembléia Geral solicitada pelos Quotistas do Fundo.

11.8. - As Assembléias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de, pelo menos, um Quotista.

11.9. - Poderão votar nas Assembléias Gerais de Quotistas os procuradores dos Quotistas legalmente constituídos há menos de um ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data da realização da Assembléia Geral de Quotistas.

11.10. - Não terão direito a voto na Assembléia Geral de Quotistas o Administrador e seus empregados.

11.11. - Quaisquer decisões tomadas em Assembléia Geral de Quotistas serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua realização.



200213413-09-07

## **CAPÍTULO DOZE - DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS QUOTAS**

### Condições Gerais e Forma de Pagamento de Amortização e de Resgate

12.1. – Cada Suplemento a este Regulamento indicará as características de cada emissão de Quotas do Fundo, inclusive no tocante à amortização e resgate das respectivas Quotas.

12.1.1. – Para os fins de que trata este Regulamento, cada data em que houver pagamento de amortização de Quotas será designada uma "Data de Amortização" e a data em que houver o último pagamento de amortização de cada emissão de Quotas do Fundo será designada como uma "Data de Resgate".

12.2. – A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será realizada mediante a amortização parcial e/ou total e o resgate de suas Quotas, observado o disposto neste Capítulo e nos Capítulos Treze, Quatorze e Quinze abaixo.

12.3. – As Quotas de cada emissão do Fundo estarão sempre sujeitas a um período de carência para distribuição de rendimentos ("Período de Carência para Distribuição de Rendimentos") e a um período em que inclusive os ganhos e rendimentos das Quotas serão distribuídos aos Quotistas, mediante a amortização parcial e/ou total das Quotas do Fundo.

12.3.1. – Durante o Período de Carência para Distribuição de Rendimentos, o Administrador poderá realizar, conforme orientação do Gestor, a amortização parcial de Quotas, de acordo com a capacidade financeira do Fundo, observado ainda que tais pagamentos, em conjunto e/ou isoladamente, durante o Período de Carência para Distribuição de Rendimentos, serão limitados ao valor de aquisição inicial de cada Quota ("Custo de Aquisição").

12.3.2. – Após o Período de Carência para Distribuição de Rendimentos, o Administrador poderá realizar, conforme orientação do Gestor, amortizações parciais e/ou total de Quotas, de acordo com a capacidade financeira do Fundo, sendo que tais amortizações poderão resultar, inclusive, em distribuição de eventuais ganhos e rendimentos do Fundo, excedentes ao Custo de Aquisição.

12.3.3. – O Fundo gozará de capacidade financeira para realizar a amortização parcial de Quotas, conforme prevista nos itens 12.3.1 e 12.3.2 acima, sempre que o Fundo estiver adimplente com suas obrigações e dispuser de recursos suficientes para efetuar o pagamento de suas obrigações vencidas no prazo de 3 (três) meses contados da Data de Amortização prevista pelo Administrador, conforme orientação do Gestor, tais como despesas operacionais, incluindo a taxa de administração, e tributos devidos com relação às operações do Fundo.



12.4. - Quaisquer distribuições a título de amortização e/ou pagamento de resgate de Quotas deverão abranger todas as Quotas de uma mesma emissão, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas de tal emissão.

12.5. - Os pagamentos de amortizações e/ou qualquer resgate das Quotas do Fundo serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

12.5.1. - Nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Quotas, conforme descrito no Capítulo Treze abaixo.

12.5.2. - Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, pagamentos de resgate de Quotas do Fundo que sejam realizados mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros compreenderão o pagamento aos Quotistas de recursos, por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, concomitantemente à compra, pelos respectivos Quotistas, dos Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros entregues em pagamento de resgate, em valor correspondente ao valor líquido amortizado ou resgatado.

#### Valor das Quotas para Fins de Pagamento de Amortização e de Resgate

12.6. - Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e/ou do resgate das Quotas será sempre utilizado o valor da Quota no dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento. Assim, em cada Data de Amortização e/ou Data de Resgate, o valor devido aos titulares de Quotas será calculado com base no valor das Quotas objeto de amortização e/ou resgate apurado no dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento.

12.7. - Na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência de não pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas pelas Quotas e tal fato repercutirá na capacidade do Fundo de efetuar o pagamento das parcelas de amortização e/ou do resgate das Quotas.

12.8. - Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas cair em dia que seja feriado de âmbito nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas.



109213413-09-07

**CAPÍTULO TREZE – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE  
RESGATE DE QUOTAS MEDIANTE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE  
DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS E DE ATIVOS FINANCEIROS**

13.1. – Observado o disposto no item 13.2. abaixo e nos Suplementos referentes a cada emissão de Quotas do Fundo, na hipótese de liquidação do Fundo, caso o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate das Quotas em circulação na ocasião, as Quotas poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis e de Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

13.1.1. – Qualquer entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros, para fins de pagamento de resgate aos titulares de Quotas do Fundo, será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas devido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste Capítulo.

13.2. – A Assembléia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

13.2.1. – Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida neste item não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito Elegíveis e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o número total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando automaticamente autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

13.2.2. – O Administrador deverá notificar os Quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

13.2.3. – Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos subitens acima, essa função será exercida pelo Quotista que detiver a maioria das Quotas em circulação.



13.2.4. – O Custodiante e/ou o Agente de Depósito farão a guarda dos Ativos Financeiros e dos Direitos de Crédito Elegíveis, respectivamente, bem como dos correspondentes Documentos Representativos de Crédito e Ativos Financeiros, pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias (contado da notificação referida no subitem 13.2.2. acima), dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas, ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do subitem 13.2.3 acima, indicará ao Administrador, ao Custodiante e/ou ao Agente de Depósito, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito Elegíveis, Documentos Representativos de Crédito respectivos e Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

#### **CAPÍTULO QUATORZE - DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DAS QUOTAS**

14.1. – O Administrador poderá realizar, segundo orientação do Gestor, a amortização extraordinária das Quotas em circulação (a "Amortização Extraordinária das Quotas"), pelo valor atualizado das Quotas em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 10.12. acima, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à alocação mínima em Direitos de Crédito Elegíveis estabelecida no Capítulo Sete deste Regulamento.

14.2. – Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas nos termos deste Capítulo, todos os Quotistas serão informados do fato pelo Administrador, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária das Quotas.

14.3. – Qualquer Amortização Extraordinária das Quotas afetará todos os Quotistas, de forma proporcional e em igualdade de condições, e observará, no que for aplicável, o disposto no Capítulo Doze acima.

#### **CAPÍTULO QUINZE – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

##### Dos Eventos de Avaliação

15.1. – São considerados eventos de avaliação do Fundo (os "Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:

(i) não observância, pelo Custodiante, dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento e em outros documentos celebrados com o Fundo, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;



(ii) caso a Carteira do Fundo deixe de estar enquadrada ao percentual mínimo de alocação em Direitos de Crédito Elegíveis, conforme determinado no Capítulo Sete deste Regulamento, por período superior a 31 (trinta e um) dias consecutivos;

(iii) rebaixamento do *rating* das Quotas do Fundo para classificação correspondente a 3 (três) níveis inferiores ao *rating* inicialmente atribuído às Quotas no âmbito de cada Emissão;

(iv) não pagamento, em qualquer Data de Amortização e/ou Data de Resgate, do valor de parcela de amortização ou do resgate das Quotas, respectivamente, conforme o caso, nos termos deste Regulamento e do respectivo Suplemento;

(v) não observância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;

(vi) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito do Agronegócio em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, tendo em vista a inobservância, pelo Custodiante, dos Critérios de Elegibilidade, nos exatos termos do item 5.1. acima, conforme apurado por auditores do Fundo e/ou qualquer outro terceiro, sem prejuízo de eventual responsabilização do Custodiante;

(vii) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito do Agronegócio em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, sem que tenha sido solicitada ao Custodiante a verificação e aprovação do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, nos exatos termos do item 5.1 acima, conforme apurado por auditores do Fundo e/ou pelo Custodiante e/ou qualquer outro terceiro, sem prejuízo de eventual responsabilização do Administrador, que é o responsável por encaminhar cópia da oferta dos Cedentes e dos Documentos Representativos de Crédito ao Custodiante, nos termos do item 6.1(c);

(viii) não observância, por Cedentes de Direitos de Crédito, dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, desde que, notificados pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, não o façam no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;

(ix) não pagamento, parcial e/ou total, de Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da Carteira do Fundo na respectiva data de vencimento; e

(x) descumprimento, parcial e/ou total, pelos respectivos devedores, dos termos e condições das CPRs e/ou das CDCAs.

15.1.1. – Sem prejuízo do disposto no subitem 15.1.2. abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação descritos acima, o Fundo interromperá os



209213413-09-07

procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito do Agronegócio e o Administrador convocará Assembleia Geral de Quotistas, até o 5º (quinto) dia útil seguinte à ocorrência do Evento de Avaliação, a qual decidirá, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima, (i) se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação antecipada do Fundo, bem como se haverá liquidação antecipada do Fundo e quais os procedimentos a serem adotados; ou (ii) se devem ser tomadas medidas adicionais e quais medidas adicionais devem ser tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, ou (iii) na hipótese de ocorrência dos Eventos de Avaliação mencionados nos incisos (ix) e (x) acima, quais os procedimentos de cobrança a serem adotados pelo Agente de Cobrança do Fundo em relação aos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo e não pagos no respectivo vencimento e/ou em relação aos devedores inadimplentes para com quaisquer outras obrigações nos termos das CPRs e/ou CDCAs, inclusive, mas não se limitando, à possibilidade de renegociação dos termos e condições dos Direitos de Crédito Elegíveis e/ou à necessidade de adoção de procedimentos extrajudiciais ou judiciais para cobrança de tais devedores inadimplentes e/ou à necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo para cobrir custos de cobrança extrajudicial e/ou judicial.

15.1.2. – No caso da Assembleia Geral de Quotistas deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Administrador observará os procedimentos de que trata o item 15.2. abaixo, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembleia Geral de Quotistas, podendo a referida Assembleia Geral de Quotistas deliberar, ainda, sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo, independentemente da notificação dos Quotistas ausentes.

15.1.3. – Caso a Assembleia Geral de Quotistas delibere que o Evento de Avaliação em questão não constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de Direitos de Crédito do Agronegócio, sem prejuízo de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembleia Geral de Quotistas competente.

#### Dos Eventos de Liquidação Antecipada

15.2. – Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os "Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

(i) caso seja deliberado em Assembleia Geral de Quotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

(ii) caso os Quotistas não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembleia Geral de Quotistas para a adoção de procedimentos de cobrança necessários





à coleta de pagamentos de Direitos de Crédito Elegíveis vencidos e não pagos nos vencimentos;

(iii) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, sem a assunção das funções do Custodiante por uma nova instituição, nos termos ali definidos; e

(iv) na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo não nomear instituição habilitada para substituir o Administrador, nos termos estabelecidos neste Regulamento.

15.2.1. – Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Administrador imediatamente (i) notificará tal fato aos Quotistas, (ii) convocará Assembléia Geral de Quotistas para aprovar a liquidação antecipada do Fundo e deliberar sobre os procedimentos descritos nos subitem abaixo e, se for o caso, iniciar os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo e (iii) interromperá a aquisição de Direitos de Crédito.

15.2.2. – Na Assembléia Geral de Quotistas mencionada no subitem 15.2.1. acima, os titulares de Quotas do Fundo poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação previsto no Capítulo Onze acima, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

15.2.3. – Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia Geral de Quotistas mencionada no subitem 15.2.1. acima, por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas, de acordo com o quorum de deliberação previsto no Capítulo Onze acima, sobre a liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

15.2.4. – Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembléia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Quotistas do Fundo que não concordarem com a decisão ("Quotistas Dissidentes"), opção de resgate antecipado de suas Quotas, conforme instruções a serem definidas pelo Administrador na própria Assembléia Geral de Quotistas que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, que não poderá estabelecer prazo superior a 90 (noventa) dias para efetuação de tal resgate. Se as instruções específicas para o resgate não forem deliberadas em Assembléia Geral de Quotistas, os Quotistas Dissidentes poderão requerer o pagamento do resgate de suas Quotas em até 15 (quinze) dias contados da data da realização da referida Assembléia Geral de Quotistas, pelo valor da Quota do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, calculado na forma do item 10.12. deste Regulamento.

15.2.5. – Na hipótese descrita no subitem anterior, caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o pagamento integral do resgate de Quotas aos Quotistas Dissidentes, no prazo mencionado acima, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio líquido do Fundo serão



prioritariamente alocados para o pagamento de resgate aos Quotistas Dissidentes, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre os Quotistas Dissidentes, observado que não será admitido o fracionamento das Quotas para tais fins. Caso seja necessário, os Quotistas Dissidentes reunir-se-ão em Assembléia Geral de Quotistas para aprovar o pagamento do resgate de suas Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros, de acordo com os princípios estabelecidos no Capítulo Treze deste Regulamento, no que couber.

15.2.6 – Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação ou Eventos de Avaliação e a Assembléia Geral de Quotistas deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo serão resgatadas, dentro de até 90 (noventa) dias contados da data de realização da referida Assembléia Geral de Quotistas ("Prazo para Resgate Antecipado"), pelo valor da Quota do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, calculado na forma do item 10.12. deste Regulamento e mediante a observância do seguinte procedimento e da seguinte ordem:

- 1092134 13-09-07
- (i) durante o Prazo para Resgate Antecipado, os pagamentos de resgate das Quotas somente serão realizados após o alcance, pelo Fundo, de montantes de, no mínimo, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para cada pagamento de resgate das Quotas;
  - (ii) todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento do resgate das Quotas, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todos os Quotistas, observado que não será admitido o fracionamento das Quotas para tais fins; e
  - (iii) se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas; entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo Treze.

## **CAPÍTULO DEZESSEIS – DOS ENCARGOS DO FUNDO**

16.1. – Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração devida ao Administrador, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;

- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (viii) taxas de custódia de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e
- (xi) despesas com eventual profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do item 11.3. deste Regulamento e do inciso I do artigo 31 da Instrução da CVM n.º 356/01.

16.2. – As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

16.3. – O pagamento das despesas de que trata o item acima poderá ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada pelo Administrador e não excedam o montante total da taxa de administração fixada neste Regulamento.

16.4. – O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.



## **CAPÍTULO DEZESSETE – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

17.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

17.2. – O exercício social do Fundo corresponderá ao ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

17.3. – O Fundo estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

17.4. – As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

## **CAPÍTULO DEZOITO - DOS FATORES DE RISCO**

18.1 – Todo investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo deve, antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, considerar os fatores de risco descritos a seguir:

### Dos Riscos de Mercado

18.1.1. – Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

18.1.2. – A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações, estabelecidos na regulamentação em vigor e definidos no Manual de Marcação a Mercado do Administrador. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.

### Dos Riscos de Crédito

18.1.3. – O Fundo não terá, como regra geral, garantia dos Cedentes sobre o pagamento ou pela solvência dos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito Elegíveis vencidos e não



109213413-0701

;

1

1

10

10

#### Dos Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

18.1.8. – A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos, mesmo na modalidade exclusiva de proteção das posições detidas à vista, poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

#### Dos Riscos de Descontinuidade

18.1.9. – Conforme previsto neste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às originalmente programadas. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pelos Cedentes, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

18.1.10. – Este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Quotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis.

#### Dos Riscos Relacionados ao Desenvolvimento Sustentado do Agronegócio Brasileiro

18.1.11. – Este Regulamento estabelece que (i) os recursos do Fundo serão investidos, preponderantemente, na aquisição de direitos de crédito decorrentes de CPRs para liquidação financeira e CDCAs lastreados em direitos creditórios originados de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária, e (ii) os emissores das CPRs e/ou dos CDCAs devem ser atuantes e as CPRs e os CDCAs devem ser referentes a qualquer dos seguintes setores econômicos: açúcar/álcool, café, pecuário bovino, soja, laranja, algodão, milho, oleaginosos para a produção de biocombustíveis e/ou florestal. A capacidade de pagamento dos emissores das CPRs e dos CDCAs objeto de aquisição pelo Fundo e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento do Fundo aos Quotistas, está associada ao crescimento e desenvolvimento sustentado do setor agropecuário no Brasil. Não há como assegurar que, no futuro, o agronegócio brasileiro (i) manterá a taxa de crescimento e desenvolvimento que se vem observando nos últimos anos, e (ii) não apresentará perdas em decorrência de condições climáticas



109213413-09-07

desfavoráveis, redução de preços de commodities do setor agrícola nos mercados nacional e internacional, alterações em políticas de concessão de crédito para produtores nacionais, tanto da parte de órgãos governamentais como de entidades privadas, que possam afetar a renda dos agricultores e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento dos emissores das CPRs e dos CDCAs, bem como outras crises econômicas e políticas que possam afetar o setor agropecuário em geral. A redução da capacidade de pagamento dos emissores das CPRs e dos CDCAs poderá impactar negativamente a capacidade de pagamento do Fundo. O não pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da Carteira do Fundo resultará em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

#### Dos Riscos Operacionais

18.1.12 – O não cumprimento das obrigações para com o Fundo por parte do Agente de Cobrança, do Agente de Depósito, do Administrador, do Gestor, do Custodiante e/ou dos Cedentes, conforme descritas nos contratos relacionados no Anexo I do Prospecto do Fundo, poderá implicar em falha nos procedimentos de cessão, cobrança, gestão, administração e custódia referentes ao Fundo, sendo que tais falhas poderão acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

#### Outros Riscos

18.1.13. – Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito Elegíveis, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito Elegíveis. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas detidas.

18.1.14. – Em determinadas situações previstas neste Regulamento, o Administrador poderá realizar diversas emissões de Novas Quotas sem direito de preferência para os Quotistas. Por conta desse fato, o patrimônio líquido do Fundo poderá vir a ser representado por uma quantidade maior de Quotas. Nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos Quotistas titulares de Quotas no patrimônio do Fundo.

18.1.15. – As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia dos Cedentes, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.



## CAPÍTULO DEZENOVE – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

### Da Administração e da Controladoria do Fundo

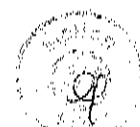
19.1. – O Fundo será administrado pela **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson 231, 11º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 02.201.501/0001-61, sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM ("Administrador"), que também será responsável pela controladoria dos ativos do Fundo. O Administrador contratou a **VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 8.952, de 14 de setembro de 2006, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, n.º 514, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.793.323/0001-29, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo ("Gestor").

19.1.1. – O Gestor do Fundo poderá contratar, a qualquer tempo, a seu único e exclusivo critério, terceiro qualificado para auxiliá-lo na seleção e avaliação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, devendo informar tal fato ao Administrador no prazo máximo de 2 (dois) dias após a referida contratação.

19.2. – Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, bem como exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito, Ativos Financeiros e demais modalidades operacionais que integrem a Carteira do Fundo.

19.3. – O Administrador e/ou o Gestor, por meio de carta com aviso de recebimento, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias endereçado a cada Quotista, pode renunciar à administração e/ou à gestão do Fundo, desde que o Administrador convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Quotistas para decidir sobre a substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

19.3.1 – Na hipótese de o Administrador e/ou o Gestor do Fundo renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de Quotistas de que trata o item acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador e/ou o Gestor ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Onze acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Gestor ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, sem necessidade de aprovação dos Quotistas, dentro do prazo máximo de 40 (quarenta) dias, observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Treze acima.





19.3.2. – Na hipótese de renúncia do Administrador e/ou do Gestor e nomeação de nova instituição administradora ou novo gestor em Assembleia Geral de Quotistas, o Administrador e/ou o Gestor continuarão obrigados a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição venha lhes substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Quotistas.

19.3.3. – Caso a nova instituição nomeada nos termos do subitem 19.3.2. acima não substitua o Administrador e/ou o Gestor dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos mencionado acima, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo até o 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembleia Geral de Quotistas que nomear a nova instituição, devendo ser observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Treze acima.

#### Da Custódia do Fundo

19.4. – Para a prestação dos serviços de (i) escrituração das Quotas do Fundo e (ii) custódia dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, o Fundo contratou o **BANCO SANTANDER BANESPA S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amador Bueno, n.º 474, Santo Amaro, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 90.400.888/0001-42 (o "Custodiante").

### **CAPÍTULO VINTE – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR**

20.1. – Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração mensal, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

20.1.1. – A taxa de administração devida ao Administrador será correspondente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) ao ano do valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

20.1.2. – O percentual referido no item 20.1.1. acima será calculado sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de "1/252" (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear, da porcentagem referida acima, e informada, mensalmente, ao Custodiante.

20.1.3. – O Administrador não receberá taxa de desempenho.

### **CAPÍTULO VINTE E UM – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

21.1. – O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, e/ou colocará a disposição dos Quotistas em sua sede, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo



a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.

21.2. – Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, são exemplos de fatos relevantes os seguintes:

- (i) a alteração da classificação de risco das Quotas do Fundo;
- (ii) a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços de custódia, consultoria especializada ou gestão da Carteira do Fundo;
- (iii) a ocorrência de eventos subsequentes que afetem ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da Carteira do Fundo, bem como o comportamento dos Direitos de Crédito, no que se refere ao histórico de pagamentos;
- (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Quotistas.

21.3. – A divulgação de informações de que trata o item 21.1. acima será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo e mantida disponível para os Quotistas na sede do Administrador e nas instituições que coloquem as Quotas do Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

21.4. – O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

21.5. – O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos: (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

21.5.1. – O Administrador deve remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as

informações previstas no item 21.5. acima, conforme modelos disponíveis na referida página, observados os mesmos prazos.

21.6. – Adicionalmente, o Administrador deverá divulgar aos Quotistas, anualmente, no periódico referido no item 21.3 acima, além de manter disponíveis em sua sede, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da Quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco.

21.7. – Ainda, o Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

21.8. – O Gestor deverá encaminhar a Agência Classificadora de Risco cópias de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para os Quotistas ou terceiros, bem como informar qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo divulgado nos termos dos itens 21.1 e 21.2 acima.

## **CAPÍTULO VINTE E DOIS – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor, o Custodiante e os Quotistas.

22.2. - Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados nacionais federais. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não sejam dia útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o dia útil imediatamente seguinte.

22.3. - Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas do presente Regulamento e que envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



**ANEXO I AO REGULAMENTO DO  
V1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO**

**PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS  
NÃO PAGOS NAS RESPECTIVAS DATAS DE VENCIMENTO**

No 1º (primeiro) dia útil seguinte ao inadimplemento de qualquer Direito de Crédito Elegível, o Agente de Cobrança e o Administrador do Fundo serão informados do fato, pelo Custodiante, por meio eletrônico.

Tendo em vista que o não pagamento de qualquer Direito de Crédito Elegível será considerado como um Evento de Avaliação nos termos do Capítulo Quinze do Regulamento, o Administrador deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da informação referida acima, convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar, de acordo com o quorum de que trata o Capítulo Onze do Regulamento, sobre quais os procedimentos de cobrança que deverão ser adotados pelo Agente de Cobrança do Fundo em relação aos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo e não pagos no respectivo vencimento, inclusive, mas não se limitando, à possibilidade de renegociação dos termos e condições dos Direitos de Crédito Elegíveis e/ou à necessidade de adoção de procedimentos extrajudiciais e/ou judiciais para cobrança de tais devedores inadimplentes e/ou, ainda, sobre a necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo para cobrir eventuais custos de cobrança extrajudicial e/ou judicial do Fundo. A Assembléia Geral de Quotistas também poderá determinar ao Agente de Cobrança a contratação de outros prestadores de serviços de cobrança para auxiliá-lo na cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis e não pagos no vencimento.

O Agente de Cobrança, diretamente ou por meio de terceiros, somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos de Crédito Elegíveis inadimplidos junto aos respectivos devedores em observância aos procedimentos deliberados na Assembléia Geral de Quotistas referida acima e em observância às disposições do Contrato de Cobrança.

O Agente de Cobrança, diretamente ou por meio de terceiros, somente poderá realizar quaisquer procedimentos extrajudiciais e/ou judiciais de cobrança, bem como realizar acordos judiciais e/ou extrajudiciais referentes ao pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis inadimplidos, mediante observância das deliberações tomadas na Assembléia Geral de Quotistas acima referida.

*Os termos e expressões utilizados neste Anexo I em letra maiúscula terão o mesmo significado a eles atribuídos no Regulamento do qual este Anexo I é parte integrante e inseparável.*



109213413-09-07

**ANEXO II AO REGULAMENTO DO  
V1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO**

**MODELO DE SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO  
V1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO**

<b>Características da [•] Emissão de Quotas do V1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro</b>	
Quantidade de séries	[•]
Montante total da emissão	R\$ [•] ([•])
Quantidade total de Quotas emitidas	[•] ([•])
Preço de emissão de cada Quota	R\$ [•] ([•])
Forma de integralização das Quotas	[À vista] [A prazo, nos termos do Compromisso de Investimento]
Prazo para integralização das Quotas (se aplicável)	[•] [ <i>dias/meses/anos</i> ] contados da data do anúncio de início de distribuição pública de cada emissão de Quotas do Fundo
Período de Carência para Distribuição de Rendimentos	[•]
Pagamento de amortização das Quotas	De acordo com a capacidade financeira do Fundo, observado o disposto no Capítulo Doze do Regulamento.
Pagamento de resgate das Quotas	[•]
Patrimônio Líquido total do Fundo no ato do registro do Fundo, ou antes, da Emissão	R\$ [•] ([•])
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Quotas da emissão	R\$ [•] ([•])



**ANEXO III**  
**PRIMEIRO SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO**  
**V1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO**

109219113-09-07

<b>Características da Primeira Emissão de Quotas do V1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro</b>	
Quantidade de séries	série única
Montante total da emissão	R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais)
Quantidade total de Quotas emitidas	150.000 (cento e cinquenta mil)
Preço de emissão de cada Quota	R\$ 1.000,00 (mil reais)
Pagamento de resgate das Quotas	Sem prejuízo do disposto no Capítulo Doze do Regulamento, o pagamento de resgate das Quotas da Primeira Emissão será realizado no prazo de 2 anos contados da data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas no âmbito da Primeira Emissão
Patrimônio Líquido total do Fundo no ato do registro do Fundo, ou antes, da emissão	R\$ 0,00 (zero)
Patrimônio Líquido total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Quotas da emissão	R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais)
Patrimônio Líquido total do Fundo após subscritas e integralizadas as Quotas da emissão	R\$ 47.711.271,80 (quarenta e sete milhões, setecentos e onze mil, duzentos e setenta e um reais e oitenta centavos)



1002134 13-07-07

**ANEXO IV**  
**SEGUNDO SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO**  
**V1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO**

<b>Características da Segunda Emissão de Quotas do V1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro</b>	
Quantidade de séries	série única
Montante total da emissão	R\$ 999.999.612,64 (novecentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e doze reais e sessenta e quatro centavos)
Quantidade total de Quotas emitidas	671.384 (seiscentas e setenta e uma mil, trezentas e oitenta e quatro)
Preço de emissão de cada Quota	R\$ 1.489,46 (mil quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos)
Forma de integralização das Quotas	A prazo, nos termos do Compromisso de Investimento
Prazo para integralização das Quotas	10 (dez) anos contados da data do anúncio de início de distribuição pública da Segunda Emissão de Quotas do Fundo
Período de Carência para Distribuição de Rendimentos	6 (seis) meses
Pagamento de amortização das Quotas	De acordo com a capacidade financeira do Fundo, observado o disposto no Capítulo Doze do Regulamento.
Pagamento de resgate das Quotas	Sem prejuízo do disposto no Capítulo Doze do Regulamento, o pagamento de resgate das Quotas da Segunda Emissão será realizado no prazo de 12 (doze) anos contados da data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas no âmbito da Segunda Emissão
Patrimônio Líquido total do Fundo no ato do registro do Fundo, ou antes, da emissão	R\$ 47.711.271,80 (quarenta e sete milhões, setecentos e onze mil, duzentos e setenta e um reais e oitenta centavos)
Patrimônio Líquido total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Quotas da emissão	R\$ 1.047.710.884,44 (um bilhão, quarenta e sete milhões, setecentos e dez mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)



— 2 —



**ANEXO VIII AO PROSPECTO**  
**Relatório da Agência Classificadora de Risco das Quotas**

**V1 FUNDO DE INVESTIMENTO  
EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO**

**COTAS DE CLASSE ÚNICA  
SEGUNDA EMISSÃO**

**RATING DEFINITIVO FIDC**

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**

Setembro de 2007





Rua Araújo Porto Alegre, 26/8  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2210-2828  
e-mail: info@lfrating.com



**BB-**

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da LF Rating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING DEFINITIVO**  
**12 DE SETEMBRO DE 2007**

**REVISÕES TRIMESTRAIS**  
**PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS**

### **VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO**

#### **I. VISÃO GERAL**

**Fundo:** VI Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro.

**Base Legal:** Resolução nº 2.907/01 do CMN, regulamentada pela Instrução CVM nº 356/01 e suas posteriores alterações.

**Forma de Constituição:** condomínio fechado.

**Prazo de Duração:** indeterminado, mas cada cota terá prazo determinado para resgate.

**Classe de Cotas:** única.

**Emissão em análise:** segunda emissão

**Ativo Objeto:** direitos de crédito do agronegócio, de titularidade de um e/ou de diversos cedentes.

**Instituição Administradora:** Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., responsável, também, pela controladoria dos ativos do Fundo.

**Instituição Gestora:** Vision Brazil Gestão de Investimentos e Participações Ltda..

**Instituição Custodiante e Escrituradora:** Banco Santander Banespa S.A..

**Objetivo, Política de Investimento e Rentabilidade:** proporcionar rendimento aos cotistas por meio do investimento preponderante em direitos creditórios do agronegócio e em títulos de emissão do Tesouro Nacional, CDBs emitidos por instituições autorizadas, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e fundos de investimento DI, sem obrigatoriedade de operações de proteção de carteira. As cotas do Fundo não terão parâmetro de rentabilidade pré-determinado.

**Remuneração da Instituição Administradora e Gestora:** pela Administração do Fundo a Administradora receberá taxa de administração de 0,17% a.a. incidente sobre o valor do patrimônio líquido, já incluído neste total o pagamento da remuneração da Gestora.

**Patrimônio do Fundo:** o patrimônio autorizado é de R\$ 2.000.000.000,00. Na primeira emissão foram colocadas 32.033 cotas, representando 21,4% do total ofertado de R\$ 150.000.000,00. O montante total da segunda emissão é de R\$ 999.999.612,64, composto por um total de 671.384 novas cotas.

**Eventos de Avaliação:** o Regulamento estabelece a ocorrência de dez Eventos de Avaliação que determinam a imediata suspensão da aquisição de direitos creditórios, até que a Assembleia Geral avalie o grau de comprometimento das atividades do Fundo.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas a LF Rating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Arago Porto Alegre, 66/5  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (11) 21-2210-2112  
Fax: (11) 21-2210-2028  
e-mail: info@lfrating.com



# BB-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(11) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING DEFINITIVO**  
**12 DE SETEMBRO DE 2007**

**REVISÕES TRIMESTRAIS**  
**PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007**

## DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

### VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO

Eventos de Liquidação: de acordo com o Regulamento, além das hipóteses previstas na legislação, quatro outros eventos levam à convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre a sua liquidação antecipada.

#### II. PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES E ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA DO FUNDO, EM DECORRÊNCIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE 11 DE SETEMBRO DE 2007

→ Emissão de até 671.384 cotas da segunda emissão, ao preço unitário de R\$ 1.489,46, totalizando R\$ 999.999.612,64.

→ Substituição do atual gestor do Fundo, Banif Primus Asset Management Ltda., pela Vision Brazil Gestão de Investimentos e Participações Ltda..

→ Alteração do Regulamento do Fundo, com destaque para os itens que se seguem.

4.1. - Toda e qualquer operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo deverá ser amparada, ao menos, mas não se limitando, por comprovante de endosso eletrônico emitido pela entidade registradora (CETIP, BM&F e/ou outros sistemas de registro, liquidação e custódia reconhecidos pelo Banco Central e autorizados pela CVM), que comprove a transferência dos direitos de crédito ao Fundo, acompanhado de recibo emitido pela Cedente, em que deverá constar a descrição do direito, bem como o preço de venda e a taxa de desconto aplicável. O texto anterior dizia que toda operação deveria ser amparada, ao menos, mas não se limitando, por contrato de cessão a ser celebrado entre o Fundo, o Custodiante e cada Cedente titular dos direitos creditórios, cabendo ao Fundo determinar as regras e condições. Buscou-se, com esta alteração flexibilizar a operação.

→ 5.1. (d) - com o objetivo de ampliar o leque de atuação, foram incluídos quatro novos setores econômicos onde os emissores das CPRs e/ou dos CDCAs devem atuar: laranja, algodão, milho e oleaginosas para produção de biocombustíveis.

→ 7.2. (i) - a permissão para aplicação em Letras Financeiras do Tesouro foi estendida a todos os títulos de emissão do Tesouro Nacional.

→ 7.2. (ii) - inclusão dos CDBs nos Ativos Financeiros, limitados aos bancos Itaú, Unibanco, Bradesco, Citibank, HSBC, ABN Amro Real e Votorantim, com vistas a flexibilizar a gestão de recursos.

→ 7.3. - alteração dos limites de concentração e diversificação: (i) 20% do patrimônio líquido para Ativos Financeiros devidos por um único emissor (anteriormente 50%) e (ii) 20% do patrimônio líquido representado por direitos creditórios devidos por um único sacado (anteriormente 35%). Duas outras alterações relevantes foram: exclusão do limite de investimento setorial de 50% do PI e da obrigatoriedade de atribuição de classificação de risco igual ou superior a "A" para, no mínimo, 50% da carteira de

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas a LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos decorrendo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araújo Porto Alegre, 56/18  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2210-2828  
e-mail: info@lfrating.com



# BB-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING DEFINITIVO**  
**12 DE SETEMBRO DE 2007**

**REVISÕES TRIMESTRAIS**  
**PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007**

## DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

### VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO

direitos creditórios. Neste item também verificou-se acentuada flexibilização da gestão (além de adequação às normas legais), acompanhada de ampliação do nível de risco do Fundo, tanto pela possibilidade de maior exposição setorial, como, principalmente, pela extinção da garantia implícita de bom nível de risco para, pelo menos, metade do patrimônio.

- 9.2.1 e 9.2.1.1. - foi definido que o preço de emissão de novas cotas será o valor correspondente ao valor da cota na data de emissão, definida como a data em que o Administrador, conforme orientação do Gestor, ou aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, conforme o caso, aprovar a emissão de novas cotas do Fundo.
- Capítulo Doze - as principais alterações dizem respeito à inclusão da possibilidade de amortização de cotas (anteriormente só havia o resgate) e efeitos daí decorrentes, com destaque para: (i) indicação do cronograma de amortização referente a cada emissão de cotas no respectivo Suplemento; (ii) estabelecimento do "Período de Carência para Distribuição de Rendimentos", cujos pagamentos estarão limitados ao valor de aquisição inicial de cada cota, e de um período em que inclusive os ganhos e rendimentos das cotas serão distribuídos aos cotistas, mediante amortização parcial e/ou total, podendo resultar, inclusive, em distribuição de eventuais ganhos e rendimentos do Fundo. Em ambos os casos é pré-condição que o Fundo esteja adimplente com suas obrigações e disponha de recursos suficientes para efetuar o pagamento de suas obrigações vincendas e (iii) quaisquer distribuições a título de amortização e/ou pagamento de resgate deverão abranger todas as cotas de uma mesma emissão.
- 20.1.1. - alteração da taxa de administração para 0,17% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido (anteriormente 0,33%).
- 21.2. - inclusão dos seguintes exemplos de fatos relevantes, relativos à divulgação de informações: (i) a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços de custódia, consultoria especializada ou gestão da carteira do Fundo; (ii) a ocorrência de eventos subsequentes que afetem ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamentos dos direitos creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos; (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos cotistas.

O presente Relatório incorpora todos os pontos acima mencionados, bem como a nota de rating espelha as variações de riscos ocorridas na estrutura do Fundo.

### III. NOTA DE RATING

O Comitê de Risco da LFRating, em reunião realizada em 12 de setembro de 2007, atribuiu o rating **BB-** para as cotas de classe única da segunda emissão do VI Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro, no montante de até R\$ 1 bilhão.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas a LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Arco do Porto, Alameda, 36/8  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2210-2628  
e-mail: [rating@lfrating.com](mailto:rating@lfrating.com)



# BB-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
[joel@lfrating.com](mailto:joel@lfrating.com)

RATING DEFINITIVO  
12 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS  
PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007

## DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

### VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO

Na escala de avaliação da LFRating, o rating BB- denota que o risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

#### IV. FUNDAMENTOS DA NOTA DE RATING

A nota atribuída às cotas de classe única da segunda emissão do V1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro está baseada, principalmente, nas seguintes variáveis:

1. O principal fator reside na própria estrutura do produto, cuja política de investimento tem como objetivo rentabilizar os cotistas através da aquisição de direitos creditórios do agronegócio - CPRs Financeiras e CDCAs -, sem que haja qualquer avaliação externa que permita mensurar os diversos riscos envolvidos em cada uma das operações e, em contrapartida, uma estrutura de colateralização que permita mitigar estes riscos. Inexiste, também, no Regulamento, a descrição dos processos de origem e das políticas de concessão de crédito. Na mesma linha, existe a possibilidade do Fundo contratar operações com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador e/ou do Gestor ou, ainda, com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor.
2. Embora as operações de aquisição de direitos creditórios estejam adequadamente estruturadas e formalizadas, não existe qualquer piso relativo ao preço de aquisição por parte do Fundo. Ressalte-se, contudo, que o Fundo não possui parâmetro de rentabilidade.
3. A inexistência de cotas subordinadas amplia o risco do Fundo, embora permita, na outra ponta, a transferência da rentabilidade integral ao cotista nas operações bem sucedidas.
4. O Regulamento permite forte concentração da carteira, em apenas cinco sacados e somente um setor econômico.
5. A estrutura do FIDC conta com um grupo de participantes qualificado, com tradição em seus mercados específicos de atuação.
6. Embora possa haver diluição do patrimônio dos cotistas no caso de novas emissões, a prioridade no recebimento de seus resgates é assegurada pelo fato de que essas novas cotas terão prazo de vencimento posterior aos prazos de vencimento das cotas em circulação.
7. Não há obrigatoriedade de proteção das posições detidas à vista, estando, portanto, a maior parte dos ativos do Fundo sujeita aos riscos de mercado.
8. Embora estruturalmente adequados, os Eventos de Avaliação que estabelecem as regras de desenquadramento da carteira e o rebaixamento do rating das cotas são flexíveis, em termos de prazo e níveis. Como aspecto positivo, destacamos a inclusão dos Eventos de

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas a LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araújo Porto Alegre, 36/18  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-3678  
e-mail: info@ifrating.com



# BB-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da I.F. Rating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210 2152  
joel@ifrating.com

**RATING DEFINITIVO**  
**12 DE SETEMBRO DE 2007**

**REVISÕES TRIMESTRAIS**  
**PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007**

## DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

### VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO

Avaliação no caso de não pagamento de direitos creditórios no vencimento e de descumprimento, pelos devedores, dos termos e condições das CPRs e/ou das CDCAs.

#### V. ESTRUTURA DO FUNDO

##### 1. Participantes

**1.1. Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.:** a empresa surgiu de uma *joint venture* entre o Mellon Bank Corporation (EUA) e o Grupo Brascan Brasil, constituída especificamente para a gestão e administração de fundos de investimento no Brasil. Atualmente constitui-se no maior administrador de fundos de gestores independentes do País.

A Mellon é a Instituição Administradora do FIDC, sendo também responsável pela controladoria dos ativos do Fundo (precificação, cálculo de cotas, etc).

**1.2. Vision Brazil Gestão de Investimentos e Participações Ltda.:** é a Instituição responsável pela gestão da carteira do Fundo. Autorizada pela CVM, conforme Ato Declaratório n.º 8.952 de 14.set.2006, é uma empresa de gestão de investimentos, exclusivamente voltada para investidores institucionais estrangeiros, com cerca de US\$ 1,3 bilhão sob gestão. Investindo no Brasil, a Vision foca nos seguintes segmentos: agrícola, consumo, dívida reestruturada, imobiliário e terras.

O Regulamento prevê que o Gestor poderá contratar, a qualquer tempo, a seu único e exclusivo critério, terceiro qualificado para auxiliá-lo na seleção e avaliação dos direitos creditórios e ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, devendo informar tal fato ao Administrador no prazo máximo de dois dias após a referida contratação.

**1.3. Banco Santander Banespa S.A.:** é o custodiante contratado, responsável pela prestação dos serviços de escrituração das cotas e custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo. A ele caberá a responsabilidade por verificar e validar o atendimento dos direitos creditórios aos Critérios de Elegibilidade.

O Grupo Santander possui destacada atuação mundial nos serviços de Custódia, atuando em mais de 38 países e com um volume de ativos de clientes sob custódia superior a 400 bilhões de Euros. No Brasil, o Grupo Santander Banespa atua nos serviços de Custódia Qualificada desde 1997 e possui, atualmente, mais de R\$ 35 bilhões de ativos de clientes nesta modalidade.

**1.4. KPMG Auditores Independentes:** a KPMG é uma empresa com presença mundial. No Brasil foi constituída em 1987, a partir da fusão de três empresas com grande tradição na comunidade de negócios: (i) a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International ("PMI"), com atuação no Brasil desde 1915; (ii) a Klynveld Main Goerdeler, presente no país desde 1982 e (iii) a Roberto Dreyfuss, empresa brasileira fundada em 1943. A KPMG atua no Brasil por meio de mais de

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas I.F.Rating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Arapá Porto Alegre, 56/18  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (11) 21-2210-2152  
Fax: (11) 21-2210-2626  
email: info@lfrating.com



# BB-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO  
12 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS  
PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007

## DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

### VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO

1.000 profissionais, em uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

**1.5. Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Junior e Quiroga Advogados:** o escritório foi fundado em 1992 e conta, atualmente, com mais de 230 profissionais distribuídos na sede, em São Paulo, e nos escritórios no Rio de Janeiro e Brasília. Ocupa posição de destaque no mercado brasileiro de advocacia empresarial, atuando em todas as áreas deste segmento.

**1.6. LFRating:** agência classificadora de risco do Fundo. A LFRating® foi criada em 2002 como complemento dos serviços de avaliação de instituições financeiras e não financeiras que a Lopes Filho & Associados já realizava há 26 anos, baseando seus trabalhos em três princípios fundamentais: independência entre o processo e o objeto de classificação; transparência dos fundamentos da classificação e capacidade técnica e ética irrepreensível de todos os envolvidos na classificação.

## 2. Características

O VI Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro é constituído sob a forma de condomínio fechado e com prazo de duração indeterminado. Cada cota, entretanto, tem prazo determinado para resgate, tendo sido estabelecido, para a segunda emissão, o prazo de 12 anos contados da data em que ocorrer a primeira integralização de cotas.

Seu patrimônio é composto de cotas de uma única classe, cujo valor é calculado diariamente, e o patrimônio autorizado totaliza R\$ 2 bilhões. Cada emissão de novas cotas, a exclusivo critério do Administrador, mediante solicitação do Gestor, será descrita em suplemento ao Regulamento e os cotistas já ingressos não terão qualquer direito de preferência. Contudo, é assegurado que essas novas cotas terão prazo de vencimento posterior aos prazos de vencimento das cotas em circulação. O preço de emissão será o valor correspondente ao valor da cota na data da emissão e a distribuição pública será previamente registrada na CVM.

A segunda emissão, ora em análise, será no montante total de R\$ 999.999.612,64, formada por 671.384 cotas de única classe, com preço de emissão de R\$ 1.489,46, cada uma. O prazo para integralização será de até 10 anos contados da data de anúncio de início de distribuição pública.

No ato da subscrição de cotas o cotista (i) celebrará "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Cotas" com o Fundo, que estabelecerá (a) os termos, condições e procedimentos para integralização, mediante a apresentação de Chamadas de Capital pelo Administrador, através de orientação do Gestor, na medida em que o Fundo tenha oportunidade de aquisição de direitos creditórios ou necessite de recursos para efetuar o pagamento de despesas e encargos, assim como (b) as penalidades que o cotista estará sujeito em caso de não atendimento à Chamada de Capital; (ii) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*





Rua Acapulco Porto Alegre, 56/118  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (11) 21-2210-2152  
Fax: (11) 21-2210-2829  
e-mail: info@lfrating.com



# BB-

O risco de default dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da LF Rating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(11) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING DEFINITIVO**  
**12 DE SETEMBRO DE 2007**

**REVISÕES TRIMESTRAIS**  
**PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007**

## DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

### VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO

pelo Administrador e parte integrante do Compromisso de Investimento e (iii) receberá exemplar do Regulamento e do Prospecto, declarando, através do Termo de Adesão, estar ciente das características e riscos do Fundo. As cotas poderão ser integralizadas à vista, no ato da subscrição, ou a prazo, na medida em que o Administrador apresente Chamadas de Capital aos Cotistas, em moeda corrente nacional, pelo valor da cota na data da integralização (D+0).

As cotas do FIDC não têm parâmetro de rentabilidade pré-determinado, com o resultado da carteira revertendo integralmente ao cotista. Serão admitidas à negociação no sistema SOMA FIX e/ou BOVESPA FIX, mantido e operacionalizado pela BOVESPA, e/ou no Sistema de Fundo Fechado - SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP. O Fundo pagará uma taxa de administração de 0,17% a.a., já incluída a remuneração da Gestora, incidindo taxas de performance, de ingresso ou de saída.

Cada Suplemento ao Regulamento, indicará as características de cada emissão, inclusive no tocante à amortização e resgate, utilizando-se sempre o valor da cota em D-1. O Segundo Suplemento estabelece que o pagamento de amortização de cotas se dará de acordo com a capacidade financeira do Fundo; isto significa estar adimplente com suas obrigações e dispor de recursos suficientes para efetuar o pagamento das obrigações vencidas no prazo de três meses contados da data de amortização prevista pelo Administrador, conforme orientação do Gestor, tais como despesas operacionais, incluindo a taxa de administração, e tributos devidos com relação às suas operações. Vale ressaltar que as cotas estarão inicialmente sujeitas a um período de carência para distribuição de rendimentos, quando a amortização parcial estará limitada ao valor inicial de cada cota (custo de aquisição), e a um período em que inclusive os ganhos e rendimentos serão distribuídos aos cotistas, quando então a amortização poderá ser total. Nesta segunda emissão o período de carência é de seis meses. As operações de amortização e de resgate serão comandadas pelo Administrador, conforme orientação do Gestor, e deverão abranger todas as cotas de uma mesma emissão, em benefício de todos os cotistas titulares de cotas de tal emissão.

Na hipótese de liquidação, caso o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate, as cotas poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento de direitos creditórios elegíveis e de ativos financeiros integrantes de sua carteira. Neste caso será utilizado o procedimento de rateio, sendo que a Assembleia Geral de Cotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento. Na impossibilidade de acordo, os ativos do Fundo serão dados em pagamento aos cotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada cotista será calculada de acordo com a proporção de cotas detida por cada titular sobre o número total de cotas em circulação à época.

Por fim, o Administrador, segundo orientação do Gestor, poderá realizar amortização extraordinária de cotas em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento, afetando de forma proporcional e em igualdade de condições todos os cotistas.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas a LF Rating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araújo Porto Alegre, 26/8  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2210-2829  
e-mail: info@lfrating.com



**BB-**

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da Lf Rating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING DEFINITIVO**  
**12 DE SETEMBRO DE 2007**

**REVISÕES TRIMESTRAIS**  
**PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS**

### **VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO**

#### **3. Divulgação de Informações**

O Administrador divulgará, no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, ampla e imediatamente qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, entre os quais se destacam: (i) alteração na classificação de risco das cotas; (ii) mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços de custódia, consultoria especializada ou gestão da carteira; (iii) ocorrência de eventos subsequentes que afetem ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira, bem como o comportamento dos direitos creditórios, no que se refere ao histórico de pagamento e (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos cotistas.

Cabe ao Gestor encaminhar à Agência Classificadora de Risco cópias de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para os cotistas ou terceiros, bem como informar qualquer ato ou fato relevante.

#### **4. A Operação**

A operação do VI Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Agro apresenta a seguinte configuração:

De um lado, investidores doadores de recursos que desejam concentrar suas aplicações em títulos do agronegócio e aceitam correr os riscos do FIDC, com expectativa de obter rendimento integral proporcionado pela existência de classe única de cotas.

De outro, uma empresa de gestão que buscará adquirir principalmente direitos de crédito naquele segmento, originados por entidades cedentes distintas, podendo contratar terceiro qualificado para auxiliá-la no processo de seleção e avaliação dos ativos do Fundo.

Servindo de veículo e unindo essas duas pontas o VI FIDC Agro, que capta os recursos junto aos investidores e compra os respectivos créditos, com base em uma operação estruturada, com regras definidas e critérios de elegibilidade previamente estabelecidos.

#### **Ativos do Agronegócio Objeto de Aquisição**

O Regulamento do Fundo estabelece que somente poderão compor sua carteira CPRs Financeiras e CDCAs, de titularidade de um e/ou de diversos cedentes, lastreados em direitos creditórios originados de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária, que atendam, cumulativamente, os critérios de elegibilidade (a seguir).

A Cédula de Produto Rural – CPR tem respaldo na Lei 8.929 de 22 de agosto de 1994 e Lei 10.200 de 14 de fevereiro de 2001, nas quais se dispõe que estes títulos podem ser emitidos

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas Lf Rating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos decorrendo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araújo Porto Alegre, 66/4  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (51) 21-2210-2152  
Fax: (51) 21-2210-2529  
e-mail: info@lfrating.com



# BB-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da L.F. Rating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21 2210-2152  
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO  
12 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS  
PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007

## DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

### VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO

por produtor rural, em dois formatos: CPR Física e CPR Financeira. Esta última é título de crédito nominativo, de livre negociação, lastreado em produto rural e constitui promessa de pagamento em dinheiro, valor correspondente à multiplicação da quantidade especificada pelo preço prefixado ou índice de preços adotado no título.

O CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, instituído pela Lei 11.076 de 30 de dezembro de 2004, é um título vinculado a direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária. O CDCA é título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial. É de emissão exclusiva de cooperativas de produtores rurais e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária.

#### Documentação Comprobatória e Operação de Aquisição de Direitos de Crédito

Os documentos que formalizam a origem e a existência dos direitos de crédito são as cartulas das CPRs e CDCA's e os contratos vinculados, que podem variar de operação para operação, mas que, como regra geral, compreendem: cessão fiduciária de recebíveis; penhor de mercadorias; conta vinculada; depósito de produtos, monitoramento de garantia e compra e venda de mercadorias (em conjunto, os Documentos Representativos do Crédito).

Toda e qualquer operação de aquisição de direitos creditórios pelo Fundo deverá ser amparada, ao menos, mas não se limitando, por comprovante de endosso eletrônico emitido pela entidade registradora (CETIP, BM&F e/ou outros sistemas de registro, liquidação e custódia reconhecidos pelo Banco Central e autorizados pela CVM), que comprove a transferência dos direitos de crédito ao Fundo, acompanhado de recibo emitido pela Cedente, em que, dentre outras informações, deverá constar a descrição do direito, bem como o preço de venda e a taxa de desconto aplicável.

Adicionalmente, e também para cada operação, o Fundo celebrará, com a intervenção e anuência do custodiante, (i) contrato de prestação de serviços de cobrança de direitos creditórios, por meio do qual será contratado agente de cobrança qualificado para prestar, diretamente ou por meio de seus agentes, serviços de cobrança (Contrato de Cobrança), e (ii) contrato de prestação de serviços de custódia física de documentos representativos de crédito (Contrato de Depósito), por meio do qual será contratado agente de depósito qualificado, para prestar serviços de custódia, armazenamento, conservação e guarda dos documentos representativos de crédito.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas L.F. Rating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerários declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araújo Porto Alegre, 70/8  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2210-2628  
e-mail: [ratings@lfrating.com](mailto:ratings@lfrating.com)



**BB-**

O risco de default dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
[joel@lfrating.com](mailto:joel@lfrating.com)

**RATING DEFINITIVO**  
**12 DE SETEMBRO DE 2007**

**REVISÕES TRIMESTRAIS**  
**PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007**

## DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

### VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO

#### Crerios de Elegibilidade

O Fundo somente poderá adquirir CPRs e/ou CDCAs que atendam cumulativamente aos seguintes critérios de elegibilidade:

- deverão estar registrados para negociação perante a CETIP, BM&F ou outros sistemas de registro, liquidação e custódia reconhecidos pelo BACEN ou autorizados pela CVM;
- deverão atender a todas as condições previstas na legislação específica, de modo a permitir, necessariamente, a sua liquidação em moeda corrente nacional, ou seja, liquidação financeira;
- deverão atender a todos os requisitos previstos na legislação específica e nas respectivas cartulas, imprescindíveis à sua validade e emissão, inclusive no que diz respeito à necessidade de assinatura dos respectivos emitentes;
- deverão ser referentes a quaisquer dos seguintes setores econômicos: açúcar/álcool, café, pecuário bovino, soja, laranja, algodão, milho, oleaginosas para produção de biocombustíveis e/ou florestal;

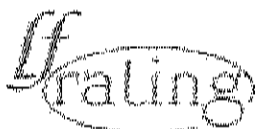
Cabe ao Custodiante a responsabilidade por verificar e validar o atendimento dos direitos creditórios aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição. Este não se responsabilizará, entretanto, por danos e/ou prejuízos causados ao Fundo em virtude da aquisição de direitos creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, que não tenham sido objeto de sua prévia verificação e aprovação.

#### Procedimentos de Oferta e de Formalização da Cessão dos Direitos de Crédito

A cessão de direitos creditórios será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos eventos a seguir, após a verificação cumulativa dos seguintes eventos:

- Cedentes apresentam a oferta de direitos de crédito ao Fundo, bem como as vias originais ou cópias dos Documentos Representativos de Crédito, mediante o envio de arquivo físico ou eletrônico ao Gestor;
- Gestor analisa a oferta e as vias originais ou cópias dos documentos e identifica e seleciona os direitos creditórios que interessam ao Fundo, cabendo a ele, sob sua única e exclusiva responsabilidade, selecionar somente títulos já performados, ou seja, cuja existência, validade e exequibilidade não dependam de prestação futura dos respectivos originadores e/ou cedentes;
- Gestor encaminha ao Administrador, e este ao Custodiante, por meio do envio de arquivo físico ou eletrônico, a cópia da oferta e dos Documentos Representativos de Crédito;

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas a LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos decorrendo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araújo Porto Alegre, 16/18  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (11) 21-2210-2152  
Fax: (11) 21-2210-2928  
e-mail: [info@lfrating.com](mailto:info@lfrating.com)



# BB-

O risco de default dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(11) 21-2210-2152  
[joel@lfrating.com](mailto:joel@lfrating.com)

**RATING DEFINITIVO**  
**12 DE SETEMBRO DE 2007**

**REVISÕES TRIMESTRAIS**  
**PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007**

## DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

### VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO

- Custodiante verifica e valida o atendimento dos direitos de crédito aos Critérios de Elegibilidade e comunica por escrito, por meio eletrônico ou fac-símile, ao Administrador e ao Gestor, no prazo máximo de três dias úteis a partir da oferta pelas Cedentes;
- Fundo recebe o Comprovante de Endosso Eletrônico a ser emitido pela entidade registradora do direito de crédito e recibo a ser emitido pela Cedente;
- Custodiante efetua, em nome e por conta do Fundo, a liquidação financeira para cada Cedente, de acordo com o Comprovante de Endosso Eletrônico e Recibo;
- Administrador encaminha ao Agente de Depósito, no prazo máximo de dois dias úteis, a contar do recebimento do Comprovante de Endosso Eletrônico e Recibo, as cópias autenticadas (i) dos documentos representativos dos direitos creditórios transferidos ao Fundo, (ii) do Comprovante de Endosso Eletrônico e (iii) do Recibo.

#### 5. Política de Investimento

O Fundo tem como objetivo principal proporcionar rendimento de longo prazo aos cotistas, através do investimento mínimo de 50% dos recursos na aquisição de direitos creditórios do agronegócio.

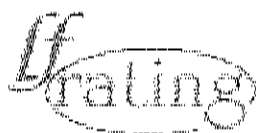
A parcela que não estiver aplicada em direitos creditórios será necessariamente alocada, até o limite máximo de 50%, em moeda corrente nacional, títulos de emissão do Tesouro Nacional, CDBs (exclusivamente do Itaú, Unibanco, Bradesco, Citibank, HSBC, ABN e Votorantim), títulos de emissão do Banco Central do Brasil e quotas de emissão de fundos de investimento da classe referenciados DI (os Ativos Financeiros).

Não há obrigatoriedade de operações de proteção de posições à vista da carteira, inclusive da variação do preço dos ativos subjacentes aos direitos creditórios elegíveis. Ou seja, em determinadas operações, a rentabilidade dependerá da habilidade do Gestor para se proteger deste possível risco.

No que diz respeito aos critérios de concentração e diversificação, o Regulamento estabelece que o Gestor observará os limites máximos de 20% do patrimônio líquido para ativos financeiros devidos por um único emissor e igual número para direitos creditórios devidos por um único sacado. O mesmo capítulo contempla a possibilidade do Fundo contratar operações com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador e/ou do Gestor ou, ainda, com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou pelo Gestor (estas operações terão registro segregado das demais operações da carteira do Fundo).

Os percentuais anteriormente mencionados serão cumpridos diariamente pelo Gestor, sob sua única e exclusiva responsabilidade. Em caso de desenquadramento por período superior a 15 dias consecutivos o Administrador deverá convocar Assembléia Geral para

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas a LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria fiscal foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araújo Porto Alegre, 56/8  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2678  
e-mail: [info@lfrating.com](mailto:info@lfrating.com)



**BB-**

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21 2210 2152  
[joel@lfrating.com](mailto:joel@lfrating.com)

**RATING DEFINITIVO**  
**12 DE SETEMBRO DE 2007**

**REVISÕES TRIMESTRAIS**  
**PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007**

## DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

### VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO

deliberar sobre: (i) aquisição de direitos creditórios para fins de reenquadramento; (ii) realização de amortização extraordinária de cotas; (iii) prorrogação do prazo de reenquadramento ou (iv) liquidação antecipada do Fundo.

Em síntese, é um Fundo que a possibilidade de mitigação do risco de mercado está nas mãos do Gestor e que opera com elevado grau de concentração, tendo em vista a possibilidade de deter títulos de crédito de apenas cinco sacados em somente um setor.

#### 6. Eventos de Avaliação

O Regulamento do FIDC contempla dez Eventos de Avaliação:

- não observância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações, desde que, se notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo máximo de dois dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- desenquadramento da carteira do Fundo ao percentual mínimo de 50% em direitos creditórios, por prazo superior a 31 dias consecutivos;
- rebaixamento do rating das cotas em três níveis inferiores ao rating inicial atribuído no âmbito de cada emissão;
- não pagamento, em qualquer data de amortização e/ou de resgate, do valor de parcela de amortização ou do resgate das cotas;
- não observância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações, desde que, se notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo máximo de cinco dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- aquisição, pelo Fundo, de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade;
- não observância, por cedentes, dos deveres e obrigações previstos no Regulamento, desde que, notificados pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, não o façam no prazo máximo de dois dias úteis.
- não pagamento, parcial e/ou total, de direitos creditórios na respectiva data de vencimento;
- descumprimento, parcial e/ou total, pelas Cedentes, dos termos e condições das CPRs e/ou dos CDCAs.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora suspenderá imediatamente a aquisição de direitos creditórios e convocará Assembleia Geral até o quinto

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas a LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araújo Porto Alegre, 76/8  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2678  
e Mail: [info@ifrating.com](mailto:info@ifrating.com)



**BB-**

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da I.F Rating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
[joel@ifrating.com](mailto:joel@ifrating.com)

**RATING DEFINITIVO**  
**12 DE SETEMBRO DE 2007**

**REVISÕES TRIMESTRAIS**  
**PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS**

### **VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO**

dia útil para que seja decidido se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação, bem como se haverá liquidação e quais procedimentos a serem adotados. Decide, também, se devem ser tomadas medidas adicionais em relação aos procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo e, especificamente no caso de não pagamento, quais os procedimentos de cobrança deverão ser adotados pelo Agente de Cobrança e eventual necessidade de outros procedimentos.

Caso a Assembléia delibere que o Evento de Avaliação não constitui um evento de Liquidação Antecipada, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de direitos creditórios, sem prejuízo de eventuais ajustes promovidos pelos cotistas na Assembléia.

#### **7. Eventos de Liquidação**

Além das hipóteses previstas na legislação, o Regulamento do FIDC contempla quatro Eventos de Liquidação antecipada:

- caso seja deliberado em Assembléia que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- caso os cotistas não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados para a adoção de procedimentos de cobrança necessários à coleta de pagamentos de direitos creditórios vencidos e não pagos;
- no caso de rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, sem a assunção das funções por uma nova instituição;
- na hipótese do Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia não nomear instituição habilitada para sua substituição.

Na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Administrador imediatamente notificará os cotistas, convocará Assembléia e interromperá a aquisição de direitos creditórios.

Na Assembléia os cotistas poderão deliberar por não liquidar antecipadamente o Fundo. Aos que não concordarem com esta decisão será concedida a opção de resgate antecipado de suas cotas, em prazo não superior a 90 dias, conforme instruções a serem definidas na própria Assembléia, ou em até 15 dias se as instruções específicas não forem deliberadas.

O Regulamento estabelece, ainda, os procedimentos relativos à eventual liquidação antecipada do Fundo, no prazo de até 90 dias, mediante a observância do seguinte procedimento e da seguinte ordem: (i) os pagamentos de resgate somente serão realizados após o alcance, pelo Fundo, de montantes mínimos de R\$ 500.000,00 para cada pagamento de resgate das cotas; (ii) todos os recursos disponíveis em moeda corrente nacional serão prioritariamente alocados para o pagamento do resgate de cotas, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todos os cotistas e (iii) se no último dia do

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas I.F.Rating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araújo Porto Alegre, 56/18  
 Rio de Janeiro - RJ  
 Tel: (55) 21-2210-2152  
 Fax: (55) 21-2240-2678  
 e-mail: [info@lfrating.com](mailto:info@lfrating.com)



# BB-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
 (55) 21-2210-2152  
[joel@lfrating.com](mailto:joel@lfrating.com)

**RATING DEFINITIVO**  
**12 DE SETEMBRO DE 2007**

**REVISÕES TRIMESTRAIS**  
**PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007**

## DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

### VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO

prazo para resgate antecipado a totalidade das cotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os cotistas receberão a parcela faltante em direitos creditórios e/ou ativos financeiros.

#### VI. PRINCIPAIS RISCOS

##### 1. Risco de Crédito

A única fonte de recursos do Fundo para pagamento aos cotistas das amortizações e/ou resgate das cotas é o pagamento do valor dos direitos creditórios pelos sacados e dos ativos financeiros pelas respectivas contrapartes. Ou seja, não existem outras garantias. Desta forma, após esgotados os meios cabíveis para cobrança, o Fundo não disporá de quaisquer outros recursos. Adicionalmente, poderá incorrer em risco de crédito das corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e de venda em seu nome.

##### 2. Risco de Mercado e Risco Proveniente do Uso de Derivativos

Os direitos creditórios do Fundo (ativo) podem ser contratados nos mais diversos indexadores e taxas (inclusive prefixadas), existindo, ainda, a possibilidade de variação do preço dos ativos subjacentes aos direitos creditórios. Por sua vez, a contratação de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar em variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Embora suas cotas (passivo) não tenham parâmetro de rentabilidade, a inexistência de *hedge* obrigatório transfere integralmente ao gestor a responsabilidade pela determinação do melhor *timing* para eventual cobertura de posições, podendo resultar em oscilações de suas cotas de acordo com as variações dos diversos mercados objeto. Adicionalmente, os ativos financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços, particularmente os certificados de depósitos bancários e determinados títulos de emissão do Tesouro, que podem ser contratados à taxas prefixadas.

##### 3. Risco de Performance

A estrutura do Fundo não contempla a existência de cotas subordinadas, que tradicionalmente são utilizadas para absorver perdas relativas aos ativos (por outro lado, recebem todo o "excesso" de rentabilidade quando a operação é bem sucedida). Como consequência, o resultado líquido do Fundo dependerá, fundamentalmente, do nível de adimplência e do nível de taxa que for praticado na cessão dos direitos creditórios, risco este parcialmente minimizado pela inexistência de parâmetro de rentabilidade para as cotas.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*





Rua Araújo Porto Alegre, 56/18  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2678  
e-mail: info@lfrating.com



**BB-**

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

*O rating de fundos de investimento da LF Rating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.*

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

**RATING DEFINITIVO**  
**12 DE SETEMBRO DE 2007**

**REVISÕES TRIMESTRAIS**  
**PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007**

## **DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS**

### **VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO**

#### **4. Risco de Concentração**

A carteira do Fundo pode ser fortemente concentrada em poucos sacados e setores, ampliando o grau de risco de perdas em caso de *default*.

#### **5. Risco de Liquidez**

A inexistência de mercado secundário ativo para a negociação dos direitos creditórios limita a sua realização basicamente ao efetivo pagamento pelos sacados.

Da mesma forma, e em função de sua condição de condomínio fechado, o possível mecanismo de saída representado pela negociação das cotas no mercado secundário é limitado, tendo em vista a baixa liquidez que se verifica nos mercados onde suas cotas serão negociadas.

#### **6. Risco de Resgate ou Amortização antecipada das cotas**

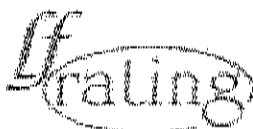
O Fundo poderá resgatar as cotas ou proceder à amortização em datas anteriores às originalmente programadas. Deste modo os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração até então percebida.

Adicionalmente, existe a possibilidade do resgate ser feito mediante a entrega de direitos creditórios. Nessas situações, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os direitos creditórios ou cobrar os valores devidos pelos respectivos devedores.

#### **7. Risco de Diluição**

O Fundo possui patrimônio autorizado de R\$ 2 bilhões. Tendo em vista a inexistência de direito de preferência, nas novas subscrições os antigos cotistas terão sua participação diluída.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas a LF Rating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos no numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos decorrendo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araújo Porto Alegre, 36/8  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (71) 21-2210-2112  
Fax: (71) 21-2290-2626  
e-mail: info@lfrating.com



# BB-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma *due diligence* com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO  
12 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS  
PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007

## DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

### VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO

#### VII. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS DO AVALIADOR - LFRating®

A LFRating® foi criada em 2002 como complemento dos serviços de avaliação de instituições financeiras e não financeiras que a Lopes Filho & Associados já realizava há 26 anos. É formada por profissionais de elevada experiência em avaliação corporativa e operações estruturadas, que uniram seus conhecimentos para prover o mercado brasileiro de serviços de análise de risco de todas as modalidades, baseados em três princípios fundamentais.

- Independência entre o processo e o objeto de classificação;
- Transparência dos fundamentos da classificação; e
- Capacidade técnica e ética irreprovável de todos os envolvidos na classificação.

A LFRating® produz ratings de emissões de instituições nacionais, utilizando-se da *expertise* de seus analistas e de uma cultura formada ao longo de 30 anos em trabalhos de análises e avaliações de empresas, bancos e operações estruturadas para os mais diversos propósitos.

Um rating emitido pela LFRating® é o resultado de uma criteriosa análise que envolve:

- uma definição precisa dos riscos envolvidos no objeto avaliado;
- a análise detalhada de uma extensa gama de informações estruturais, estratégicas e econômico-financeiras;
- um pormenorizado trabalho de *due diligence*, incluindo abrangente entrevista com os dirigentes e responsáveis pela emissão e pela administração das garantias; e
- um capacitado comitê de avaliação que definirá o rating adequado para expressar o entendimento da LFRating® sobre o risco de crédito do avaliado.

A equipe de análise é especializada e formada por:

Cristiani Peres Rezende (empresas e títulos)  
Flavia Roldan Bloomfield Gama (empresas e títulos)  
Graça Paiva (empresas e títulos)  
Hélio Darwich Nogueira (bancos)  
João Batista Simões (empresas e títulos)  
Joel Sant'Ana Junior (empresas, títulos, fundos e cooperativas)  
Júlio Flávio Souza Lima (bancos)  
Marcos Carneiro (bancos)  
Rodrigo Pires (empresas, títulos e fundos)  
Rubem Crusius (empresas e títulos)

Dos componentes do Comitê de Rating, presidido por Joel Sant'Ana Junior, participam, pelo menos, dois analistas envolvidos na avaliação em questão.

A escala utilizada para classificação de emissões é baseada em nossa experiência e ajustada ao longo do tempo por fatos concretos que alterem a legislação e a estrutura econômica.

*As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2*



Rua Araújo Porto Alegre, 56/8  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (55) 21-2210-2152  
Fax: (55) 21-2240-2678  
e-mail: info@lfrating.com



# BB-

O risco de *default* dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.

O rating de fundos de investimento da LFRating é formado por duas partes: a primeira é derivada de uma análise dos documentos e Regulamento do Fundo, assim como as relações e garantias oferecidas, realizando uma análise de stress sobre elas. Esta parte é, ainda, complementada por uma due diligence com o administrador e o gestor. A outra parte é oriunda da avaliação de um comitê de rating que define a classificação.

Analista

Joel Sant'Ana Junior  
(55) 21-2210-2152  
joel@lfrating.com

RATING DEFINITIVO  
12 DE SETEMBRO DE 2007

REVISÕES TRIMESTRAIS  
PRÓXIMA EM DEZEMBRO DE 2007

## DIVULGAÇÃO DE RATING DE FUNDOS

### VI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO - 2ª EMISSÃO

#### VIII. ESCALA DE RATING

O resultado final de um rating é expresso por uma nota, geralmente representada por uma letra ou um conjunto de letras. A existência deste tipo de análise nos mercados desenvolvidos há mais de um século tornou tradicional expressar estas notas pelas primeiras letras do alfabeto. LFRating utiliza-se desta forma de designar as notas para os ratings que realiza.

LFRating utiliza colocar sinais de (+) e (-) ao lado das notas de AA a C, de forma a permitir um ajuste fino entre as categorias.

Para efeito de classificação legal, LFRating divide sua escala em três grandes grupos:

- .NÍVEL SEGURO, para os ratings de AAA a BBB, com indicação de investimento;
- .NÍVEL ACEITÁVEL, para os ratings de BB a B, com indicação de cautela;
- .NÍVEL ALTO RISCO, para os demais ratings.

AAA	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é quase nulo. A estrutura de colateralização é de alta qualidade, permitindo elevado grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.
AA	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é muito baixo. A estrutura de colateralização é de muito boa qualidade, permitindo alto grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.
A	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é baixo. A estrutura de colateralização é de boa qualidade, permitindo bom grau de garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.
BBB	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é baixo. No entanto, a estrutura de colateralização não é tão forte quanto a da faixa anterior, embora ainda permita garantia no pagamento do principal e remuneração esperada.
BB	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é possível. A estrutura de colateralização pode ser insuficiente para garantir integralmente o pagamento do principal e remuneração esperada.
B	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é alto. A estrutura de colateralização provavelmente será insuficiente para garantir o pagamento do principal e remuneração esperada.
C	O risco de <i>default</i> dos fundos classificados nesta faixa é muito alto. A estrutura de colateralização é insuficiente para garantir o pagamento do principal e remuneração esperada.
D	Nesta faixa estão os fundos em <i>default</i> .

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou memorário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste ativo, com as perdas e ganhos correndo por risco do aplicador. Número Sequencial deste Relatório: 2

## **ANEXO IX AO PROSPECTO**

### **Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Não Pagos nas Respectivas Datas de Vencimento**

No 1º (primeiro) dia útil seguinte ao inadimplemento de qualquer Direito de Crédito, o Agente de Cobrança e o Administrador do Fundo serão informados do fato, pelo Custodiante, por meio eletrônico.

Tendo em vista que o não pagamento de qualquer Direito de Crédito será considerado como um Evento de Avaliação nos termos do Capítulo Quinze do Regulamento, o Administrador deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da informação referida acima, convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar, de acordo com o quorum de que trata o Capítulo Onze do Regulamento, sobre quais os procedimentos de cobrança que deverão ser adotados pelo Agente de Cobrança do Fundo em relação aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e não pagos no respectivo vencimento, inclusive, mas não se limitando, à possibilidade de renegociação dos termos e condições dos Direitos de Crédito e/ou à necessidade de adoção de procedimentos extrajudiciais e/ou judiciais para cobrança de tais devedores inadimplentes e/ou, ainda, sobre a necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo para cobrir eventuais custos de cobrança extrajudicial e/ou judicial do Fundo. A Assembléia Geral de Quotistas também poderá determinar ao Agente de Cobrança a contratação de outros prestadores de serviços de cobrança para auxiliá-lo na cobrança dos Direitos de Crédito e não pagos no vencimento.

O Agente de Cobrança, diretamente ou por meio de terceiros, somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos de Crédito inadimplidos junto aos respectivos devedores em observância aos procedimentos deliberados na Assembléia Geral de Quotistas referida acima e em observância às disposições do Contrato de Cobrança.

O Agente de Cobrança, diretamente ou por meio de terceiros, somente poderá realizar quaisquer procedimentos extrajudiciais e/ou judiciais de cobrança, bem como realizar acordos judiciais e/ou extrajudiciais referentes ao pagamento de Direitos de Crédito inadimplidos, mediante observância das deliberações tomadas na Assembléia Geral de Quotistas acima referida.

*Os termos e expressões utilizados neste Anexo em letra maiúscula terão o mesmo significado a eles atribuídos no Regulamento do Fundo.*

## **ANEXO X AO PROSPECTO**

**Cópia da Declaração do Administrador**



Mellon Serviços Financeiros

## DECLARAÇÃO

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora do **V1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS AGRO** ("Fundo") é responsável pela distribuição pública da segunda emissão de quotas do Fundo ("Oferta" e "Quotas", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) todas as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iv) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2007

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Marcelo Pereira  
Diretor

Luisa Saboia  
Procuradora

